

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANGELO AUGUSTO VALLES DE SÁ MAZZAROTTO

**AGRICULTURA ECOLÓGICA E SEU PAPEL NA  
RECONSTRUÇÃO DA ÉTICA AMBIENTAL**

ALFIO BRANDENBURG  
ORIENTADOR

CURITIBA  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANGELO AUGUSTO VALLES DE SÁ MAZZAROTTO

**AGRICULTURA ECOLÓGICA E SEU PAPEL NA  
RECONSTRUÇÃO DA ÉTICA AMBIENTAL**

Tese apresentada ao Curso de  
Doutorado em Sociologia da  
Universidade Federal do Paraná, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Doutor em Sociologia.  
Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA

2014

## RESUMO

São muitas as práticas aplicadas nos modelos de agroecologia que consideram a Natureza como referência, tanto na formulação de técnicas como nas próprias definições dos sistemas produtivos agroecológicos. Por essa razão, foi proposto um estudo sobre a agroecologia, para compreender em que medida o nosso conhecimento sobre esse tema nos possibilita a promoção de uma Sustentabilidade Socioambiental e de que forma essa compreensão pode reconstruir uma Ética da Sustentabilidade. Para esta análise buscou-se compreender o conceito de Natureza, dentro de uma interpretação social construtivista e realista de modo a entender em que medida a percepção de Natureza é incorporada nas práticas agroecológicas, assim como o seu papel orientador na construção de uma sociedade mais sustentável. A construção social da Natureza se apoia no fenômeno da revalorização das coisas naturais e é sobre esse aspecto que foi estabelecida a seguinte reflexão: o natural como base para criação de uma sociedade sustentável, sendo esse natural tanto fruto de um construtivismo social quanto de um de realismo que se baseia nas leis naturais. Sendo assim, o que se pretendeu entender sobre o natural é a sua capacidade de proporcionar condições para a formação de uma referência de sustentabilidade, capaz de promover transformações sociais e alcançar uma sociedade mais sustentável. As preocupações que justificam este estudo estão ligadas ao fato de que tanto a Natureza, quanto a humanidade estão em risco, pelos efeitos colaterais das ações antrópicas, e assim uma reconstrução social com base no natural possibilitaria uma oportunidade de reversão de tais efeitos, proporcionando um caminho mais seguro para a Natureza e para a humanidade, por um universo conhecido, que é a condição natural. Entretanto, considerou-se que os problemas ambientais têm um forte juízo moral e, por tal motivo, grande parte das discussões sobre esta problemática, leva em consideração condutas e comportamentos sociais. Portanto, seria a Agroecologia capaz de promover uma ação social transformadora, pela construção de uma ética ambiental sustentável? O que reforça o objetivo de propor uma base de pesquisa em torno de temas relacionados à prática da agricultura ecológica e da ética e a influência desses sistemas na construção de uma ética ambiental, que podem ser verificadas em ações no campo do cuidado, da ecologia, da saúde e da equidade social. Nesse sentido, discute-se teoricamente o movimento Agro Ecológico, para verificar em quais dimensões a ética ambiental se manifesta. Para tanto, foram realizadas revisões de teorias sociológicas contemporâneas e pesquisas de campo, aplicadas em feiras agroecológicas a produtores e consumidores, a fim de definir uma perspectiva na relação da agroecologia com a promoção de uma ética ambiental, capaz de servir como instrumento de uma transformação social sustentável. Ao término da pesquisa foi possível verificar a contribuição da Natureza na construção de valores sustentáveis e como esses valores inspiram técnicas e práticas na agroecologia e o comportamento dos seus atores, permitindo a reconstrução de uma ética ambiental. Considerando a importância que esse assunto tem para a sociedade, bem como no campo da pesquisa, no ensino, no desenvolvimento do rural sustentável, as considerações feitas vêm a reforçar a importância das práticas agroecológicas para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável.

**Palavras-chave:** agricultura; desenvolvimento social, meio ambiente.

## ABSTRACT

There are many practices applied in agroecology models that consider Nature as a reference, both in techniques and in formulating their own definitions of agroecological production systems. For this reason, we propose a study on agroecology, to understand to what extent our knowledge of it enables us to promote a Social and Environmental Sustainability and how this understanding can reconstruct an Ethics of Sustainability. For this analysis we sought to understand the concept of Nature within a social constructivist and realistic interpretation in order to understand to what extent the perception of nature is embodied in agroecological practices, as well as its guiding role in building a more sustainable society. The social construction of nature rests the phenomenon of revaluation of natural things, and it is on this aspect that was established the following reflection: the natural as a basis for creating a sustainable society, with this much natural fruit of social constructivism as one of realism that is based on natural laws. So what if you want to understand about the natural is its ability to provide conditions for the formation of a sustainability reference, able to promote social change and provide a more sustainable society. Recalling that the concerns which prompted this study are linked to the fact that both Nature, as mankind are at risk for the side effects of human actions and thus a social reconstruction based on natural make possible an opportunity to reverse these effects, providing a safer for nature and humanity, in the known universe is the way natural condition. However, it considered that environmental problems have a strong moral and therefore, most of the discussions on this issue, taking into consideration behaviors and social behaviors. Thus would be able to Agroecology promote transformative social action to build a sustainable environmental ethic? This reinforces the goal of establishing a research base on topics related to the practice of organic farming and ethics and the influence of these systems on building an environmental ethic, which can be verified in the actions in the field of care, ecology, health and social equity. Accordingly, it is intended to theoretically discuss the Agro Ecological movement, and verify dimensions in which environmental ethics is manifested. For this review of contemporary sociological theories, and applied field research on agroecological producers and consumers trade, with the purpose of defining a perspective on the relationship of agroecology with promoting an environmental ethic, able to serve as an instrument of transformation were performed social development. After the research was possible to verify the contribution of Nature in building sustainable values and how these values inspire techniques, practices and behaviors in agroecology and its actors, allowing the reconstruction of an environmental ethic. Considering the importance of this issue has on society as well as in research, education, development of rural sustainable, the considerations comes to reinforce the importance of agroecological practices for the development of a more sustainable society.

**Keywords:** agriculture, social development, environment

A humildade é a única base sólida de todas as virtudes.

Confúcio, filósofo chinês (551 a.C. - 479 a.C.)

## AGRADECIMENTOS

Essa tese foi construída com muita emoção, por sentimentos que me acompanharam por todo este percurso, e é neste espaço, que precede as imortais palavras de Confúcio, que reservo a homenagear ao mais nobre deles, a Gratidão.

Agradeço sempre, pela dádiva da vida, que surge pela mão de Deus e se expressa no cuidado e no apoio de nossa Mãe, a Vigem Maria, e também pela continuação do cuidado e do amor de minha mãe, Zaide Sá, no qual seu apoio se alonga a medida em que vivo, agradeço por mais essa ajuda.

Como já dito, tudo que vale apenas conquistar, se consegue pela soma dos esforços, de pessoas que se importam, é mais que uma mão amiga, é a cumplicidade de uma vida em conjunto. Pelo caminho percorrido, sinto uma profunda alegria, por ter a ajuda e a companhia de minha amada esposa, Aline Bonotto.

Por toda a iluminação e a alegria, que um filho pode dar, sou grato, mesmo que a sua pouca idade ainda lhe impeça de saber o quanto é importante em minhas conquistas, ao meu pequeno parceiro, Filipe da Luz de Sá Mazzarotto um eterno obrigado e que minha vida seja repleta da sua presença.

Sem família e amigos, especulo o quanto árdua deve ser a vida, assim como sem nossos mestres, o quanto escuro devem ser os caminhos, pela luz do conhecimento, agradeço ao professor, Alfio Brandenburg, cujas sábias palavras orientaram as minhas.

Agradeço ao amigo, pois o tema de minha pesquisa foi tão fortuitamente enriquecido pelas suas, e por toda ajuda recebida, um abraço ao Moacir Darolt.

Reconheço que o mérito é um presente que recebemos das mãos de outros, e por isso, agradeço pela honra recebida da banca examinadora. É por suas trajetórias, que começo a consolidar a minha, um muito obrigado aos professores: Dimas Floriani; José Edmilson; José Thomaz e Katya Isaguirre.

Por fim agradeço a todos os produtores e consumidores agroecológicos, são os seus ideais que me inspiram.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### **INTRODUÇÃO 11**

QUADRO 1.1: Mapeamento das feiras agroecológicas da região metropolitana de Curitiba	27
FIGURA 1.1: Distribuição espacial das feiras agroecológicas de Curitiba	30
FIGURA 1.2: Feirantes orgânicos da Praça da Itália	32
FIGURA 1.3: Feira de orgânicos da Praça da Ucrânia	32
FIGURA 1.4: Feira de orgânicos da ufpr	33
FIGURA 1.5: Feira de orgânicos da praça do expedicionário	33
FIGURA 1.6: Feira de orgânicos da praça do japão	33
FIGURA 1.7: Feira de orgânicos do Passeio público	34
FIGURA 1.8: Feira mista da emater	34

### **A AGRICULTURA 35**

QUADRO 2.3.1: Análise relacional entre os princípios da Agroecologia e os da Educação Ambiental	57
---	----

### **A ÉTICA 106**

QUADRO 3.1: Descrição da ética em suas três dimensões	132
QUADRO 3.2.1: Relação entre valores da Autoética e da Agroecologia.	135
QUADRO 3.2.2: Relação entre valores da Socioética e da Agroecologia.	141
QUADRO 3.2.3: Relação entre valores da Antropoética e da Agroecologia.	145
QUADRO 4.1: Análise relacional entre as bases de uma ética ambiental com as ações de organizações de grupos de consumidores e hábitos e relatos dos consumidores ecológicos da RMC	152
FIGURA 4.1: Barraca padrão para comercializar produtos orgânicos	156
FIGURA 4.2: Feira de produtos convencionais	156
QUADRO 4.2: Relação entre valores praticados pelos feirantes agroecológicos e convencionais	157

## LISTA DE SIGLAS

AOPA – Associação de Agricultura Orgânica do Paraná, que a partir de 2004 passa a se chamar Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia do Paraná.

ACOPA- Associação dos consumidores orgânicos do Paraná

APA – Área de Proteção Ambiental

APECO – Associação dos Produtores Ecológicos

IBD – Instituto Biodinâmico com sede em Botucatu - SP

INFOAM – International Federation Organic Movement

IN-007/99 – Instrução Normativa do Ministério da Agricultura que regula a produção e comercialização de produtos orgânicos no Brasil

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IPCC- Painel Intergovernamental de mudanças climáticas

GEO-Brasil- Diagnóstico e zoneamento ambiental realizado no território brasileiro

PNMA- Programa das Nações Unidas para o meio ambiente



## SUMÁRIO

### **1 INTRODUÇÃO 11**

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....17

### **CAPÍTULO I**

### **2 A AGRICULTURA 35**

2.1 A MODERNIDADE A CRISE AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS NA AGRICULTURA.....35

2.2 A EXPLORAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA NATUREZA AO LONGO DO TEMPO E O PAPEL DA AGRICULTURA .....42

2.3 DISCUSSÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE E A RELAÇÃO COM A AGROECOLOGIA.....52

2.4 A AGROECOLOGIA COMO BASE FORMADORA DE UMA SUSTENTABILIDADE.....59

### **CAPÍTULO II**

### **3 NATUREZA E ATORES DA AGROECOLOGIA 73**

3.1 A NATUREZA COMO PROMOTORA DA SUSTENTABILIDADE E BASE DE UMA AGROECOLOGIA .....73

3.2 A AGRICULTURA ECOLÓGICA E OS NOVOS ATORES NA RECONSTRUÇÃO DA ÉTICA AMBIENTAL .....99

### **CAPÍTULO III**

### **4 A ÉTICA 106**

4.1 CONSTRUINDO UMA ÉTICA AMBIENTAL.....106

4.2 ÉTICA AGROECOLÓGICA E OS TRÊS RAMOS DA ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE.....132

4.2.1 Autoética.....132

4.2.2	Socioética .....	138
4.2.3	Antropoética .....	142
4.3	FEIRAS AGROECOLÓGICAS: PROMOVEDO OS CONSUMIDORES ECOLÓGICOS E A RECONSTRUÇÃO DA ÉTICA AMBIENTAL. ....	147
4.4	UM OLHAR PARA OUTRAS RACIONALIDADES EMERGENTES.....	158
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>162</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>166</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>176</b>
	Anexo 1- LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA AGRICULTURA ORGÂNICA	176
	Anexo 2 - NORMATIVA EUROPEA DE PRODUCCIÓN AGRARIA ECOLÓGICA REGLAMENTO (CE) 834/2007 – (bases gerais)	179
	Anexo 3 - DOCUMENTO BASE DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	184

## 1. INTRODUÇÃO

A tese surge de uma inquietação que me acompanha desde quando iniciei minhas atividades como produtor de olericultura, que posteriormente se consolidou em um objetivo maior, inspirado pelos meus trabalhos de pesquisa e como professor nas disciplinas de sustentabilidade ambiental, o que me fez desenvolver um grande interesse por essa área, me inspirando e encorajando para a realização deste estudo, que tem como alicerce principal a verificação da hipótese seguinte, a agricultura ecológica constitui exemplos significativo de materialização ou vivência da ética ambiental e por consequência de como contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Este estudo se justifica pelas significativas proporções alcançadas pela crise ambiental que vai além da escassez de recursos naturais e da poluição dos ecossistemas, visto que se apresenta como reflexo de uma crise estrutural da sociedade, a crise do projeto de modernidade. Mas, se por um lado esse cenário de insustentabilidade gera irreparáveis perdas, por outro inspira a criação de alternativas para se pensar em diferentes modelos de desenvolvimento, mais adequados e eficientes e para estabelecer e fundamentar outro projeto civilizatório.

Neste âmbito, um estudo sobre uma ética ambiental permite propor um conjunto de possibilidades teóricas, políticas e socioculturais, capazes de preparar um campo fértil para analisar a emergência de um novo paradigma, uma nova proposta de desenvolvimento ou até mesmo, outra humanidade, e, por fim, uma nova ética a partir da qual se possa criar uma nova utopia – “a utopia ecológica<sup>1</sup>” (SANTOS, 2000), assim como uma nova modernidade, a “modernidade alternativa” (LEFF, 2001).

---

<sup>1</sup>Boaventura de Sousa Santos comenta: “A única utopia realista é a utopia ecológica e democrática”. Segundo o autor, essa utopia “é realista, porque assenta num princípio de realidade que é crescentemente partilhado (...). Este princípio de realidade consiste na contradição crescente entre o ecossistema do planeta terra, que é finito, e a acumulação de capital que é tendencialmente infinita. Por outro lado, a utopia ecológica é utópica porque a sua realização pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos quadros da vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e pressupõe, acima de tudo, uma nova relação paradigmática com a natureza que substitua a relação paradigmática moderna. É democrática porque a transformação que aspira pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos humanos e da natureza.” (SANTOS, 2000, p. 43-44).

Esta tese foi construída à luz de teorias da Filosofia, da Sociologia Rural e das Ciências Naturais. A primeira, como fornecedora dos princípios conceituais de Ética; a segunda, na qual se fundamentam as preocupações com o meio ambiente, contribuindo com as pesquisas pautadas em um modelo produtivo sustentável, como os modelos agroecológicos, e na crítica à agricultura tradicional; e as últimas, igualmente relevantes, para a compreensão da natureza, elemento principal deste estudo e referência para o entendimento de como são desenvolvidas as técnicas agroecológicas.

As vertentes agroecológicas utilizadas na fundamentação desta tese têm impulsionado a construção de perspectivas que objetivam explicar algumas transformações sociais diante da crise ecológica e das crescentes demandas da sociedade por um ambiente sustentável.

O debate acerca da crise ambiental e da problemática da insustentabilidade do modelo de sociedade atual tem contribuído para restaurar a importância do rural e o reconhecimento de que a partir dele e das práticas agroecológicas, principalmente promovidas pela agricultura familiar, não somente se colocam o rural e a agricultura ecológica como objetos relevantes de estudo, mas também como fundamentos para políticas de desenvolvimento.

Dentro de uma realidade em que são promovidas discussões sobre a crise da modernidade e, por consequência, a crise ecológica e a necessidade de propor novos projetos para a construção de uma sociedade sustentável, justifica-se analisar a interferência de práticas sustentáveis, como as aplicadas pela agricultura ecológica, com base em preceitos da Ética ambiental e as suas influências no desenvolvimento social sustentável, pois tal necessidade surge da demanda analítica sobre a importância da problemática social, que objetiva resolver a crise da sustentabilidade.

A tese tem por finalidade contribuir para a ampliação do interesse no campo acadêmico e (ou) institucional, no meio rural, assim como para agricultura ecológica e a familiar que reproduzem as práticas sustentáveis, fornecendo elementos que possam evidenciar: o papel da agroecologia na construção de uma ética ambiental; o conhecimento e o reconhecimento dos princípios da produção ecológica e da Ética ambiental como capazes de

contribuir com subsídios teóricos para propostas de políticas públicas, assim como para fundamentar um novo projeto de sociedade; a promoção do diálogo multidisciplinar, uma vez que o tema desta pesquisa se apoia nas ciências da natureza, nas ciências sociais e na Filosofia, levando em conta a difícil sintonia entre as práticas produtivas, os modelos de desenvolvimento atuais e a preservação da natureza.

Neste estudo empregam-se entendimentos sobre a natureza, considerando que, mesmo em uma época de intensa manipulação da natureza, buscam-se nela soluções para os problemas ocasionados pela crise ambiental instaurada.

O entendimento de natureza torna-se importante porque as práticas sustentáveis que são utilizadas na agricultura ecológica se desenvolvem simultâneas à evolução da nossa compreensão sobre o natural e, por tal motivo, julga-se imprescindível refletir como essa compreensão é realizada.

Nesse contexto, Florit (2002, p. 4) comenta sobre qual natureza deve ser invocada para o fenômeno de volta ao natural já que esse conceito é reinventado como sendo produto de uma construção social. O autor considera que *essa revalorização constitui um fenômeno de reinvenção da natureza e que o mesmo representa uma contraposição ao agudo e simultâneo processo de intervenção humana na mesma natureza.*

Contudo, percebe-se que essa reinvenção da natureza está ligada, por um lado, à crise ambiental, promovida por algumas ou várias intervenções tecnológicas e, por outro, à busca de modelos sustentáveis a serem reproduzidos; e é aí que a dialógica atinge seu ponto alto, pressupondo que a natureza deve servir como guia para atingir uma sustentabilidade. Porém é possível não termos a natureza livre da interferência antrópica para a imitarmos, já que muito do natural que conhecemos é estabelecido por critérios socialmente criados.

Com base nesse entendimento, este estudo busca verificar o modo em que as práticas ecológicas se apoiam em uma compreensão do natural e se são capazes de produzir referências para uma ética ambiental. Para alcance desse objetivo, realiza-se uma reflexão sobre as técnicas e as ações

desenvolvidas em sintonia com as regras da natureza que reproduzem os ciclos naturais, existentes ao longo de milhares de anos, levando em conta os limites da intervenção humana, promovendo um reconhecimento do papel da natureza no resgate e na produção de valores necessários para a construção de uma sociedade sustentável.

Para construir a análise em torno da hipótese de que a agricultura ecológica, por utilizar práticas tecnológicas que preservam os ciclos naturais, pode propor mudanças sociais pela reconstrução da Ética ambiental, foi necessário estabelecer um entendimento sobre o conceito de natureza e o como ele produz referências morais; as consequências sociais da crise ambiental e como ela afeta a sustentabilidade da vida humana; como a agricultura ecológica em consonância com esse entendimento de natureza é capaz de produzir valores éticos sustentáveis e a Ética ambiental como um fator de modificação social e entender como esse processo ocorre.

Resumidamente, entre os temas que foram objetos deste estudo estão: o exame conceitual sobre a crise ambiental e o meio natural; a discussão sobre a Ética e os valores da Ética ambiental; as considerações sobre a Agricultura Ecológica; a conquista da sustentabilidade; e, por fim, a verificação da relação entre as práticas desenvolvidas pela agricultura ecológica e a reconstrução da Ética ambiental por meio da interação de seus atores.

A tese foi estruturada conforme a sequência estabelecida na metodologia, desta forma sendo adotada na investigação uma revisão de literatura, com o objetivo de identificar as práticas e condições que geraram a degradação da natureza e também como, e em quais momentos históricos, começaram a surgir as ações preservacionistas. Nesta fase, com a elaboração de um relato histórico, foi possível analisar a interconexão dos acontecimentos de crises ambientais com as ações em busca da sustentabilidade.

Na sequência foi construída uma discussão filosófica sobre a Ética, com o estabelecimento de diálogos entre autores, objetivando evidenciar a necessidade de uma Ética ambiental para orientar o agir e o pensar e para promover a sustentabilidade social e econômica.

Na construção deste estudo destacou-se a concepção da agricultura como uma das ações humanas mais responsáveis pelas transformações ambientais<sup>2</sup>, pois que nela o ambiente natural, os indivíduos e a sociedade influenciam-se, mutuamente, no processo evolutivo, e o local que compreende essas dinâmicas são os espaços rurais e rurais-urbanos.

Tal concepção é coincidente com o pensamento de Jollivet (2001), para quem o ambiente rural é um espaço da relação sociedade/natureza, um *laboratório social*. A partir desta característica o ambiente rural tem sido objeto frequente de estudos que contribuem, em grande medida, para a sua redefinição e reconstrução, pois, mesmo que as preocupações ambientais não surjam no meio rural, elas são projetadas sobre ele.

O pensamento de Jollivet é coincidente com o pensamento de Leff (2001), para quem as questões ambientais influem nas dimensões da vida. Para Leff, a questão ambiental possibilita a construção de um novo paradigma baseado na racionalidade ambiental, capaz de orientar o projeto de uma nova sociedade fundamentada em valores democráticos, promovendo uma reintegração do ser humano na natureza, com um pensamento de respeito à diversidade.

Na argumentação da tese inclui-se a concepção de que a sustentabilidade se dá por uma defesa de valores da natureza; que esses valores podem ser reproduzidos na sociedade; e que no ambiente natural ancora-se uma moralidade, *isso porque as visões de natureza estão sempre associadas a valores culturais e, portanto a critérios normativos. Assim, conflitos sobre o que é respeitar a natureza são na verdade conflitos entre sistemas de valores.* (FLORIT, 2002, p. 6).

Por fim na última fase da investigação foi realizada uma discussão sobre a ética e a agroecologia e seus atores com o propósito de identificar e relacionar as bases formadoras da Ética ambiental, nesse contexto revelando os meios em que ela se forma e se manifesta e em que condição é compartilhada.

---

<sup>2</sup> A esse respeito ler sobre o capítulo Agricultura no Geo Brasil (2002).

A análise do desenvolvimento dos valores promovidos pela agroecologia e de seus reflexos no meio social fundamentou-se em estudos sobre agricultores e consumidores ecológicos da Região Metropolitana de Curitiba, visando verificar se é possível que os valores que ressurgem da prática da agricultura agroecológica venham a contribuir para uma transformação socioambiental significativa.

As questões respondidas pelos entrevistados nessa etapa destacavam os seguintes aspectos: valores que emergem da prática da agricultura Agroecológica; valores da agricultura agroecológica percebidos e incorporados pelos produtores e por suas famílias; reflexos desses valores na organização produtiva e na reconstrução socioambiental do rural metropolitano, dentre outros.

Em hipótese, esses valores poderiam ser fortalecidos na família dos produtores agroecológicos e transferidos para a sociedade em um processo de migração de experiências e saberes. Dessa maneira, passaria a ser possível enxergar a Agricultura Agroecológica como uma força capaz de promover uma reconstrução da Ética da unidade familiar, da sociedade e do ambiente.

O objetivo desta etapa de investigação foi promover uma análise dos produtores e consumidores agroecológicos, assim como dos mecanismos de interação entre eles. Por meio do exercício da comercialização, nas feiras agroecológicas, e pelas interações ali promovidas, é neste local que foram investigados esses mecanismos de transferência de valores éticos e o reconhecimento do papel da agroecologia na construção de uma Ética ambiental.

A investigação privilegiou autores contemporâneos da teoria sociológica, no âmbito dos objetos da pesquisa, sem priorizar uma discussão com base nos autores clássicos sobre Ética e a relação natureza/cultura. A prerrogativa da tese corresponde a uma proposição teórica, cuja verificação empírica tem como objetivo identificar caso haja, a manifestação concreta da Ética; para isso, foram realizadas observações e entrevistas junto a produtores e consumidores agroecológicos. Dada a complexidade do tema escolhido, alguns



elementos da pesquisa foram elaborados considerando as discussões conduzidas por autoridades nos seus respectivos campos de atuação.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta tese usou como referência metodológica os procedimentos de um estudo de caso, conforme metodologia apresentada por Godoy (2010, p.118-120), esse estudo se estabelece como *um método de olhar a realidade social*. Os procedimentos adotados incluíram as técnicas de entrevistas, observações, coleta de história de vida, além de revisão de documentos, leis, artigos e livros, necessários para uma convergência das evidências coletadas que, segundo Yin (2010), são favorecidas pelas prévias proposições teóricas.

O estudo de caso pode ser diferenciado de outras possibilidades de pesquisa, por ter *um foco de atenção do pesquisador*, e neste caso o foco no objeto de estudo escolhido, a agricultura ecológica e seus atores, particularmente produtores e consumidores. Eles foram entrevistados em um ambiente comum, as feiras Agroecológicas, local onde são compartilhadas experiências, sendo uma condição mais propícia à aplicação de métodos de entrevistas e observações, conforme estabelecido por Stake<sup>3</sup> *apud* Godoi *et al.* (2012), como uma condição favorável para um estudo de caso.

A investigação foi realizada em três etapas. A primeira, constituída por uma revisão de literatura que objetivou levantar as práticas e condições que geraram os processos de degradação da natureza, considerando a crise da modernidade como elemento gerador desse processo, e identificando como e em quais momentos históricos começavam a surgir as ações preservacionistas, priorizando eventos e circunstâncias de repercussões globais.

Nessa fase foi produzido um relato histórico, dentro de uma compreensão cronológica, tendo como base de análise a interconexão dos acontecimentos de crises ambientais com as ações de busca pela

---

<sup>3</sup> STAKE, R. E. *Case study methods in educational research: seeking sweet water*. In: JAGER, R. M. (Ed.) *Complementary methods for research in education*. Washinngton, DC: American Education Research Association. 1988. p. 253-265

sustentabilidade, priorizando os eventos relacionados com a agricultura e seus modelos, propondo parâmetros de análise para fundamentar de que maneira a agricultura está inserida nesse contexto.

Ao final dessa etapa, já iniciada uma discussão sobre a sustentabilidade, propôs-se uma relação entre a agricultura e as práticas sustentáveis de repercussão global, idealizadas nos últimos 50 anos. Para esta análise foi definida a Natureza como universo em que são promovidos as referências e os modelos de sustentabilidade.

Dessa maneira, foi realizado um estudo com a finalidade de compreender como a Natureza é construída e compreendida socialmente e como influencia no processo de construção do sujeito, da autonomia, da ética e das práticas agroecológicas finalizando com uma discussão sobre os novos atores da agroecologia e sua relação com a natureza.

Na segunda etapa da investigação foi construída uma discussão filosófica sobre a ética, de modo a reconhecer a necessidade de uma Ética ambiental para reestruturar um agir e um pensar, para promover a sustentabilidade humana e o desenvolvimento social e econômico sustentável.

Nessa etapa foi realizado um diálogo entre autores, assim como apresentação de suas percepções, quanto à importância de uma Ética para reverter ou amenizar os efeitos da ação humana ao degradar o meio ambiente de forma irreversível e de criar situações que possam gerar grandes problemas ambientais, como a severa perda de biodiversidade, a drástica mudança dos ecossistemas e a significativa redução na oferta de recursos naturais.

Para o desenvolvimento da investigação sobre Ética foi escolhido como base central a obra de Edgar Morin (2011), *Ética - O Método 6* (Porto Alegre, Sulina), em que o autor apresenta uma importante discussão sobre a Ética, defesa de uma Ética Global ou da humanidade para a sustentabilidade e estruturação dessa Ética em três segmentos: a Antropoética, a Socioética e a Autoética. Os três segmentos foram detalhados de modo a possibilitar uma análise comparativa com as práticas agroecológicas. Para esse detalhamento, foi utilizada como referência a descrição de Vallaey (2011), que analisou os segmentos da Ética proposta por Morin, segundo os seguintes critérios: tipo de

dever, sujeito do dever, objeto do dever, tipo de responsabilidade e tipo de autonomia.

Na sequência, depois de realizada uma análise dos preceitos da Agroecologia em autores como Pinheiro, Ehlers, Altieri, Paschoal, Caporal, Costabeber, Brandenburg, Darolt e as leis e diretrizes nacionais e internacionais sobre produção orgânica entre outras, e a relação desses princípios agroecológicos com a Ética Global, foi proposta uma relação das práticas e dos valores da agricultura agroecológica com os três segmentos da Ética Global apresentados por Morin, objetivando fundamentar a Agroecológica, inspiradora de vertentes produtivas, como capaz de gerar e contribuir para a Ética da Sustentabilidade.

Muito da capacidade da Agroecologia em estabelecer valores éticos está nos aspectos considerados na sua idealização, como bem menciona Brandenburg (2002, p. 16). Para o autor, a agricultura alternativa ou ecológica aparece como um movimento de repulsão a uma política agrária excludente, esse contramovimento incentivado por organizações politicamente comprometidas e com interesse de construir uma sociedade democrática à luz de uma transformação social; é engajada no estabelecimento de um modelo produtivo orientado por uma racionalidade que rejeita a acumulação do capital a qualquer custo, mantendo-se fortemente ligada aos *objetivos de reprodução social e a um projeto social de vida, cuja definição está em função de aspirações individuais e valores socioculturais, que integram o mundo de sua experiência de vida.*

Nesse âmbito, os valores éticos surgem como resultado das ações orientadas por princípios e crenças associadas às práticas de restabelecimento do equilíbrio do sistema natural, e, de tal maneira, pode-se afirmar que os fatores que explicam as motivações para o crescimento da agricultura alternativa e (ou) ecológica não são de ordem apenas econômica, mas também ética e social, que resgatam um modelo agrícola carregado de múltiplas racionalidades ou dimensões, tais como: a econômica, a social, a religiosa, a afetiva e a da ética (BRANDENBURG, 2002).

Como consequência de os estudos terem levantados vários conceitos de Ética relacionados com a preservação da sociedade e pela dificuldade de delimitar com precisão seus contornos conceituais, foi necessário propor uma adaptação aos termos utilizados por Morin, Leff, Boff entre outros. O conceito adotado para servir de referência aos termos, Ética Global, Ética da Humanidade e a Ética do Cuidado foi a Ética da Sustentabilidade, por reconhecer que a palavra sustentabilidade representa precisamente um dos principais objetivos de uma sociedade, por ser uma base fundamentalmente do princípio da sobrevivência da espécie. E dentro desse conceito maior representado pela Ética da Sustentabilidade encontra-se a Ética ambiental<sup>4</sup>, que é o foco principal dessa pesquisa, sendo está Ética produzida nas interações com a natureza.

Essa hierarquização foi adotada na tentativa de simplificar a análise e por ser necessário reconhecer que, por mais ampla que seja a interferência da agricultura em uma sociedade, ela não é capaz de influenciar todos os aspectos sociais e da vida de uma pessoa: dessa forma, reconhece-se, para efeito desse estudo, que a Ética da Sustentabilidade compreende várias éticas, incluindo a Ética ambiental.

A terceira e última etapa da investigação foi desenvolvida em torno de uma discussão analítica sobre a agroecologia e seus atores, com o propósito de materializar e relacionar as bases formadoras da ética ambiental, nesse contexto demonstrando os meios em que ela se forma e se manifesta e em que condição é compartilhada, desde as primeiras etapas da relação com a natureza, pelos processos produtivos, até atingir uma maior abrangência, saindo do meio rural produtivo alcançando outros segmentos da sociedade. Como objeto de ligação entre o produtor e a sociedade foi considerado o ato da compra do produto ecológico pelo consumidor final, sendo um momento de interesse na investigação, e para a sua análise foram realizadas observações

---

<sup>4</sup> Ética ambiental é um conceito filosófico desenvolvido na década de 1960 que amplia o conceito de ética, enquanto da forma de agir do homem em seu meio social, pois se refere também à sua maneira de agir em relação à natureza. Considera que a conservação da vida humana está intrinsecamente ligada à conservação da vida de todos os seres. O conceito de ética ambiental relaciona-se assim como o conceito de ecocentrismo, por oposição ao antropocentrismo. Por esse conceito, o comportamento do homem deve ser considerado em relação a si mesmo e em relação a todos os seres vivos.

do comportamento do produtor e do consumidor, com intuito de evidenciar uma relação mais complexa que uma simples negociação de compra e venda, e sim uma condição capaz de estabelecer troca de experiências de vida e valores éticos.

A base dessa etapa foi a realização de um estudo de caso *interpretativo*<sup>5</sup>, que objetivou elaborar uma profunda descrição e interpretação do fenômeno estudado, propondo padrões nos dados levantados, elaborando categorias conceituais que permitiram ilustrar e confirmar as suposições teóricas. Nesse estágio foi necessário realizar o levantamento de um grande número de informações para permitir interpretar e teorizar sobre o objeto estudado.

Com a intenção de simplificar a complexa relação entre natureza, processos produtivos e consumo, quanto à questão da dinâmica na transferência de valores éticos, nos sistemas agroecológicos, foi adotado como critério de corte apenas a venda direta, produtor-consumidor, conhecido como uma das principais formas adotadas pelo circuito curto de comercialização, sendo assim desconsideradas a relevância e capacidade contributiva do intermediário<sup>6</sup> para esse processo, assim como quaisquer outros modelos, mesmo que capazes de promover fluxos de valores éticos entre produtores e a sociedade. Seguindo esse critério, as análises empíricas foram realizadas em feiras agroecológicas, locais onde foi investigado, por meio de entrevistas aos consumidores e produtores.

Especificamente, foram estudadas as feiras agroecológicas situadas na Região Metropolitana de Curitiba (RMC)<sup>7</sup> e com feirantes que são produtores

---

<sup>5</sup> A autora Merriam *apud* Godoi *et al* (2012) propõe uma conceituação para estudo de caso apresentando três tipos principais: descritivo, interpretativo e avaliativo.

<sup>6</sup> Segundo Darolt (2013), citado em Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura / organizadores Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani. — Curitiba: Kairós, 2013. Os circuitos curtos de venda de produtos agroecológicos permitem uma condição de venda indireta realizada pelo intermediário

<sup>7</sup> A Região Metropolitana de Curitiba localiza-se quase totalmente no Primeiro Planalto Paranaense. Apresenta como principais divisores naturais geográficos, a sudoeste, a Serra da Escarpa Devoniana, alcançando as bordas do Segundo Planalto Paranaense, e a leste a Serra do Mar, divisor com a planície litorânea. Faz fronteira ao norte com o estado de São Paulo e ao sul com o de Santa Catarina. A RMC é formada por 26 municípios, agrupados em cinco microrregiões totalizando 3.595.662 de habitantes em 2006, a segunda área metropolitana mais populosa do sul do país e a 118ª maior área metropolitana do mundo (PADILHA, 2008, p. 37).

que tenham mais de 10 anos de experiência nos sistemas agroecológicos, que, por definição da legislação brasileira, são considerados *produtores orgânicos*.

A discussão conceitual sobre os termos utilizados para definir os produtores e seus modos produtivos também foi objeto de estudo desta investigação, sendo apresentada uma justificativa para o uso do termo **produtores agroecológicos**, que define o tema desta tese.

Para a determinação de um período de experiência mínima<sup>8</sup> de 10 anos não foi adotado modelo algum sugerido na literatura, apenas critérios subjetivos, baseados numa reflexão que considerou tempo de conversão para a produção orgânica e a promulgação da Lei de Orgânicos 10.831/2003, *que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências*, e que o período mínimo fosse capaz de contemplar significativas experiências; um tempo que permitisse ao agricultor vivenciar, na plenitude, todo esse processo.

Na sequência foram realizadas entrevistas combinadas com observações, sendo estas compostas por duas partes: uma descritiva relatando o que ocorreu no campo e a segunda reflexiva com base em análises pessoais. O trabalho de coleta de informações teve um caráter qualitativo, com tempo de duração aproximadamente de trinta minutos por entrevistas aos produtores, conduzida no ambiente natural e com tom informal, conforme orientação de Godoi *et al.* (2012).

As entrevistas foram semiestruturadas<sup>9</sup>, porém no lugar de uma guia mestra com tópicos, foram elaboradas perguntas, formuladas com base no que Godoi *et al.* (2012, p. 304) definiram como *entrevista padronizada aberta*, com o propósito de provocar uma reflexão do entrevistado sobre aquele determinado tema. As questões tiveram como objetivo *compreender os significados que os entrevistados atribuem às situações relativas ao tema*; nesta circunstância, as entrevistas foram aplicadas para coletar dados *descritivos na linguagem do sujeito*. Para a melhor eficiência na coleta de

---

<sup>8</sup> Segundo Godoi *et al.* (2012, p. 140), “Os participantes devem ter conhecimento do fenômeno, objeto do estudo, e os dados obtidos devem dar conta de todos os aspectos nele envolvidos”.

<sup>9</sup> Segundo Godoi *et al.* (2012 p. 134), *as entrevistas semiestruturadas são adequadas quando o pesquisador deseja apreender a compreensão do mundo do entrevistado e as elaborações que ele usa para fundamentar suas opiniões e crenças. São pertinentes quando o assunto a ser pesquisado é complexo.*

informação, o roteiro utilizado permitiu uma flexibilidade, para não interferir na lógica do entrevistado.

Para as entrevistas dos produtores foram formuladas nove questões e para cada uma foi desenvolvida uma expectativa de resposta, para apoiar a hipótese de que a Agricultura Ecológica tem um fundamental papel na reconstrução da Ética ambiental e, por sua vez, na promoção da sustentabilidade do ser humano. As questões tiveram o propósito de comparar os depoimentos às práticas e aos valores agroecológicos relacionados às três éticas componentes da Ética da Sustentabilidade: a Autoética, a Socioética e a Antropoética. As questões foram formuladas com o intuito de perceber o quanto os agricultores, por meio de suas rotinas e hábitos, vivenciam e contribuem para a sustentabilidade humana.

As feiras agroecológicas da RMC foram os locais selecionados para as entrevistas, atendendo à orientação de Godoi *et al.* (2012, p. 309), segundo o qual deve-se:

evitar uma ruptura entre os momentos de uma vida cotidiana e a elaboração dos discursos da entrevista o convite deve ser precedido por um contato realizado nos canais naturais nos quais o sujeito desenvolve suas atividades.

As feiras foram escolhidas como local das entrevistas, pois possibilitava a acessibilidade aos entrevistados, reduzindo possíveis impactos decorrente da presença do pesquisador, por se tratar de um local público e de alta rotatividade de pessoas. Essa situação diminui a interferência do pesquisador na rotina dos entrevistados, que consideram a conversa e a troca de informação uma condição habitual do trabalho na feira, devendo o pesquisador apenas aguardar os momentos mais oportunos, que normalmente ocorrem nos intervalos entre uma venda e outra. Contudo, ante a possibilidade de o entrevistado apressar a entrevista, em situações em que sua atenção tenha sido requerida pelo cliente, as entrevistas eram pausadas até um segundo momento de disponibilidade do produtor. As questões aplicadas aos produtores foram as seguintes:

- Primeira questão: **Quanto às atividades associadas à agricultura ecológica desde a tomada de decisão, incluindo a produção, a comercialização e a divisão dos lucros. Existem momentos em que são discutidas coletivamente ou cabe a um responsável a tomada de todas as decisões importantes?** Com essa resposta, esperava-se verificar o nível de integração com os demais envolvidos, principalmente nas ações estratégicas e na busca de soluções (individuais, familiares, da comunidade e dos parceiros).
- Segunda questão: **Em sua opinião quais são as principais motivações para a entrada e a permanência de agricultores nas práticas agroecológicas?** Com essa resposta, pretende-se identificar e situar a eventual preocupação com o meio ambiente dentro dos outros critérios como oportunidades de mercado.
- Terceira questão: **Como os produtores enxergam as normas e leis propostas e em discussão, que regulamentam as práticas conservacionistas e as que estabelecem restrições no uso da terra com base em critérios preservacionistas?** Pretendia-se verificar o reconhecimento da importância de mecanismos legais como fruto de uma conquista social, de uma valorização do interesse coletivo, principalmente no aspecto de perda de um direito individual associado à produtividade, assim como a capacidade de os produtores enxergarem ganhos em longo prazo.
- Quarta questão: **Você reconhece nos outros produtores agroecológicos um interesse de participar e contribuir coletivamente incluindo o compartilhamento de soluções e de novas técnicas produtivas?** Pretendia-se verificar se existe tal interesse e, em caso positivo, em que medida a democratização do conhecimento e dos interesses proporciona o sucesso coletivo.
- Quinta questão: **O sistema produtivo agroecológico permite ao produtor desenvolver e desempenhar outros papéis sociais de forma satisfatória, ou exige uma dedicação quase exclusiva, devido ao trabalho excessivo? Para a mesma pergunta, acredita que**



**prática convencional segue a mesma condição?** Pretendia-se verificar se a prática agroecológica permite um desenvolvimento dos outros papéis importantes para o indivíduo e para a sustentabilidade da família.

- Sexta questão: **Quanto ao conceito de sustentabilidade ou meio ambiente, é este constantemente abordado, tanto no momento da produção e comercialização como nas reuniões familiares e com amigos?** Pretende-se verificar o nível de interiorização desse valor e o quanto ele está presente na vida dos produtores.
- Sétima questão: **Quanto aos demais produtores agroecológicos como são vistos na maioria das vezes? Como parceiros, concorrentes ou indiferentes?** Pretendia-se verificar se as práticas agroecológicas promovem uma integração entre os demais produtores
- Oitava questão: **Quanto aos hábitos adotados por sua família, vocês buscam desenvolver hábitos saudáveis e difundi-los em seu ambiente familiar incluindo os parentes não produtores?** Pretendia-se verificar o nível de interiorização desse valor e quanto ele está presente na vida dos produtores. Assim como a interferência dos hábitos no processo produtivo agroecológico
- Nona questão: **Qual sua percepção sobre natureza?** Com essa resposta esperava-se constatar o nível de compreensão sobre a Natureza principalmente no aspecto da necessidade de preservação e como referência de sustentabilidade.

Na sequência da investigação de campo foram entrevistados os consumidores, com vistas a evidenciar as relações presentes na compra de um produto agroecológico que demonstrassem um relacionamento entre produtor e consumidor com características além das observadas comumente em um simples ato de compra, tais como valores de amizade e confraternização, por exemplo.

Nessa etapa interessava à pesquisa identificar no relato dos consumidores evidências que sugerissem que os valores formados ou fortalecidos pelo ambiente agroecológico eram transferidos por meio das trocas de experiências de vida promovidos no ato da compra.

Dentre as evidências dessa migração de valores éticos foram observados o reconhecimento do nome do consumidor pelo produtor e vice-versa, o que, de certo modo, exprime a intimidade e a proximidade na relação; conversas sobre o cotidiano, que, além de prolongar o tempo disponibilizado para aquela ação, possibilitam a discussão sobre assuntos que permeiam outras temáticas, como política, experiências familiares entre outras; a troca de experiência como receitas, uma possível influência nos hábitos como o da alimentação; confiança, pautada na crença no sistema agroecológico; além de outros conceitos e termos associados que pudessem aparecer no diálogo como saúde, saudável, sustentável, menor risco, sem agrotóxico, entre outros.

Para evidenciar a troca de valores na relação produtor-consumidor foram realizadas entrevistas com os consumidores, sendo estes selecionados com base nos seguintes critérios: assiduidade nas feiras ecológicas, considerando mínima uma ida semanal e ser um consumidor de produtos ecológicos há mais de um ano; consumidores com esse perfil foram definidos a título desta pesquisa como **Consumidores agroecológicos da RMC**.

A investigação foi elaborada com o propósito de identificar possíveis mudanças de hábitos, costumes e valores impulsionados pela relação entre produtores e consumidores e pelo consumo desses produtos propriamente dito.

As questões aplicadas aos consumidores foram: Por que consomem produtos orgânicos ou agroecológicos? Alguns dos seus hábitos foram influenciados pelo consumo desses produtos? Que importância você atribuiria aos produtores e à própria produção agroecológica para a sustentabilidade do planeta e da sociedade? Você busca dialogar com amigos e familiares sobre a importância de consumir produtos ecológicos e como faz isso? Como é a sua relação com os feirantes, resume-se apenas na aquisição do produto ou são compartilhadas outras experiências?

Para o fechamento da fase de análise da relação pautada pelo ato da compra, foi realizada uma entrevista com um dos membros da Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (ACOPA). Para a escolha desse membro o critério foi a participação desde a fundação da associação até hoje. O propósito da entrevista foi compreender a motivação do grupo de associados, a relação com a sociedade, com a produção de alimentos, com o movimento agroecológico e, também, de que forma buscam influenciar a opinião dos consumidores em geral.

Para determinar a quantidade de entrevistas a serem aplicadas tanto aos produtores como aos consumidores, foi utilizada a recomendação de Taylor e Bogdan<sup>10</sup>, *apud* Godoi *et al.* (2012), que sugerem que, quando é um estudo de caso qualitativo não é necessário utilizar os métodos de amostra estatística, contudo devem ser estabelecidos critérios que determinem o encerramento das atividades de campo, sendo o critério adotado a saturação dos dados, ou seja, quando as novas informações começarem a ser repetitivas, não contribuindo com novos elementos. Dessa forma, as entrevistas foram encerradas quando observado o critério de saturação; contudo, para evitar condições adversas provocadas pelas possíveis particularidades advindas de diferentes localizações das feiras, todas as da RMC foram consideradas.

Para a identificação das feiras foi utilizado o mapeamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), que levantou 16 feiras agroecológicas na RMC, conforme quadro 1.1 e a figura 1.1.

**QUADRO 1.1: MAPEAMENTO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

	<b>Feiras</b>	<b>Onde</b>	<b>Quando</b>	<b>O que tem?</b>	<b>Nº de barracas</b>
<b>F1</b>	Feira de produtos agroecológicos IFPR	Rua Dr. Alcides Vieira Arcoverde, 1.225 - Jardim das Américas	Quinta-feira, das 8h às 17h.	Verduras, legumes, mel, sucos, compotas e produtos caseiros.	1
<b>F2</b>	Feira de Produtos Orgânicos do Jardim Botânico	Rua Dr. Jorge Mayer – Praça de Itália	Sábado, das 7h às 12h.	Hortaliças, frutas e processados.	7

<sup>10</sup> TAYLOR, S.J. BOGDAN, R. Introduction to qualitative research methods: guidebook and resource. 3ª ed. New York, 1998.

(CONTINUAÇÃO) QUADRO 1.1: Mapeamento das feiras agroecológicas da região metropolitana de Curitiba

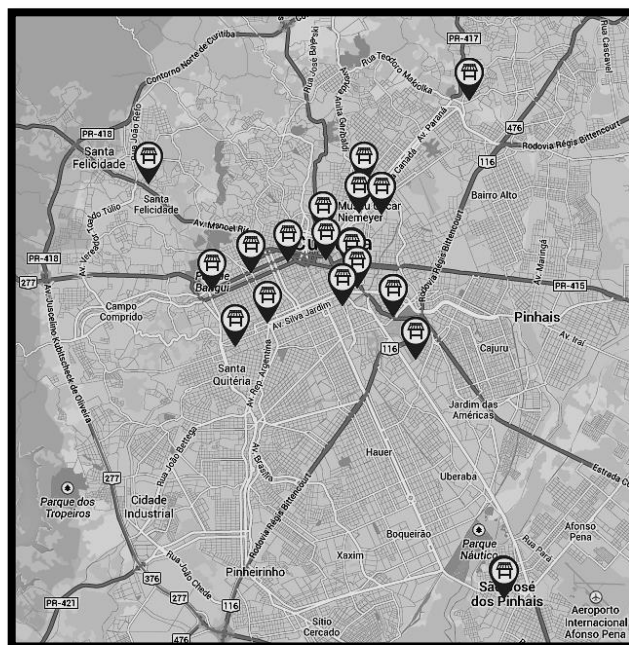
	<b>Feiras</b>	<b>Onde</b>	<b>Quando</b>	<b>O que tem?</b>	<b>Nº de barracas</b>
<b>F3</b>	Feira Mista (orgânico e convencional)	Rua da Bandeira, em frente a Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).	Quarta-feira, das 7h às 12h.	Hortaliças, frutas e processados.	5
<b>F4</b>	Feira de Orgânicos do Seminário	Rua João Argemiro Loyola	Terça-feira, das 7h às 12h.	Hortaliças, frutas e processados.	5
<b>F5</b>	Feira Orgânica do Passeio Público	Rua Presidente Faria passeio público	Sábado, das 7h às 12h.	Hortaliças, frutas e processados derivados de animais.	15
<b>F6</b>	Feira Orgânica da Prefeitura	Rua Papa João XXIII, ao lado da Prefeitura – Centro.	Quarta-feira, das 7h às 14h.	Hortaliças, frutas e processados.	5
<b>F7</b>	Feira Cabral	Rua Boa Jesus, na Praça São Paulo da Cruz, em frente à Igreja do Cabral.	Sábado, das 7h às 12h.	Hortaliças, frutas e processados.	7
<b>F8</b>	Feira da Praça Ucrânia	Entre a Rua Capitão Souza Franco e a Avenida Cândido Hartmann Champagnat	Sábado, das 7h às 12h.	Hortaliças, frutas e processados.	7
<b>F9</b>	Feira da UFPR	Campus da Universidade Federal do Paraná (UFPR) –		Hortaliças, frutas e processados.	2
<b>F10</b>	Feira orgânica Praça do Japão	Praça do Japão, na Av. República Argentina com Av. Sete de Setembro.	Quinta-feira, das 7h às 12h.	Hortaliças, frutas e processados.	5
<b>F11</b>	Feira de produtos agroecológicos – Ipardes	Centro Administrativo Santa Cândida – Rua Máxima João Kopp, 274, bloco cinco.	Quinta-feira, das 13h às 17h.	Hortaliças, frutas e processados.	2

(CONTINUAÇÃO) QUADRO 1.1: Mapeamento das feiras agroecológicas da região metropolitana de Curitiba

	<b>Feiras</b>	<b>Onde</b>	<b>Quando</b>	<b>O que tem?</b>	<b>Nº de barracas</b>
<b>F12</b>	Feira Orgânica Praça do Expedicionário	Rua Saldanha da Gama, na Praça do Expedicionário.	Quarta-feira, das 7h às 12h.	Hortaliças, frutas e processados derivados de animal.	5
<b>F13</b>	Feira Orgânica Santa Felicidade	Praça Piazza San Marco - Rua Via Veneto	Sábado, das 07h às 12h.	Hortaliças, frutas e processados derivados de animal.	
<b>F14</b>	Feira de Orgânicos e da Economia Solidária e da economia solidária	Praça do Verbo Divino, - Centro de São José dos Pinhais.	Sábado, a partir das 08h; terças feiras das 16h às 21h.	Alimentos, artesanatos e outros produtos orgânicos.	
<b>F15</b>	Mercado Municipal - Setor Mercado Orgânico	Rua da Paz, 608 - Jardim Botânico.	Segunda-feira, das 07h às 14h Terça-feira a Sábado das 07h às 18h Domingo das 07h às 13h.	Alimentos, artesanatos e outros produtos orgânicos.	
<b>F16</b>	Vila Viela Empório Orgânico	Rua Visconde de Nácar, 375 - São Francisco.	Segunda à Sábado, das 9h às 18:30h.	Alimentos, artesanatos e outros produtos orgânicos.	

Fonte: Revista do IDEC, edição p. 162 de 2012 (Revisado pelo autor).

FIGURA 1.1: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE CURITIBA



Fonte: Mapa de Feiras Orgânicas do IDEC

Para análise dos dados obtidos pelo estudo de caso, foram considerados dois critérios, utilizando como base os princípios apresentados por Godoi *et al.* (2012): o primeiro consistiu em submeter os dados a uma análise reflexiva resultando em um conjunto de notas que orientou o processo, transportando os dados para um nível conceitual; e o segundo foi a produção de uma síntese formada pelo rearranjo dos dados obtendo um maior amplitude e consolidação das informações empíricas. O propósito consiste em verificar em que medida o estudo de caso valida, se é que o faz, o fenômeno social estudado. Nessa etapa, com a intenção de reconhecer bases éticas em comum com outros projetos ou programas que de igual maneira objetivam promover a sustentabilidade, foram realizadas considerações sobre os princípios da economia solidária, acompanhando principalmente o seu Documento Base.

Também foram realizadas entrevistas em um total de quatro e observações em uma feira hortifrutigranjeira que comercializa produtos convencionais, este levantamento objetivou produzir elementos comparativos que possibilitaram verificar que diferentes realidades produzem valores éticos

também diferentes. Os dados obtidos tiveram a finalidade de evidenciar aspectos de comportamento quanto à relação entre os feirantes, à manifestação de práticas de cooperação e a relação com os clientes. O local selecionado para esta pesquisa foi o Mercado Regional Cajuru localizado na Av. Prefeito Mauricio Fruet, 1880, em Curitiba (PR), próximo ao terminal do Capão da Imbuia: esse mercado iniciou suas atividades em 14 de abril de 2012, é o primeiro Mercado Municipal de bairro em Curitiba, funcionando com o mesmo conceito do tradicional Mercado Municipal da mesma cidade. No local são comercializados diversos produtos, tais como:

cereais, frutas, verduras, carnes, frios e laticínios, calçados, roupas, bebidas em geral, mel, peixes, ovos, bolachas, flores, brinquedos, conservas, jornais, revistas, mercearia japonesa, massas em geral. Conta com um espaço gastronômico, praça de alimentação, restaurante, lanchonete e café. Possui estacionamento próprio e gratuito (PMC, 2014) <sup>11</sup>.

Dessa forma, os dados levantados por meio da observação e das entrevistas foram utilizados para verificar a validade, ou não, das proposições teóricas.

Os dados empíricos coletados foram acrescentados nos texto contemplando as discussões nos três Capítulos, sendo utilizados da seguinte forma: quando composto por relato de mais de um entrevistado e parafraseado pelo autor foi identificado como relatos de **Agricultores ou Consumidores agroecológicos da RMC**; quando citação direta, foi precedida da sinalização (**F<sub>x</sub> C<sub>x</sub>**), exemplo, relato de **F<sub>x</sub> C<sub>x</sub> Consumidor e/ (ou) F<sub>x</sub> A<sub>x</sub> Agricultor agroecológico da RMC**, sendo **F<sub>x</sub>** relacionada com qual feira foi realizada a entrevista e **C<sub>x</sub>** e **A<sub>x</sub>** indicando a sequência dos entrevistados, sendo eles consumidores (**C<sub>x</sub>**) ou agricultores (**A<sub>x</sub>**). Para os dados levantados na feira convencional, foram utilizados os mesmo critérios de exibição, porém seguidos da letra (C) de convencional (**F<sub>C</sub> A<sub>Cx</sub>**), (não foram entrevistados consumidores convencionais). As ordens das questões para efeito deste trabalho foram

---

<sup>11</sup> Prefeitura Municipal de Curitiba disponível em< <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/mercado-regional-cajuru/683> > acessado em <12/04/2014>

desconsideradas. Seguem algumas imagens dos locais onde foram realizadas as entrevistas.

FIGURA 1.2: FEIRANTES ORGÂNICOS DA PRAÇA DA ITÁLIA



Local: Rua Dr. Jorge Mayer (**F<sub>2</sub>**).

FIGURA 1.3: FEIRA DE ORGÂNICOS DA PRAÇA DA UCRÂNIA



Local: Av. Cândido Hartmann (**F<sub>8</sub>**).



FIGURA 1.4: FEIRA DE ORGÂNICOS DA UFPR



Local: Feira de orgânico do Campus da Agrária (**F<sub>9</sub>**).

FIGURA 1.5: FEIRA DE ORGÂNICOS DA PRAÇA DO EXPEDICIONÁRIO



Local: Rua Saldanha da Gama (**F<sub>12</sub>**)

FIGURA 1.6: FEIRA DE ORGÂNICOS DA PRAÇA DO JAPÃO



Local: Av. República Argentina (**F<sub>10</sub>**)

FIGURA 1.7: FEIRA DE ORGÂNICOS DO PASSEIO PÚBLICO



Local: Rua Presidente Faria (**F<sub>5</sub>**)

FIGURA 1.8: FEIRA MISTA DA EMATER



Local: Rua da Bandeira (**F<sub>3</sub>**)

# CAPÍTULO I

---

## 2. A AGRICULTURA

Neste capítulo apresenta-se uma reflexão sobre a modernidade e a crise ambiental, para construir uma análise com base nos relatos sobre a exploração do meio ambiente e o surgimento de práticas sustentáveis, com o objetivo de verificar em que medida a agricultura está presente nesse processo, tanto da exploração quanto da sustentabilidade, contextualizando com episódios históricos, de debates sobre a sustentabilidade, até o surgimento das práticas associadas à preservação ambiental e do conceito de sustentabilidade, e com destaque para quanto esse ideal sustentável influenciou a agricultura.

Para tanto, foi proposta uma reflexão sobre as teorias sociológicas gerais e contemporâneas, com intuito de estabelecer as bases para o entendimento sobre: a crise ambiental; a problemática da revalorização ambiental e do desenvolvimento de uma sociedade sustentável, e o papel da agricultura e da agroecologia nesse processo.

### 2.1 A MODERNIDADE A CRISE AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS NA AGRICULTURA

A modernidade produziu como reflexo na agricultura, segundo Petersen (2013), com o distanciamento dos agrossistemas dos ecossistemas naturais, diferenciando-os estrutural e funcionalmente. Dessa forma, as dinâmicas produtivas baseadas numa relação de integração entre natureza e agricultura, *que condicionaram as inovações tecnológicas por milênios foram desconsideradas para dar lugar a um padrão produtivo estruturalmente dependente*; o conceito de progresso técnico, que significou a intensificação de usos de insumos e equipamentos, passou a representar o marco decisivo para a entrada do capital na agricultura, que desconsiderou as práticas agrícolas

construídas culturalmente ao longo de anos e as especificidades dos ecossistemas locais. Ainda segundo o mesmo autor, a modernização da agricultura se estabeleceu pelo domínio *da prática, da teoria e da política* fortalecendo a ideia de que, quando mais moderna a agricultura se tornar, maior é sua capacidade produtiva, em uma relação direta e imediata com a adoção de *tecnologias exógenas*. (PETERSEN, 2013, p. 71).

No entanto, as comunidades rurais ainda estão distantes de se estabelecerem plenamente, conforme Souza-Lima *et al.* (2013, p. 27), e se veem ainda em risco *pelo acirramento do projeto de modernização e crescimento representado, sobretudo, pela intensificação das novidades herdadas da Revolução Verde*.

Não apenas no campo da produção agrícola, mas também para a sociedade, a Modernidade trouxe grandes cisões com os processos naturais, bem como produziu obstáculos para o campo da sustentabilidade, não cumprindo com as promessas iniciais, como afirma Touraine (1999), o conceito de modernidade é simultaneamente filosófico e econômico e está definido pelo domínio da razão, assim como pelos ideais de libertação e revolução. Contudo, para ele, a modernidade mais estabeleceu um engessamento regulatório do que promoveu uma sociedade mais dinâmica e autônoma. Isso aconteceu porque o choque da modernidade, mais precisamente os aspectos econômicos advindos com as teorias liberais, anulou os ideais emancipatórios. Por essa razão, para o autor, *a força libertadora da modernidade enfraquece à medida que ela mesmo triunfa*. (TOURAINÉ, 1999, p. 99).

A modernidade promoveu grandes avanços tecnológicos, porém ignorou projetos de emancipação do ser humano, e foi essencialmente acerca desse aspecto de emancipação, visto como uma base essencial para a modernidade, que Latour (1994) argumenta que nunca fomos modernos, pelo fato de a sociedade não ter vivenciado a emancipação anunciada pelo projeto da modernidade. Sob essa perspectiva, ela se mostrou inacabada porque seus objetivos principais, a regulação e a emancipação, são conflitantes e se anulam entre si. Refletindo sobre esse insucesso, Leff (2001) conclui que a

modernidade contraiu uma dívida para com a humanidade, uma *dívida da razão*.

Essa dívida foi se estabelecendo à medida que a libertação da humanidade da ignorância não era alcançada e, ao invés disso, se solidificava uma razão escravizadora, sujeita às regras da racionalidade econômico-tecnológica e às decorrências da racionalização imposta pela razão do poder, proporcionando-nos um conhecimento científico e ao mesmo tempo promovendo uma alienação. (LEFF, 2004).

Touraine (1999) sinaliza para as fraquezas da racionalidade moderna conhecida pela sua face capitalista que acabou produzindo tantas irracionalidades que colocou em crise sua própria estrutura de representação, e dentro deste contexto, segundo Leff (2000a), o meio ambiente vem sendo explorado pela expansão da racionalidade capitalista, e assim a irracionalidade se transforma em razão pela desenfreada produtividade e submissão da natureza, e desta forma a racionalidade produtiva geradora de riquezas converte-se em forças destrutivas, e é sobre essa perspectiva que a agricultura dita convencional vem se guiando.

Desse modo, para Leff (2001), a crise ambiental não pode ser entendida somente como um colapso de um modo de produção; ela se apresenta, sobretudo, como o declínio de um projeto civilizatório, o da modernidade e da sua proposta de desenvolvimento. Conforme o autor, a degradação do meio ambiente apresenta-se como consequência de uma crise de civilização, em que a evolução da tecnologia prevalece sobre a natureza que é posta como um recurso para a reprodução do capital (LEFF, 2000b).

A despeito da constatação da crise da modernidade, tanto Leff (2000 e 2001) como Touraine (1999) percebem esse momento como uma oportunidade criadora. Para Leff, esta crise se apresenta essencialmente como uma crise ambiental, sendo esta o ponto de partida para uma nova proposta baseada na complexidade ambiental, tomando forma na transição para o terceiro milênio, do moderno ao pós-moderno, para construir uma nova racionalidade, capaz de dar um novo significado à modernidade (LEFF, 2000a).

Ambos os autores acreditam que essa transformação ocorre no campo da própria modernidade. Por essa razão Touraine propõe uma expansão da ideia de modernidade. Para ele, a modernidade não pode ser analisada somente na esfera da racionalização técnica, da qual direciona muitas de suas críticas. Essa ampliação do entendimento da modernidade teria como propósito a ligação da racionalização e da subjetivação. Essa expansão de sentido se daria somente pelo renascimento do sujeito idealizado pelo autor individual e coletivo como movimento social (ROZENDO, 2006).

Designo por sujeito, a construção do indivíduo (ou grupo) como ator, através da associação de sua liberdade afirmada com sua experiência de vida assumida e reinterpretada. O sujeito é o esforço de transformação de uma situação vivida em ação livre: introduz liberdade no que aparece em primeiro lugar, como determinantes sociais e herança cultural (TOURAINÉ, 1996, p. 24).

Como, para Touraine, a ampliação da modernidade para uma modernidade crítica, capaz de se reinventar, estaria alicerçada no renascimento do sujeito, e esse novo sujeito pode surgir de uma interação homem e natureza, seja pelos processos produtivos agroecológicos, seja por outras formas, e dessa maneira propiciar estratégias para as populações enfrentarem os obstáculos criados por essa sociedade *englobante*<sup>12</sup>. A esse respeito Souza-Lima *et al.* (2013, p. 25), em sua pesquisa sobre *a agrofloresta e os contornos de um sujeito (re)significado*, observam que as práticas agroflorestais permitem, numa relação de dissociação e reconciliação do sujeito com o ambiente, a busca de formas de expressão concreta do

---

<sup>12</sup> Segundo Souza-Lima *et al.* (2013, p. 25-26) o termo englobante está relacionado ao seguinte contexto, conforme exposto nesse trecho do artigo: *No contexto global de crise civilizatória com rebatimentos econômicos, sociais, políticos, éticos e ambientais, há que se estar atento para o fato de que muito do que se escreve sobre a história de populações que foram alijadas para as margens pela excludente "sociedade englobante" (WANDERLEI, 2000, 2003), está centrado nas categorias de exploração, de colonização e de dominação. Sem deixar de reconhecer que esta "herança colonizadora" projeta-se como um obstáculo, é importante tornar visíveis algumas estratégias que tais populações elaboram para continuar coexistindo às margens da sociedade englobante, clamando sempre por certo nível de autonomia. A sociedade global está mais próxima do adjetivo excludente do que do englobante e isso obriga as populações alijadas – englobadas às avessas ou pela porta dos fundos – a se reinventarem.*

ambiente, possibilitando-o sobreviver às restrições impostas por essa sociedade, assim como permitem uma autonomia.

Desse modo, a ideia de liberdade seria uma condicionante imprescindível, e o universo de ação do novo sujeito seria a democracia, conforme Touraine, para quem ela *é a política do sujeito, pois ela é a busca de combinações entre a liberdade privada e a integração social ou, entre o sujeito e a razão* (TOURAINÉ, 1996, p. 26). Sob esse aspecto, a defesa da democracia é crucial no sentido que se estabelece como estratégia para uma política contrária à razão instrumental, objetivando o fim da crise ambiental.

Nessa perspectiva, para Leff, um pensar para a nova modernidade dependeria da construção de uma racionalidade nova com base em uma racionalidade ambiental. Sendo assim, o conjunto de ensinamentos surgiria das reflexões sobre a crise ambiental para reorientar a sociedade na reconstrução de uma modernidade alternativa. De acordo com Leff (2000b), esta nova racionalidade ambiental seria composta pelos seguintes processos:

o estabelecimento dos parâmetros axiológicos de uma ética ambiental, no qual se forjam os princípios morais que legitimam as condutas individuais e o comportamento social perante a natureza, o ambiente e o uso dos recursos naturais; a construção de uma teoria ambiental por meio da transformação de conceitos, técnicas e instrumentos, com o fim de conduzir os processos socioeconômicos para estilos de desenvolvimento sustentáveis; a mobilização de diferentes grupos sociais e a colocação em prática de projetos de gestão ambiental participativa, baseados nos princípios do ambientalismo (LEFF, 2000a, p. 212).

O que nos remete a uma análise comparativa com a agroecologia, que é: orientada na formação de valores, como os relacionados com a sustentabilidade e o respeito com a natureza; produtora de princípios morais, nos processos produtivos e comerciais; competente na capacidade de mobilizar diferentes grupos, como de produtores e consumidores; embasada em programas de gestão ambiental de seus recursos e processos, além de se desenvolver à luz dos princípios ambientalistas.

Para Leff (2001), o pensar ecológico estabelecido dentro dessa nova racionalidade deve ir além de uma simples conscientização e propor uma cultura de modificação das relações de produção e de poder entre Estado e sociedade. Segundo Rozendo (2006, p. 47),

a tomada de consciência desta crise exigiria o redirecionamento dos padrões produtivos e um novo tipo de racionalidade que orientasse o desenvolvimento nesta direção. Isto evidencia que a crise ambiental se transformou num terreno fértil, originando uma importante arena de luta política, na qual diferentes atores (movimentos sociais, comunidade acadêmica, Estado e etc.) disputam a definição do sentido e os rumos desta luta. Neste contexto, os problemas ambientais se tornaram objeto de disputas, mas ao mesmo tempo, um importante mecanismo mobilizador de uma diversidade de atores.

O crescimento do capital, focado em uma racionalidade basicamente econômica, já mostrou suas consequências e sintomas em uma crise ambiental, e o reconhecimento dessa crise nos induziu a repensar a ideia da impraticabilidade de um crescimento infinito em uma condição finita de recursos. Foi essencialmente a complexidade da crise ambiental que apresentou a fragilidade do conceito de progresso, no sentido do desenvolvimento nas mais variadas formas, proporcionando um campo de reflexão para novas propostas e novas interpretações de desenvolvimento (ROZENDO, 2006).

Neste campo de novas propostas como, por exemplo, a apresentada pelo relatório de Brundtland<sup>13</sup>, sendo esta a que mais se aproxima de um consenso oficial, sobre desenvolvimento sustentável, o que podemos dizer é que esse novo desenvolvimento mais sustentável deverá superar alguns obstáculos e limites, principalmente no que se refere à agricultura. Entre as

---

<sup>13</sup> Nos anos 80, a ONU retomou as discussões sobre a temática ambiental indicando pela Organização, a primeira-ministra da Noruega, **Gro Harlem Brundtland**, que comandou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983, após uma análise dos últimos 10 anos da Conferência de Estocolmo, com o propósito de propor encontros em várias partes do mundo e elaborar um resultado formal das discussões. O documento final desse trabalho intitulou-se de *Nosso Futuro Comum* ou Relatório **Brundtland**. Exposto em 1987, propõe uma definição para o desenvolvimento sustentável, sendo este, aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades. *Nosso Futuro comum: Comissão mundial sobre meio ambiente e Desenvolvimento*- 2ª. Ed. Rio de Janeiro editora Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430 p.



propostas apresentadas pelo relatório, algumas estão em sintonia com os objetivos da agroecologia, sendo elas: a criação de tecnologias ecologicamente adaptadas; estabelecimento de limites para o uso de recursos naturais; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; redução do uso de energia; a reciclagem; o consumo inteligente de água e de alimentos; diminuição no uso de produtos químicos que prejudicam a saúde na produção alimentícia (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

Quanto à proposta de uma agricultura sustentável, os debates sobre o tema apontam que esta se vem fortalecendo à medida que alguns eventos gerais, como apresentado por Almeida, acontecem e se intensificam:

a) uma crise generalizada nos países de capitalismo periférico, a partir da década de 1950, mostrando que o progresso não é uma virtude natural; b) crises sociais, expressas de diferentes maneiras, via concentração de renda, de riquezas e da terra, o êxodo rural e a violência em todos os sentidos; c) uma crise ambiental, manifestada também de diferentes e graves formas, como, por exemplo, a degradação e a escassez dos recursos naturais, contaminação dos alimentos, etc. d) uma crise econômica, a partir da diminuição dos níveis médios de renda (ALMEIDA, 2005, p.15).

O que podemos reconhecer é que esses aspectos são reflexos da crise da ideia de modernidade ou da própria modernidade, presente nos projetos de desenvolvimento dominantes, e uma das suas consequências no rural é que a ideia de desenvolvimento é reduzida a uma simples modernização produzida nos países desenvolvidos e reproduzida nos demais, como se observa na imposição de pacotes tecnológicos fechados, que estabelecem modelos padronizados de produção agrícola.

Nos espaços rurais, assim como na agricultura, essa crise repercutiu, conforme Almeida (2005, p. 16), na *transformação, por vezes brusca e crítica, da agricultura dita tradicional. Essa passou a ser vista, quase sempre, como algo atrasado, incapaz de alavancar o progresso pretendido*. Nesse processo os agricultores são submetidos a inflexíveis políticas de modernização, que lhes impõem uma rápida inserção no mercado, para cumprir com as promessas

de crescimento das ofertas e demandas, que colocavam o consumo como base vital para a modernização.

Como propósito de resistência o desenvolvimento sustentável não tropeça apenas em problemas conceituais para a sua implantação, ele demanda uma ampla discussão científica, social e filosófica, considerando até mesmo questionamentos utópicos atuais. Quanto à agricultura, é na face técnico-científica por sua vez que surgem as principais dificuldades; contudo, segundo Almeida (2005, p. 17), a agricultura sustentável vem demonstrando significativos resultados no campo da experimentação social e produtiva, *bem como se justifica e se legitima socialmente pela justiça dos propósitos de equidade e preservação ambiental*. Ademais, no discurso da agricultura sustentável predominam, conforme o autor, principalmente as preocupações sobre o natural, sobrando um papel secundário para as problemáticas sociais: *erosão dos solos, a contaminação dos recursos hídricos e a destruição sobre florestas têm predominado no debate. Pouco ainda se ouve falar e propor uma sustentabilidade voltada para a extinção da miséria e da pobreza*. (ALMEIDA 2005, p.17). Porém, sobre essa crítica, o que percebemos é que as novas propostas agroecológicas começaram a contemplar o lado social, trazendo critérios de justiça e de democracia nos modelos produtivos mais recentes.

## 2.2 A EXPLORAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA NATUREZA AO LONGO DO TEMPO E O PAPEL DA AGRICULTURA

A forma de progresso diretamente relacionado ao crescimento industrial para a rápida expansão de mercado<sup>14</sup> e com base em tecnologias com expressivo potencial poluente foram fatores cruciais para o aumento da degradação do meio ambiente. A tendência degradadora, no entanto, se

---

<sup>14</sup> Como uma das primeiras e a principal referência de um mercado de massa, temos o comércio de carro da Ford, principalmente o modelo T. O sistema que moldou a produção desse carro ficou conhecido como fordismo; sistemas de produção em larga escala, esse modelo de gestão foi proposto pelo empresário Henry Ford. Tem como objetivo a racionalização da produção com base em inovações técnicas e nas organizacionais, buscando produção em larga escala, um produto padronizado e com preço reduzido de modo a obter também um consumo em massa. A sua inspiração foram os princípios de Frederick Taylor.

acentuou a partir da década de 1970 até a primeira metade dos anos 1990, pois ainda havia uma cultura, uma ideia errônea de que países em desenvolvimento teriam mais vantagens competitivas se focassem em atividades que usam abundantemente os recursos naturais com controles ambientais pouco efetivos. Logo, a pressão para aumentar o volume de exportações representou um incentivo para a crescente exploração dos recursos naturais, e também para o crescimento das indústrias denominadas *sujas*, incluindo as agroindústrias.

No contexto da agricultura manteve-se a mesma lógica. Com o início da *agricultura moderna* nos séculos XVIII e XIX, os povos começaram a produzir em maior escala pondo fim a um longo período de relativa escassez<sup>15</sup> de alimentos. Essa agricultura teve sua transformação a partir da crescente aproximação das atividades agrícolas e pecuárias em várias regiões da Europa, marcando esse período como Primeira Revolução Agrícola<sup>16</sup>.

Essas técnicas não eram, na época, consideradas como novas, nem como revolucionárias, mas sua expansão em escala muito maior promoveu uma intensificação do uso do solo provocando o desaparecimento lento dos sistemas de pousio<sup>17</sup> na Europa Ocidental (BOSERUP, 1987).

---

<sup>15</sup> O jornalista Ricardo Rose (2014, p. 2), em seu texto *A Revolução Verde e a Oferta de Alimentos*, apresenta argumentos que defende que a população passou por uma real situação de escassez de alimentos. *Depois da Segunda Guerra Mundial, com a vacinação em massa contra várias doenças e o aumento do saneamento, diminuiu vertiginosamente o índice de mortalidade entre as crianças; o que aumentou ainda mais o crescimento populacional e com isso os temores de muitos em relação à disponibilidade de alimento para todos. A taxa de natalidade à época era bastante alta, principalmente nos países pobres e em desenvolvimento e, segundo cálculos de especialistas, não haveria produção agrícola suficiente para acompanhar o aumento do número de bocas a serem alimentadas. Previa-se assim, que antes do final do século XX haveria grandes carestias, assolando a maior parte das nações da Ásia, África e América Latina e provocando revoluções, conflitos armados e guerras entre nações.* Disponível em <<http://ricardorose.blogspot.com.br/2012/08/a-revolucao-verde-e-oferta-de-alimentos.html>> Acessado em 02/03/2014.

<sup>16</sup> As práticas conjuntas de produção animal e vegetal que caracterizaram a Primeira Revolução Agrícola tiveram como principal alicerce desse processo de fusão a implantação gradativa do sistema de rotação de cultura com plantas forrageiras leguminosas. Essa alternância permitiu uma intensificação na lotação de animais, beneficiando a fertilidade dos solos. Outra consequência foi o aumento da diversidade de cultura, uma prática hoje dita como obrigatória para a realização de uma agricultura sustentável (BOSERUP, 1987).

<sup>17</sup> Com a diminuição do pousio e com o aumento da produção a agricultura novamente passou por um processo de transformação, ficando cada vez mais necessária a fertilização do solo. Com a insuficiência de esterco e a utilização dos adubos orgânicos consumindo tempo e **mão de obra** excessivos, a mudança no processo produtivo ocorreu de forma inevitável em cima dos padrões de desenvolvimento vigente. Outro problema era disponibilização de terras para a manutenção dos animais impedindo a expansão do cultivo grãos que além de mais rentável encontrava um mercado consumidor em expansão (BOSERUP, 1987).

Em meados do século XIX, foi postulada a Lei do Mínimo, formulada pelo químico alemão Justus Von Liebig (1803-1873) por meio das suas teorias sobre o comportamento das substâncias minerais nos solos e nas plantas. Em 1840, Liebig publica sua obra clássica *Organic Chemistry in its Application to Agriculture and Physiology* (London, Upper Gower Street), demonstrando, com base em experimentos laboratoriais, que a nutrição das plantas acontece essencialmente por meio de substâncias químicas, ocorrentes no solo. A aplicação desses postulados à agricultura impulsionou a difusão da adubação mineral à base de compostos nitrogenados, fosfatados e potássicos solúveis, além do uso de calcário e de gesso nos processos produtivos<sup>18</sup>.

Dessa forma, o postulado de Liebig<sup>19</sup> atingiu os alicerces da produção vigente desde a Primeira Revolução Agrícola, endossando a cisão da agricultura com a pecuária. Com a adubação química e também com a permuta da tração animal por motores de combustão interna, não se justificava mais permanecer com um sistema produtivo mais complexo e dispendioso.

Com as novas exigências a agricultura passou a ser uma mina de muitas oportunidades para a indústria e os investidores ambiciosos, que gradativamente se apropriaram *de atividades relacionadas com a produção e processamento que, em conjunturas passadas eram encarados como elementos integrais do processo de produção rural, baseado na terra* (GOODMAN, *et al.* 1990, p.7). Porém, para Goodman, *et al.* a agricultura apresenta uma particularidade única e tal característica vem confrontando o capitalismo por tratar-se de um processo de produção natural, diferenciado em sua natureza de outras atividades não agrícolas no sentido de que não seria

---

<sup>18</sup> O *quimismo* de Liebig não atribuía à matéria orgânica propriedade alguma na nutrição das plantas o qual argumentava Liebig que a insolubilidade do húmus era uma evidência de sua inutilidade nos processos de crescimento vegetal (EHLERS, 1999). As teorias de Liebig, segundo Ehlers, levaram a acreditar que o aumento da produção agrícola teria uma relação diretamente proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporadas ao solo. A resposta das plantas dependeria da quantidade mínima disponível de cada elemento químico necessário ao seu crescimento e a ausência de algum desses elementos, ou sua presença em quantidades muito reduzidas, limitaria o crescimento vegetal. Esta teoria foi chamada de Lei do Mínimo.

<sup>19</sup> As ideias de Liebig se opuseram fortemente ao principal postulado agrônômico da época, a “teoria húmica” e, em partes, à visão aristotélica que era aceita amplamente desde os gregos e romanos até o século XIX, que dizia que a nutrição dos vegetais se dá por meio das raízes, que absorvem do solo partículas infinitamente pequenas constituídas, em grande parte, pelo mesmo material da planta. Essa concepção foi reforçada por autores como Kulbel, com a publicação de *Cause de la Fertilité des Terres e Thaer*, que afirmava que o húmus possuía uma *força vital* essencial à vida das plantas.

possível transformá-la diretamente em um setor da produção, por não haver alternativas tecnológicas capazes de reproduzir tais processos de forma totalmente controlada. Por tal razão a agricultura tomou um caminho significativamente diferente.

Incapazes de superar essas dificuldades primeiramente os *capitais industriais reagiram adaptando-se às especificidades da natureza na produção agrícola* (GOODMAN, 1990, p. 1). Assim, a indústria encontrou meios de romper parcialmente essas limitações dentro das condições mutáveis possíveis, interferindo e substituindo, como uso de máquinas no processo produtivo, e também com a adubação química. Dessa forma, vários aspectos da agricultura passaram a ser estabelecidos como atividades industriais buscando ao máximo, reproduzir processos naturais de produção em atividades industriais controladas, sendo ofertadas como insumos. Esse processo foi denominado *apropriacionismo*.

Além dos adubos químicos, outros insumos foram apropriados pelo setor industrial. As indústrias de insumos químicos, de implementos motomecanizados e de variedades genéticas selecionadas para alta produtividade foram primordiais para a consolidação do padrão produtivo moderno que se tornou predominante nas últimas seis décadas. Segundo Goodman *et al.* (1990), as sementes melhoradas tornaram-se os principais portadores do progresso técnico na biologia das plantas e o marco da apropriação industrial.

De mesma forma que a produção, os produtos agrícolas impuseram obstáculos semelhantes ao controle industrial, visto que as suas funções como alimento dificultavam a sua simples substituição por produtos industriais; entretanto, com o aparecimento da indústria alimentícia, deu-se início a um processo que ficou conhecido como *substitucionismo*. Nesse processo, o produto agrícola é reduzido a insumo industrial, cada vez mais sendo substituído por elementos não agrícolas, por processos sintéticos.

A transformação industrial da agricultura ocorreu historicamente através de uma série de apropriações parciais, descontínuas do

trabalho rural e dos processos biológicos de produção (máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologias), e do desenvolvimento paralelo de substitutos industriais para os produtos rurais. Este duplo movimento é representado pela emergência dos setores agroindustriais que fornecem insumos agrícolas e pela diversificação para além dos portões da fazenda do processamento e da distribuição dos alimentos e fibras. O crescimento do complexo agroindustrial é examinado com ênfase nos momentos decisivos (*turning points*) de natureza estrutural, determinados pelas inovações mecânicas, químicas e genéticas. Ao contrário de formulações recentes, este complexo é visto como uma fase dinâmica e, no final das contas, transitória, no desenvolvimento industrial da agricultura, e não como a sua expressão final e mais completa (GOODMAN *et al.*, 1990, p. 3).

A evolução agroindustrial, apoiada nas apropriações inicialmente parciais e discretas, conduziu claramente a uma crescente capitalização das atividades agrícolas. Em uma expressão mais ampla, o *apropriacionismo* se caracteriza pela pressão empreendida pelos capitais industriais de modo a *reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente como uma força fora de sua direção e controle* (GOODMAN *et al.*, 1990, p. 3). O sucesso dessa ação vem sendo obtido primeiramente pelo enfraquecimento dos limites impostos pela terra por meio da mecanização e, em seguida, pelo empenho contínuo de controlar e reproduzir os processos naturais da produção, transformando-os em conhecimento científico de domínio da indústria.

Semelhante ao *apropriacionismo*, a lógica do *substitucionismo* levou à criação de setores de acumulação, nas primeiras fases da fabricação de alimentos e fibras, objetivando a uma substituição completa do produto rural e, como consequência, da base *rural* da agricultura. Essa dinâmica é demonstrada pelos resultados obtidos pela indústria química e pela obtenção das matérias-primas sintéticas, assim como pela expansão dos alimentos intensamente processados, com uso de componentes alimentícios genéricos e o uso dos aditivos químicos Goodman *et al.*, (1990, p. 4) mencionam,

as novas direções do *apropriacionismo* e do *substitucionismo* criadas pelo advento na década de 1970 das modernas biotecnologias, particularmente da engenharia genética. Estes novos métodos

marcaram um avanço generalizado na manipulação industrial da natureza, e deram início a uma revolução tecnológica na reprodução de plantas e animais domésticos, nos agroquímicos e na fabricação de alimentos. Entretanto, a importância da biotecnologia engloba um âmbito muito mais amplo, estendendo-se a todas as indústrias que utilizam matérias-primas renováveis ou que potencialmente possam fazê-lo.

Em meados do século XIX, a partir de uma série de descobertas científicas e de avanços tecnológicos, como os fertilizantes químicos, o melhoramento genético das plantas e os motores de combustão interna, a agricultura sofreu uma nova revolução que vinha de encontro às descobertas da primeira, provocando um progressivo afastamento da produção animal e da produção vegetal. A agricultura sofreu uma série de mudanças durante a primeira metade do século XX impulsionada pelo surgimento das novas tecnologias. Uma diferente percepção da agricultura se instalava, incentivando a pesquisa para a potencialização dessas inovações e culminando, no início da década de 1970, num dos períodos de maior transformação na história recente da agricultura e da Agronomia. Essa nova e mais produtiva fase, conhecida como a Segunda Revolução Agrícola, veio a consolidar o padrão produtivo praticado nos últimos sessenta anos, tendo como premissa o uso intensivo de insumos e recursos naturais. Essa agricultura, também conhecida como *convencional* ou *clássica*, teve sua intensificação após a Segunda Guerra Mundial, culminando na década de setenta com a chamada Revolução Verde<sup>20</sup> (VEIGA, 1991).

A Revolução Verde no Brasil foi *um programa de remoção dos obstáculos à entrada do capital no campo, de estímulo à modernização da agropecuária* (MARTINS, 1986, p. 94); esse programa foi apoiado especialmente pelos governos militares entre 1964 e 1984, em acordo com os grandes capitalistas e latifundiários. Em face da Revolução Verde, os pequenos

---

<sup>20</sup> A Revolução Verde espalhou-se por vários países, quase sempre apoiada por órgãos governamentais, pela grande maioria da comunidade agrônoma e pelas empresas produtoras de insumos. Também tiveram destacada participação nesse processo, várias organizações internacionais, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a *United States Agency for International Development* (USAID), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), dentre outras (EHLERS, 1999).

agricultores sem capital financeiro para adquirir os novos pacotes tecnológicos foram gradativamente excluídos (ASSIS, 2006; GLIESSMAN, 2002).

Para atingir esse objetivo, o Estado definiu um complexo conjunto de instrumentos para fomentar e viabilizar a agricultura moderna. Como parte desse conjunto de medidas estava a manutenção da estrutura agrária baseada no latifúndio e na produção patronal, os quais eram considerados mais adequados para esta proposta de modernização da agricultura do que as propriedades familiares. Esse processo de modernização foi fortemente atacado pelos adeptos da reforma agrária e apelidado de *modernização conservadora* pelos opositores.

O processo de *modernização*, por meio de créditos subsidiados, favoreceu as propriedades patronais excluindo a agricultura familiar, gerando concentração da posse de terras e de riquezas, agravando as disparidades regionais e transformando a mão de obra familiar em assalariado temporário, e aumentando o desemprego e o subemprego volante. Como consequência desse processo, intensificou-se a migração do campo para os principais centros urbanos industrializados.

A tecnologia vem como propulsora assumindo um papel importante na intensificação da produção. Dessa forma, como bem menciona Graziano (1981), ela se torna apropriada aos interesses dos grandes capitais, mas não dos pequenos proprietários.

Contudo, a Revolução Verde logo daria lugar a uma série de preocupações relacionadas tanto aos seus impactos socioambientais quanto à sua viabilidade energética. Destacam-se consequências ambientais da agricultura convencional como: a erosão e perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos.

A modernização da agricultura trouxe vários problemas sociais e ambientais, como demonstrou o pesquisador Pascoal<sup>21</sup> *apud* Ehlers (1999), e o

---

<sup>21</sup> PASCHOAL, A. D. *Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.



crescimento do consumo de agrotóxico provocou também um aumento significativo no número de pragas.<sup>22</sup>

A agricultura foi simplificada, padronizada e o uso dos recursos naturais intensificados para que a unidade agrícola, que se mantinha sob uma perspectiva de unidade de vida e um *local onde vive a família* (PINHEIRO, 2004), fosse moldada às condições de produtividades industriais, mantendo a complexidade da vida sob os limites da compreensão humana.

A modernidade na agricultura foi cercada de um otimismo excessivo por parte de grandes economistas ao avaliarem a capacidade de o capitalismo superar os chamados *limites naturais*. Mas os índices de produtividade não se mantiveram, pondo em xeque a viabilidade da agricultura moderna e obrigando a Humanidade a rever a sua relação com a natureza.

Até mesmo o gênio crítico de Marx foi vítima dessa ideologia espontânea do industrialismo ao considerar que a missão histórica do capitalismo era justamente a de transcender o caráter limitado e condicionado das formas anteriores de interação com a natureza (VEIGA, 1991).

O relatório GEO Brasil 2002<sup>23</sup> (*Global Environment Outlook*), realizado pelo Pnuma, pelo Ibama, pelo IBGE entre outras instituições, quantificou algumas perdas e demandas de recursos ocasionadas pela agricultura nos Estados brasileiros, colocando um panorama bastante alarmante, fruto de uma agricultura moderna com seus moldes no capitalismo e na visão simplista de desenvolvimento<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> Fenômeno similar ao ocorrido nos EUA, onde, em 1946, havia apenas dez espécies de insetos e carrapatos resistentes aos produtos organo-minerais. Em 1969, a resistência foi confirmada em 224 espécies de insetos e ácaros. PASCHOAL citado por EHRLES, *op.cit.p.15* Hoje, cerca de 440 insetos e setenta fungos são resistentes aos agrotóxicos. NRC (**National Research Council**). **Alternative agriculture**. Washington, O. C.: National Academy Press, 1989.

<sup>23</sup> Texto completo disponível em < [http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/site\\_cnia/geo\\_brasil\\_2002.pdf](http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/site_cnia/geo_brasil_2002.pdf) >

<sup>24</sup> A agricultura principalmente a irrigada é a atividade humana que demanda maior quantidade de água. Em termos mundiais, estima-se que esse uso responda por cerca de 80% do uso total. Os processos erosivos são fortemente potencializados pela agricultura, em 1982 estimou-se que milhões de t de terras férteis erodidas anualmente causaram assoreamento e poluição em mananciais, correspondendo a 10 kg de solo para cada 1 kg de soja produzida. A erosão gera perdas correspondentes a R\$ 7,9 bilhões por ano, estimativa feita em 2002 (GEO BRASIL 2002). A desertificação é outra consequência da agricultura convencional. O diagnóstico básico do Plano Nacional de Combate a Desertificação em elaboração pelo

Os problemas sociais foram também importantes: o inchaço dos centros urbanos, o crescente aumento do desemprego, o monopólio das terras nacionais, os problemas de saúde e a miséria são consequências de um processo de desenvolvimento que vem doutrinando também a agricultura para uma dita modernidade.

A problemática alimentar foi igualmente agravada por esse processo, produzida pelas modificações dos sistemas de produção de alimentos com alterações nas relações socioambientais e culturais no campo. Assim, a modernização promoveu uma distribuição desigual das vantagens e desvantagens. Sem uma condição suficientemente bem estruturada, as populações rurais perceberam-se ainda ameaçadas pelo fortalecimento do projeto de modernização, representado, sobretudo, pela imposição das novidades tecnológicas provenientes da Revolução Verde.

Para entender a organização moderna da agricultura, Ploeg (2008) coloca o sistema de monocultura como o surgimento de um *Império*, compreendido como um modelo a ser seguido, e reconhecido como um sistema dominante, assumindo que o pressuposto da produção de alimentos deveria enquadrar-se em modelos técnicos e industriais. Além disso, o autor acredita que a agricultura atual segue três cursos simultâneos: a desativação, a industrialização e a recampanização. A desativação se caracteriza pelas áreas agrícolas desprezadas, substituídas por áreas de preservação ou pela expansão da urbanização. Já a industrialização representa as intensões da modernidade modificando e uniformizando os modos de produção e a cadeia produtiva como um todo, e em oposição à industrialização, o movimento de recampanização é compreendido como uma saída para as crises em torno da questão ambiental originada pela modernidade. Configura-se pelo objetivo da não extinção da agricultura camponesa, existente em quase todos os lugares,

---

Ministério do Meio Ambiente, indicou uma área total de 1.548.672 km<sup>2</sup> com algum processo de degradação, sendo que 98.595 km<sup>2</sup> encontram-se na forma muito grave (GEO BRASIL 2002). E, além destes, muitos outros problemas surgiram ou se intensificaram com a modernização da agricultura como: as queimadas, a salinização, a contaminação do solo, a extinção de animais e plantas nativas entre outros.

acreditando que o camponês possui uma posição importante nesse processo e é ciente das suas necessidades e possibilidades (PLOEG, 2008).

Pode-se dizer que a agricultura camponesa contribuiu muito para a agroecologia: por exemplo, na influência dos princípios, como a ideia de *coprodução*, que tem como base a permanente interação e transformação recíproca entre o agricultor e o ambiente biofísico. Outras questões que podem ser evidenciadas pelas formas de produção tanto camponesa como agroecológica são: a opção pela diversidade das atividades no meio rural, como, por exemplo, as práticas de turismo rural, a promoção de programas ambientais, o beneficiamento da produção, entre outras ações que caracterizam a condição camponesa, podendo destacar as práticas cooperativas entre as famílias dos produtores que objetivam a sinergia de suas ações diante das dificuldades enfrentadas, como condições climáticas, financeiras e comerciais. Essa proatividade pela cooperação, que possivelmente é herdada ou inspirada pela condição camponesa, fortalece um ideal de coexistir e de resistir aos obstáculos da modernidade, protegendo os próprios interesses e desenvolvendo a autonomia, que pode ser garantida também pela diversificação da produção, sendo esta *condição de diversificação dos agroecossistemas um dos princípios da produção agroecológica* (SOUZA-LIMA *et al.* 2013, p. 29).

A condição camponesa, segundo Lima *et al.* (2013, p. 29), busca o desenvolvimento de uma autogestão de suas vidas, determinando sobre seus recursos materiais e imateriais de sobrevivência, que, para os agricultores, estão relacionados à gestão de seu recursos tangíveis e intangíveis como *insumos, conhecimentos, organizações sociais, valores etc.*, assim como à promoção dos canais de comercialização, que possibilitam o contato direto com o consumidor; características essas, evidenciadas na agroecologia, como apresentadas por Pinheiro (2004), Ehlers (1999), Altieri (1989), Paschoal (1995) Caporal e Costabeber (2002, 2001), Darolt (2012) e Brandenburg (2002).

Quanto à comercialização direta, mais precisamente as realizadas nas feiras, ela foi o ambiente de estudo para compreender a migração de valores, conforme apresentado no último Capítulo desta tese.

### 2.3 DISCUSSÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE E A RELAÇÃO COM A AGROECOLOGIA

No século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), surgiram efetivamente a preocupação com a exploração da natureza e a possibilidade de escassez de recursos. Foi necessário, assim, reformular as opções de desenvolvimento idealizadas na Revolução Industrial. Começaram a reaparecer, a partir daí, muitos movimentos de preservação ambiental, assim como publicações com enfoque preservacionista e de crítica ao modelo político vigente<sup>25</sup>, que já haviam iniciado em anos anteriores, mas que foram esquecidos durante as duas grandes guerras e no período entre elas.

A partir de então a natureza começou realmente a ser vista como algo afetável pelas atividades humanas, e os conhecimentos sobre ela entraram em pauta com movimentos de proteção ambiental e de correção das degradações já cometidas.

A obra de Carson certamente contribuiu para que a preocupação com as questões ambientais penetrasse a esfera da agricultura. Depois dela, vários produtos agroquímicos passaram a ser minuciosamente investigados. Aos poucos, na Europa e nos Estados Unidos, a opinião pública foi tomando conhecimento dos riscos que esses produtos representavam à saúde pública e ao ambiente. Os órgãos governamentais responsáveis pela legislação e pelo controle do uso de agrotóxicos passaram a ser pressionados por entidades organizadas da sociedade civil, principalmente as entidades ambientalistas e as ligas de proteção aos direitos dos consumidores.

---

<sup>25</sup> Em 1864, o norte-americano **Georges Perkins Marsh** lançou o livro intitulado, O Homem e a Natureza, segundo alguns historiadores que inspirou a criação do primeiro parque nacional do mundo, o **Yellowstone National Park**. Em 1973 o francês **Jean Dorst** lançou outro livro na Europa, intitulado "Antes que a Natureza Morra".

O livro<sup>26</sup> de Carson esteve inserido em um movimento de ideias semelhantes que não se restringia às tecnologias agropecuárias e aos problemas rurais. Outros trabalhos também questionavam o desenvolvimento do industrialismo, como o de Paul Ehrlich, *The population bomb*<sup>27</sup> (New York, Buccaneer Books), (A bomba populacional), em 1966, e o de Garret Hardin, *Tragedy of the commons*<sup>28</sup> (revista Science) (Tragédia dos comuns), em 1968, que reforçaram a teoria malthusiana, relacionando a degradação ambiental e a degradação dos recursos naturais ao crescimento populacional, não tardaram a surgir os modelos de sociedades ecológicas. E dois deles tiveram especial interesse para a agricultura Agroecológica. O primeiro, *Blueprint for survival*<sup>29</sup> (Plano para sobrevivência), defendia a descentralização, a diminuição de escalas e a ênfase em atividades humanas que envolvessem o mínimo de quebras ecológicas e o máximo de conservação de energia e de materiais, visando à autossuficiência e à sustentabilidade. (CASAGRANDE, 1999).

O segundo, *Small is beautiful*<sup>30</sup> (O negócio é ser pequeno), (Rio de Janeiro, Zahar), de Ernest Frederick Schumacher, preconizava que a vida nas sociedades industriais modernas estava sendo desvirtuada pelo culto obsessivo do crescimento econômico ilimitado. Schumacher julgava inevitável o colapso dessas sociedades, caso não houvesse uma reorientação para um modelo de vida compatível com as verdadeiras necessidades do ser humano. Nesse modelo, o desenvolvimento tecnológico nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos deveria buscar novos métodos de produção e novos padrões de consumo que impedissem a autodestruição, criando um novo estilo de vida *planejado para ser permanente* (CASAGRANDE, 1999).

Schumacher introduziu, a partir daí, o conceito de *tecnologia apropriada*, importante referencial teórico para as propostas agroecológicas, segundo o qual os métodos e os instrumentos de produção devem ser desenvolvidos de

---

<sup>26</sup> Versão revisada. Disponível <

[http://www.biologicaldiversity.org/publications/papers/Silent\\_Spring\\_revisited.pdf](http://www.biologicaldiversity.org/publications/papers/Silent_Spring_revisited.pdf) >

<sup>27</sup> Disponível <

[http://wescholar.wesleyan.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1064&context=etd\\_hon\\_theses](http://wescholar.wesleyan.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1064&context=etd_hon_theses)>

<sup>28</sup> Disponível em <

<http://eesc.columbia.edu/courses/v1003/lectures/population/Tragedy%20of%20the%20Commons.pdf> >

<sup>29</sup> Disponível em < <http://zpenenergy.com/downloads/blueprint.pdf> >

<sup>30</sup> Disponível < <http://coral.ufsm.br/rihi/udaeta/small.pdf> >

acordo com as diferentes realidades de cada país ou de cada região, práticas renegadas pela proposta da modernidade, e que fossem suficientemente baratas de modo a possibilitar sua utilização pelas populações de baixa renda, que pelos ideais modernistas acabaram sendo marginalizadas. As tecnologias apropriadas teriam o papel de reverter as tendências destrutivas provocadas pelo modelo desenvolvimentista dos países avançados. Schumacher criticava a simples transposição dos princípios que regem a produção industrial para a produção agrícola, sendo essa rejeição aos modelos industriais dominantes uma das bases da agroecologia. As atividades agrícolas envolvem diversos fatores, entre eles, a ideia de pertencimento ao local, aspectos culturais, a relação com a natureza, que vão além da busca de lucros e da diminuição dos custos. Na agricultura moderna, esses fatores são desprezados, ocasionando desperdício de recursos naturais e riscos ao solo e ao meio ambiente.

Além dos trabalhos de Carson e de Schumacher, outros despertaram o interesse da opinião pública. Nos anos 60 e início dos anos 70, configurava-se um ambiente contestatório que provocou, em vários países, uma reviravolta em diferentes segmentos da sociedade: a chamada contracultura. Esse movimento punha em questão vários aspectos comportamentais das sociedades modernas, principalmente os padrões de consumo. Discutia-se a hipótese de que seria possível reduzir drasticamente os níveis de consumo, adotando-se estilos de vida mais simples ou mais *naturais*. A contracultura reforçou outros movimentos como o feminismo, a consciência sobre a saúde, a luta contra o racismo, o ambientalismo, o movimento *hippie*, o movimento estudantil, que mostrou sua força em maio de 1968, nas ruas de Paris, dentre outros (EHLERS, 1999).

Nesse período os países começaram a pensar em conjunto as questões ambientais. Assim, no fervor das discussões de 1968, um grupo composto por cientistas, pedagogos, industriais, economistas, funcionários públicos, humanistas, entre outros, a convite do empresário Arillio Perceci, foram desafiados a discutir a crise atual e futura da Humanidade. Desse evento surgiu o *Clube de Roma*, que realizou uma série de análises reunidas em

relatórios que foram denominados *Os Limites do Crescimento*<sup>31</sup>; publicado em 1972 tornou-se um dos livros<sup>32</sup> mais vendidos sobre essa temática. Esse estudo utilizou simulações computadorizadas para analisar as tendências do crescimento da população global, o uso dos recursos e a poluição, traçando cenários desastrosos para o futuro da humanidade. Entre as oito principais variáveis selecionadas para o estudo, conforme apresentadas por Rattner (1990), podemos dizer que quatro delas estão diretamente ligadas com a agricultura, sendo elas: produção de alimentos; produção de fertilizantes; crescimento do consumo de energia; poluição ambiental por CO<sub>2</sub> e os resíduos da produção agrícola, e todas essas são levadas em consideração pela agroecologia para elaboração das técnicas produtivas.

Sob os efeitos deste e impulsionados por uma série de outras movimentações da década de 1960, a ONU realizou, com início no dia 5 de junho – data em que hoje se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente – de 1972, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a primeira Conferência Internacional<sup>33</sup>.

Considerado até hoje um dos principais eventos de discussão sobre a temática ambiental produzindo grandes resultados como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que apresenta temas

---

31 “Em retrospectiva histórica, há certa analogia com a década dos setenta. Dois choques de petróleo (1973 e 1978), seguidos de violenta alta dos preços de alimentos, crise cambial e bancária e empobrecimento generalizado das populações do então chamado “Terceiro Mundo”, criaram um clima de pânico e de preocupação com o futuro por parte de acadêmicos, políticos e empresários dos quais um grupo resolveu criar o “Clube de Roma” com o objetivo de oferecer soluções para a crise mundial. O Clube encomendou um estudo a um grupo de pesquisadores do MIT – *Massachusetts Institute of Technology* – que trabalhou sob a inspiração e coordenação do professor Jay W. Forrester, um dos pioneiros em dinâmica de sistemas. O grupo trabalhou com a hipótese de se tratar de fenômenos melhor explicados por “**multiloop non-linear feedback systems**”, ou seja, sistemas realimentados por oscilações múltiplas e não lineares. Os resultados dos estudos individuais foram apresentados ao Clube de Roma e publicados em livro intitulado “Limites de Crescimento”, em 1972 (São Paulo, editora Perspectiva). Para suas análises, os autores selecionaram algumas variáveis hipotetizando seu crescimento exponencial, chegando à conclusão óbvia de um futuro desequilíbrio e até um colapso total do planeta Terra (RATTNER, 2008).

<sup>32</sup> Disponível < <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf> >

<sup>33</sup> A chamada Conferência de Estocolmo, na qual representantes de 113 países assumiram compromissos políticos com o intuito de estabelecer ações para a preservação do meio ambiente, foi concebido um plano de Ação Mundial e foram estabelecidas normas, que todos assumiram o compromisso de seguir, para o então chamado Programa Internacional de Educação Ambiental; além disso, a partir dessa conferência, a EA passou a ser considerada um campo de ação pedagógica, adquirindo grande relevância internacional e, a partir de então, as questões ambientais passaram a ser cada vez mais valorizadas, tanto sobre o ponto de vista de produção quanto de consumo.

transversais à agricultura e com bastante similaridade de princípios com a agroecologia como, por exemplo, interesses sobre: mudanças climáticas; desastres e conflitos; manejo de ecossistemas; substâncias nocivas; resíduos e eficiência de recursos, sendo atualmente áreas de atuação do programa, conforme apresentadas no site oficial<sup>34</sup>. Outra grande contribuição foi a Declaração da ONU sobre o Ambiente Humano, além da sugestão para a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

A carta de Belgrado, de 1975, elaborada com a ajuda de especialistas ambientais do mundo todo, aponta para fatores diversos, mas, sobretudo, para a necessidade de se construir uma consciência ambiental coletiva e uma nova ética global, uma ética promovida individualmente e socialmente, considerando lugar do homem no Planeta; uma ética que considere as relações complexas, e em perpétua transformação, entre o homem e a natureza (ARAÚJO, 2010).

A carta de Belgrado estabeleceu objetivos para um trabalho em Educação Ambiental que estão fortemente associados com os princípios da agroecologia, tais como:

1a **Conscientização**: contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele. 2. **Conhecimento**: propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades. 3. **Atitudes**: propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais. 4. **Habilidades**: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa. 5. **Capacidade de avaliação**: estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental. 6. **Participação**: contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com relação às questões ambientais (BARBIER; SILVA, 2011 p. 55-56).

Na sequência houve a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, que foi realizada na Geórgia, então parte da União Soviética, em outubro de 1977. A conferência resultou de uma soma de

---

<sup>34</sup> <http://www.pnuma.org.br/interna.php?id=52>



esforços da Unesco e o recém-criado Programa de Meio Ambiente da ONU, o Pnuma. Foi nesse evento que se propuseram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental, que vigoram ainda hoje em todo o mundo. Como exemplo da extensão dos resultados obtidos naquele evento, a Coordenação de Educação Ambiental do MEC lançou um documento intitulado *Educação Ambiental*, destacando as principais características da Educação Ambiental sob a luz de Tbilisi, sendo possível uma breve analogia às práticas agroecológicas, como apresentado no quadro 2.3.1:

QUADRO 2.3.1: ANÁLISE RELACIONAL ENTRE OS PRINCÍPIOS DA AGROECOLOGIA E OS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

<b>Características da educação ambiental com base na conferência de <i>Tbilisi</i></b>	<b>Característica da Agroecologia conforme interpretação das descrições apresentadas pelos autores: Pinheiro; Ehlers; Altieri; Paschoal; Caporal; Costabeber; Darolt e Brandenburg.</b>
Processo dinâmico integrativo	Por trabalhar fora de um engessamento tecnológico da agricultura moderna e considerar a complexidade do ambiente natural
Transformadora:	Por possibilitar uma relação de formação entre o sujeito e o ambiente biofísico
Participativa	Por promover uma relação de cooperação
Permanente	Por buscar a sustentabilidade
Contextualizadora	Por considerar as práticas e culturas regionais
Considerar o meio ambiente em sua totalidade	Por privilegiar uma visão holística
Aplicar um enfoque interdisciplinar	Por aproximar as diversas áreas do conhecimento

A Educação Ambiental, conforme leituras dos resultados dessas discussões, deve ser desenvolvida pela inclusão de temas multidisciplinares, o que inclui discussões sobre hábitos alimentares e a agricultura e ações que busquem, no ensino formal, um meio para alcançar os padrões desejados por essa educação.

Nos anos de 1990, seguindo o modelo da década anterior, também houve outros encontros de discussão ambiental, como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, comumente chamada Rio-92 também conhecida como ECO-92, Cúpula ou Cimeira da Terra. Nessa conferência, com o objetivo de promover, em escala mundial, novos modelos de desenvolvimento sustentáveis, foi proposta uma

série de diretrizes para tornar o mundo mais saudável, com metas para a realização de ações concretas. Nela foram criados documentos de suma importância para as propostas, leis e ações ambientais como, por exemplo, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Um dos principais resultados da ECO-92 foi a Agenda 21: um documento que estabelece princípios e intenções para os cuidados com o meio ambiente. A Agenda 21(Brasília 2003) trata de temas como o meio ambiente, ecologia e desenvolvimento sustentável, entre outros. Há muitas discussões presentes no documento, mas os temas tratados que podem ser relacionados diretamente com os princípios da agroecologia são: combate à desertificação e seca; mudança nos padrões de consumo; integração entre meio ambiente e desenvolvimento; combate ao desmatamento em todo o mundo; conservação da biodiversidade; desenvolvimento rural com sustentabilidade; preservação dos ecossistemas do planeta com atenção especial aos mais frágeis; preservação dos recursos hídricos, sobretudo das fontes de água doce; proteção da atmosfera; tratamento e destinação responsável dos diversos tipos de resíduos; uso dos recursos da terra com planejamento e consciência.

A proposta aceita mundialmente para o desenvolvimento sustentável é, portanto, a que estabelece que a sustentabilidade ecológica constitua, também, uma condição da sustentabilidade do processo econômico. Ou seja, fatores como pobreza, desigualdade e degradação ambiental não podem ser analisados de maneira isolada.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável só é atingido quando o uso dos recursos naturais objetivar a redução da desigualdade e da pobreza, promovendo: justiça, visando às condições adequadas de vida; cultura, sem desconsiderar práticas e costumes populares, disponível e acessível a toda a população; e condições políticas que garantam participação democrática e participação populacional nas decisões. Ademais, é necessário que o desenvolvimento econômico e de progresso sirva às leis de funcionamento dos sistemas naturais, respeite a dignidade humana e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, ou seja, atenda a todos esses quesitos. Logo, o

desenvolvimento sustentável deve ser capaz de compatibilizar o rápido crescimento econômico, o que exige políticas apropriadas, planejamento prévio e investimentos criteriosos.

## 2.4 A AGROECOLOGIA COMO BASE FORMADORA DE UMA SUSTENTABILIDADE

Por volta de 1920 surgiu uma série de correntes ou escolas de agriculturas alternativas, também conhecidas como movimentos rebeldes, como o biodinâmico, o orgânica, o biológico, o natural, a permacultura, entre outras, apresentando bases tecnológicas em comum, e se diferenciando entre si principalmente por suas premissas filosóficas e região de origem. Mesmo considerando que parte dos fundamentos que contribuíram para a idealização desses modelos de produção já ter sido proposta, no início do século XX, foi como consequência da modernização da agricultura que eles se estabeleceram como práticas alternativas contra a agricultura dominante.

Inicialmente foram considerados como movimentos românticos, sem bases científicas, não gerando grandes repercussões, e ineficientes pra uma produtividade em larga escala. Mas foi por iniciativa de grupos de pesquisadores preocupados com os problemas ambientais e de saúde que essas práticas passaram a ser desenvolvidas, resgatando e ressignificando o termo agroecologia, antes empregado apenas como uma ligação entre as ciências agrárias e a ecologia, assumindo-o como modelo de resistência ao sistema hegemônico.

Outro ponto fundamental dessas práticas alternativas foi o uso da epistemologia das ciências tradicionais, resgatando o conhecimento gerado por populações camponesas e agricultores familiares, sobretudo na América Latina, fortalecendo a sua ligação com as ciências sociais, principalmente pelos trabalhos de Sevilla Guzmán, que consideram que os seus estudos sobre o campesinato promoveram uma contribuição das ciências sociais para a agroecologia. O autor sinaliza o importante papel da Sociologia, porém

reconhece que os princípios técnicos foram passo inicial para o estabelecimento desses movimentos (VALADÃO, 2012).

Desse modo, a evolução da agroecologia como ciência ou campo epistemológico vem-se construindo pelo esforço de grupos de pesquisadores, que se propuseram a romper com as bases da ciência convencional. Essa nova base científica, ao oposto dos esquemas cartesianos, propõe-se como integradora e holística e, por isso, mais eficiente como orientação teórica e prática para o desenvolvimento de um rural sustentável, apoiando uma sinergia entre as diversas disciplinas científicas, como as ciências agrárias, a Ecologia a Biologia, a Física, a Economia, a Sociologia, Antropologia, a Educação, a comunicação entre outras. (CAPORAL, COSTABEBER, PAULLUS, 2006).

Porém esses movimentos não encontraram um caminho fácil, já no fim da década de 1930, eram cada vez mais marginalizados pelo intenso progresso da Segunda Revolução Agrícola. A partir de 1950, todas as práticas dissidentes eram rotuladas simplesmente como retrógradas e sem validade científica. Merrill (1983) reconhece que, entre os anos 50 e os anos 70, a ecoagricultura mergulhou no hiato de sua história.

A partir dos anos 60, começam a surgir indícios de que a agricultura convencional, ou clássica, além de apresentar problemas energéticos e econômicos, vinha causando cada vez mais danos ambientais. *Primavera silenciosa* (Brasil, GAIA), publicação da bióloga marinha Rachel Carson, é marcante como um dos primeiros questionamentos de repercussão global, sobre as bases tecnológicas da agricultura convencional.

Nos EUA, a preocupação com os impactos ambientais da agricultura convencional se deu, principalmente, em função dos problemas causados pelos resíduos de agrotóxicos na água, no solo, nas populações urbanas e rurais e nos alimentos. Em 1961, foi realizada a primeira reunião do comitê de peritos em resíduos de pesticidas da Organização Mundial de Saúde. Em 1962, as denúncias de Rachel Carson quanto ao uso indiscriminado de substâncias químicas tóxicas na agricultura acabaram provocando fortes reações. Seu livro foi um alerta para a opinião pública, para o governo e para o setor industrializado da agricultura. Apontando os impactos ambientais provocados

pelos agrotóxicos, Carson questionava o modelo agrícola convencional e sua crescente dependência do petróleo como matriz energética.

No início dos anos 70, a oposição ao padrão produtivo agrícola moderno concentrava-se em torno de um amplo conjunto de propostas Agroecológicas, movimento que ficou conhecido como *agricultura Agroecológica*. Foi esse movimento que se passou a empregar a denominação *agricultura convencional* para o padrão agrícola então dominante, evidenciando sua oposição em relação ao padrão alternativo. Em vários países, crescia o interesse por essas ideias e, em 1972, era fundada em Versalhes, na França, a *International Federation on Organic Agriculture Movement* - IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica). Logo de início, a IFOAM reuniu cerca de quatrocentas entidades *agroambientalistas*, tornando-se a primeira organização internacional criada para fortalecer a agricultura agroecológica. Suas principais atribuições passaram a ser a troca de informações entre as entidades associadas, a harmonização internacional de normas técnicas e a certificação de produtos orgânicos.

Na década de 1980, o interesse da opinião pública pelas questões ambientais e a adesão de alguns pesquisadores ao movimento alternativo, principalmente em função dos efeitos adversos dos métodos convencionais, tiveram alguns desdobramentos importantes no âmbito da ciência e da tecnologia. É o caso, por exemplo, da agricultura regenerativa<sup>35</sup> iniciada nos EUA. As características mais marcantes desses desdobramentos são: a busca de fundamentação científica para suas propostas técnicas e, no caso da agroecologia, o firme propósito de valorizar os aspectos socioculturais da produção agrícola.

Segundo Ehlers, no início dos anos 80, a agroecologia foi se firmando no interior do sistema de pesquisa norte-americano, embora que, muito antes dessa fase, fizesse parte de alguns cursos de Agronomia como uma disciplina científica. E parte do desenvolvimento da agroecologia pode ser atribuída a Klages. No final da década de 1920, esse autor sugeriu que para compreender

---

<sup>35</sup> De forma semelhante às demais produções agroecológica, a agricultura regenerativa tem com objetivo produzir alimentos saudáveis, porém no seu sistema de produção é priorizada a utilização de ciclos fechados de geração de insumos.

as complexas relações entre a agricultura e os ecossistemas *devem-se levar em conta os fatores fisiológicos e agronômicos que influenciam a distribuição e adaptação de culturas de determinadas espécies* (KLAGES citado por EHLERS 1999). Ainda segundo Ehlers em 1941, Klages ampliou sua definição incluindo os componentes históricos, tecnológicos e socioeconômicos que caracterizam os diferentes ambientes como determinantes para a produtividade das lavouras. E em 1965, Tischler formulou os princípios da ecologia agrícola, disciplina que foi incorporada aos currículos agronômicos e que tinha como enfoque principal a adaptação das culturas às condições específicas de cada agroecossistema. Outros trabalhos como os de Azzi<sup>36</sup> (1956), Wilsie<sup>37</sup> (1962), Chang<sup>38</sup> (1968) e Loucks<sup>39</sup> (1977) ajudaram a aproximar a agronomia da ecologia. Mas a integração com as ciências sociais, característica mais marcante do *movimento agroecológico* dos anos 80, estava apenas começando. (ALTIERI, 1989).

Em meados dos anos 80, a agroecologia tem como principal expoente o pesquisador Miguel Altieri, que estudou sistemas de produção tradicionais e indígenas, principalmente, em países da América Latina. Altieri propõe o desenvolvimento de técnicas que conciliem a atividade agrícola e a manutenção das características naturais e ecológicas do ambiente, sem desprezar os componentes sociais e econômicos. As adaptações da atividade agrícola ao meio e não o contrário, como apregoava a Revolução Verde, constituem o princípio básico da agroecologia.

Altieri (1989) explica que, nos EUA, o crescimento do movimento ambientalista, nos anos 70, foi fundamental para o fortalecimento da agroecologia. Nos anos 80, a agroecologia passa a propor práticas agroecológicas de manejo que reduzam os insumos nos agroecossistemas. Sua principal meta é a resolução dos problemas da sustentabilidade. No entanto, Altieri ressalta que, para esse fim, não basta abordar apenas os aspectos tecnológicos sem considerar as questões econômicas e sociais.

---

<sup>36</sup> AZZI, G. *Agricultural ecology*. Londres: Constable, 1956.

<sup>37</sup> WILSE, C. P. *Crop adaptation and distribution*.

<sup>38</sup> CHANG, J. H. *Climate and Agriculture*.

<sup>39</sup> LOUCKS, O. L. *Emergence of research on agro-systems*.

A agroecologia pode prover as diretrizes ecológicas para que o desenvolvimento tecnológico seja apontado na direção certa, mas, no processo, as questões tecnológicas devem assumir o seu devido lugar; servindo como uma estratégia do desenvolvimento rural que incorpore os problemas sociais e econômicos (ALTIERI, 1989).

Nos anos 80 as consequências da agricultura moderna se tornaram uma preocupação mundial; as evidentes degradações ambientais e a ineficiência energética<sup>40</sup> dos sistemas produtivos motivaram a comunidade científica e produtora a repensar nos fundamentos das práticas dessa agricultura. Além disso, crescia a pressão da opinião pública sobre os órgãos governamentais responsáveis pela salubridade dos alimentos e pela defesa do meio ambiente, e nesta fase foi importante a participação de entidades protetoras dos direitos dos consumidores e de entidades ambientalistas que se colocaram à frente desse processo que exigia mudanças no setor agrícola.

Em pleno início do século XX, predominavam no setor produtivo e junto à comunidade agrônômica a aceitação e o otimismo ante as teorias do químico alemão Justus Von Liebig, que introduziu a prática da adubação química na agricultura. Nem mesmo as contribuições de Louis Pasteur no campo da microbiologia, que mostraram a importância de determinados organismos vivos na decomposição da matéria orgânica e no processo de fixação biológica de nitrogênio, tiraram o foco das convicções sobre o quimismo de Liebig.

Porém a história da agricultura agroecológica, como menciona Brandenburg (2002), antecede a chamada Revolução Verde; já na década de 1920 surgiram alguns movimentos contrários à adubação química na agricultura que valorizavam o uso da matéria orgânica e de outras práticas culturais favoráveis aos processos biológicos, os chamados movimentos

---

<sup>40</sup> Segundo SCHROLL *apud* Campos e Campos (2004) em seu trabalho intitulado **Balancos energéticos agropecuários: uma importante ferramenta como indicativo de sustentabilidade de agroecossistemas**, a eficiência energética decresce à medida que problemas ambientais relativos à produção agrícola vão aparecendo afirma também que, *quando a saída de energia na alimentação humana se iguala à quantidade de energia fóssil despendida para produzi-la, não parece ser ecologicamente sustentável, e o autor argumentou que as duas principais maneiras para se aumentar a eficiência energética média do país seriam: 1) Encorajar maior produção de alimentos para os seres humanos em detrimento dos animais; 2) Reduzir a entrada de energia fóssil, especialmente aquela relacionada à aplicação de fertilizantes*, sendo a última recomendação fortemente impactante nos modelos produtivos convencionais ou idealizados pela segunda Revolução Verde. Disponível < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84782004000600050](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782004000600050)> Acessado em 03/03/2014

*rebeldes*. A exemplo na Alemanha, em 1924, com a agricultura biodinâmica e natural, na Inglaterra, em 1946, com a agricultura orgânica e na França, em 1940, com a *agriculture bio-dynalnique d'alimentation normale*<sup>41</sup>, entre outros.

Em sua origem, a agricultura ecológica está associada parte à preservação de saúde e parte a um estilo de vida anticonsumista e é promovida por movimentos de reação e de contestação ao domínio técnico industrial e crítico à agricultura de insumos químicos. (BARRES<sup>42</sup> *et al. apud* BRANDENBURG, 2002).

No Brasil, não existem registros de um movimento semelhante na primeira metade do século XX. Contudo, os fundamentos práticos para uma agricultura ecológica já existiam anteriormente ao período da modernização. Imigrantes europeus introduziram sistemas de produção baseados na gestão de recursos naturais oriundos da primeira revolução agrícola, sendo marginalizados pela política da modernização. Pode-se dizer que os nativos, descendentes de índios, dominavam um saber que tinha por base as leis da natureza e que embora não fosse competitivo com os sistemas modernos, tinha uma relação direta com os ecossistemas naturais. Enquanto um movimento socialmente organizado, a agricultura alternativa tem sua origem na década de 70. Surge como um contra movimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola. Esta, pelo seu caráter excludente, irá provocar uma reação de grupos de agricultores familiares não contemplados pelos benefícios dos subsídios governamentais, provenientes do crédito agrícola, ou de outros serviços prestados por órgãos públicos destinados a orientar o agricultor, prestar serviços e fomentar infraestrutura de apoio no meio rural (BRANDERBURG, 2002, p. 12).

Desde meados do século XVIII, quando Carl Lineu lançou o amplo conceito de *balanço da natureza*, vários pesquisadores vêm se dedicando a esse tema, e com o aumento do conhecimento científico nessa área, algumas verdades que antes pareciam inabaláveis hoje não passam de meros equívocos, como o postulado de Liebig que desconsiderou importantes aspectos dos ciclos biológicos, como a importante função do *húmus* na nutrição vegetal. Um importante conhecimento amplamente aplicado pela agroecologia,

---

<sup>41</sup> STEINER, Rudolf. *Fundamentos da agricultura biodinâmica*. São Paulo: Antroposófica, 1993 (trad. Gerard Bannwart).

<sup>42</sup> BARRES, D.; BONNY, S.; LEPAPE, Y.; REMY, I. *Uneethique de la pratique agricole* (Agriculteurs biologiques du Nord Drôme). Paris: Institut National de la Recherche Agronomique, 1985.



que é constantemente banalizado pela monocultura, é que quanto maior a diversidade de espécies presentes em um determinado ecossistema, mais complexas e amplas serão as interações tróficas entre os indivíduos presentes e por consequência maior será a estabilidade do sistema, como afirmam Veiga e Ehlers (2010, p.12), *a estabilidade é função direta da diversidade*. Os agroecossistemas estáveis tendem a absorver mais facilmente as perturbações externas, pois os impactos são dissipados entre seus vários componentes. Desse modo, tendem a ser mais duradouros.

Ao reduzir a diversidade e colocar juntas, as curtas distâncias, plantas de mesma espécie e em extensas áreas, o homem favorece a reprodução e a sobrevivência de certos herbívoros, os quais na presença de poucos competidores e inimigos naturais vêm a constituir populações numerosas, passando a ser considerados como pragas (PASCHOAL<sup>43</sup> citado por EHLERS, 1999, p.142).

Se a tecnologia química e genética das empresas agroindustriais não vai aliviar a fome no mundo, mas, pelo contrário, vai continuar a esterilizar o solo, perpetuar a injustiça social e colocar em risco o equilíbrio ecológico do nosso ambiente natural, para onde **nós** podemos nos voltar em busca de uma solução para esses problemas? Felizmente, existe uma solução fartamente documentada e mais do que comprovada, uma solução que resistiu à prova do tempo e que, ao mesmo tempo, é nova, e vem lentamente tomando o mundo agrícola numa revolução silenciosa. Trata-se de uma agricultura sustentável ou agroecologia (ALTIERI, 1999).

Em relação à agroecologia, é bom salientar que ocorre uma profunda confusão no uso do termo agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos, dificultam a compreensão dela como ciência<sup>44</sup> que

---

<sup>43</sup> PASCHOAL, A. D. *Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

<sup>44</sup> O termo a Agroecologia possui vários empregos, pode ser aplicado como ciência, como movimento e como prática. Dentro desse aspecto, a agroecologia não existe isoladamente, porém pode ser considerada como uma ciência integradora que combina conhecimentos de outras ciências, além de considerar saberes populares e tradicionais produzidos das experiências de agricultores familiares, assim como em comunidades indígenas e camponesas. (WEZEL et al., 2009 e CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

fundamenta as bases para a construção das vertentes da agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. É bem comum, ser confundida com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos *limpos* ou ecológicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde. Porém a Agroecologia tem que ser entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agriculturas convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis<sup>45</sup> (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Além de entender o seu conceito é importante conhecer a sua representatividade, conforme o *Organic Monitor*<sup>46</sup>, o mercado mundial de produtos orgânicos que no ano de 2008 alcançou cifras em torno de 50,9 bilhões de dólares, apresentando uma significativa evolução da demanda, dobrando o valor de 25 bilhões de dólares previstos em 2003. Os mais importantes mercados consumidores de produtos orgânicos, segundo o Instituto de Promoção do Desenvolvimento, estão localizados na América do Norte e na Europa, com 97% da representação mundial; os demais como o da Ásia, da América Latina e da Austrália têm importantes representações como produtores e exportadores mundiais.

Registros apontados no estudo *The World of Organic Agriculture*, realizado em 2010 pelo Research Institute of Organic Agriculture

---

<sup>45</sup> De acordo com Gliessman, podemos distinguir três níveis fundamentais no processo de transição ou conversão para agroecossistemas sustentáveis. O primeiro diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de inputs externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. Esta tem sido a principal ênfase da investigação agrária convencional, resultando disso muitas práticas e tecnologias que ajudam a reduzir os impactos negativos da agricultura convencional. O segundo nível da transição se refere à substituição de inputs e práticas convencionais por práticas Agroecológicas. A meta seria a substituição de insumos e práticas intensivas em capital e degradadoras do meio ambiente por outras mais benignas sob o ponto de vista ecológico. Neste nível, a estrutura básica do agroecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, então, problemas similares aos que se verificam nos sistemas convencionais. O terceiro e mais complexo nível da transição é representado pelo redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem em base a um novo conjunto de processos ecológicos. Nesse caso, buscar-se-iam eliminar as causas daqueles problemas que não foram resolvidos nos dois níveis anteriores. Em termos de investigação, já foram feitos bons trabalhos em relação à transição do primeiro ao segundo nível, porém estão recém começando os trabalhos para a transição ao terceiro nível (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 55).

<sup>46</sup> Organic Monitor [www.organicmonitor.com](http://www.organicmonitor.com)

(FIBL) e pelo International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), indicam que a agricultura orgânica é realizada em 154 países, sendo que todos eles apresentam crescimento da área orgânica. São 1,4 milhões de produtores ocupando 35 milhões de hectares de cultivo orgânico certificado, com uma média mundial de 25 hectares por produtor. Ainda considerando o referido estudo, o Brasil com 1,8 milhões de hectares posiciona-se como a quarta maior área orgânica do mundo. No entanto, com a divulgação dos dados levantados pelo Censo Agropecuário 2006, a área agrícola orgânica brasileira é mais do que o dobro da área apresentada pelo IFOAM, considerando a área certificada e não certificada. Os 4,9 milhões de hectares identificados pelo Censo Agropecuário 2006 projetam o Brasil como a segunda maior área destinada ao cultivo orgânico do planeta, atrás somente da Austrália (IPD, *et al.*, 2010).

Os cientistas reunidos numa conferência internacional sobre agricultura sustentável, realizada em Bellagio na Itália, relataram que uma série de projetos agroecológicos experimentais de grandes escalas realizados em vários países do mundo e com o uso de diversas técnicas como a rotação de plantio, consorciando duas ou mais variedades de plantas, uso de palha, compostagem etc., deu resultados espetaculares até mesmo em muitas regiões pobres com escassez de recursos naturais, locais considerados impróprios para produzir quantidades suficientemente compensadoras (ALTIERI e NORMAN<sup>47</sup>, *apud* CAPRA 2005).

O Relatório de Bellagio deixa bem claro que as práticas inovadoras nele documentadas envolveram comunidades inteiras e foram programadas não só com base no conhecimento científico, mas também no conhecimento e nos recursos já existentes nos próprios locais. Por isso,

os novos métodos divulgaram-se rapidamente entre os agricultores, o que mostra o potencial de divulgação de tecnologias complexas por parte da população rural quando os usuários dedicam-se ativamente a compreendê-las e adaptá-las, em vez de ser simplesmente treinados para aplicá-las mecanicamente (ALTIERI, *apud* CAPRA, 2005, p.190).

---

<sup>47</sup> ALTIERI, M. e NORMAN, Uphoff, Report of Bellagio Conference on Sustainable Agriculture, Cornell International Institute for Food, Agriculture, and Development, 1999.

Isso nos mostra que *o maior rompimento com o modelo de ciência cartesiana está no diálogo com os conhecimentos acumulados pelas populações camponesas tradicionais*, sendo estes parte fundamental para o desenvolvimento, a sistematização e a escolha dos processos referentes às práticas mais adequadas aos princípios agroecológicos. O conhecimento gerado na experiência dessas populações tradicionais é basilar para a agroecologia, ao reconhecer que estas populações *conviveram, preservaram e coevoluíram junto com diversos agroecossistemas* (VALADÃO 2012, p. 43).

A evolução e a consolidação da agroecologia promoveram um aporte científico para que as práticas de agriculturas alternativas contassem com uma estrutura tecnocientífica mais sólida para suas necessidades. De igual modo, os movimentos sociais se apropriam dessa temática e começaram a exigir a realização de políticas públicas para apoiar e frear as barreiras impostas pelo agronegócio e dessa maneira, começaram a se organizar passando a se estruturar em um Movimento Agroecológico – MA (BRANDENBURG, 2002).

Esse movimento se caracteriza por assumir uma estrutura em rede, permitindo a autonomia para todos os participantes, e é um espaço que objetiva promover o diálogo para a democratização do conhecimento e a troca das experiências culturais, de busca de convergências dos princípios da agroecologia. Nacionalmente este movimento está ligado à ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. Dessa forma, a agroecologia se constrói na relação entre as contribuições no campo da ciência e no das ações coletivas ou modo de vida como reconhecido pelos movimentos sociais (SCHMITT, 2009).

A racionalidade ecológica das populações tradicionais principalmente as geradas no rural exibem uma complexidade na construção de interfaces dos pontos de conexões, que buscam aproximar conhecimentos gerados pela aplicação da prática e dos aspectos culturais com os conhecimentos científicos, de modo a estabelecer uma base de consenso comum e reduzir os conflitos provocados por essa construção epistemológica, conforme Schmitt (2009, p. 186): *os pontos críticos de interseção entre distintas visões de mundo, implicando em descontinuidades e assimetrias em termos de valores, conhecimentos, interesses e poder entre os diferentes agentes envolvidos.*

Junto ao processo de modernização da agricultura, dar-se-á a mudança do paradigma que surge como um contramovimento a este processo, dando origem à agricultura agroecológica, que busca resgatar, na relação homem-natureza, uma condição de sustentabilidade. Com as mudanças provocadas pelo exercício da produção agroecológica é possível esperar que se restabeleçam valores surgidos da interação com a natureza e com a sociedade. Todavia, esses valores poderiam ser fortalecidos na família dos produtores alternativos e transferidos para a sociedade em um processo de migração de experiências e de saberes. Dessa maneira, passaria a ser possível enxergar a agricultura ecológica como uma força capaz de promover uma reconstrução da unidade familiar, com reflexo na sociedade e no ambiente. Assim é possível perceber a agricultura ecológica não só como uma prática sustentável, cujos benefícios seriam sentidos pelos produtores e consumidores diretamente envolvidos, mas também como um processo de transformação, uma prática educadora promovendo mudanças de valores e um novo pensar ambiental intensificando pelas diversas formas de interação entre os atores deste processo e junto a isto a transferência de valores e técnicas que ressurgam desta tecnologia.

A agricultura ecológica vem se contrapondo à produção agrícola hegemônica e a sua evolução fortemente tecnológica, convergente às ideias do paradigma clássico de Newton, Descartes e Bacon e às doutrinas do controle, do conhecimento unificador e que em sentido importante desconsidera a complexidade da vida. Nessa agricultura presenciam-se novas teorias como as de Steiner e Capra, Leff e Morin, visto tratar-se de uma agricultura baseada em doutrinas como a da compreensão da ecologia, da busca pelo equilíbrio, da valorização da complexidade, do reconhecimento dos diversos saberes e da intuição. Quando se planta nos moldes alternativos, usa-se tecnologia baseada no conhecimento ecológico para aumentar a produtividade, promover fertilidade do solo, controlar as pragas e plantas daninhas, e não no quimismo e nem na biotecnologia que promovem a artificialização da agricultura.

Quando o solo é cultivado de modo *ecologicamente correto*, presenciam-se um retorno de suas complexidade e diversidade naturais, dirigindo-se a um

equilíbrio sustentável. Como proferiu o conde de Buffon<sup>48</sup>, *quanto maior a diversidade maior é a propensão ao equilíbrio*.

A ideia de uma agricultura ecológica ou sustentável revela, antes de tudo, a crescente insatisfação com o *status quo* da agricultura moderna. Indica também um projeto de vida ligado, simultaneamente, à questão da conservação dos sistemas ambientais e ao direito à qualidade de vida das populações locais, a partir de práticas culturais que não prejudiquem o meio ambiente nem a saúde das populações. Possuindo requisitos que a classificam como um método autossustentável e ecologicamente correto, a agricultura Ecológica pode ser a maneira de promover o almejado desenvolvimento sem as agressões ao meio ambiente, causadas pelo uso de agrotóxicos e pela excessiva utilização dos recursos na agricultura convencional.

Apesar do surgimento de diferentes formas de produção alternativo, como bem definido por Paschoal (1995), que considera o termo *alternativo* apropriado para reunir os mais variados modelos de produção que não se espelham nas práticas desenvolvidas apenas para a maximização dos lucros, há nesses diversos modelos certa orientação produtiva comum, destacando-se:

reciclagem dos recursos naturais presentes na propriedade agrícola, em que o solo se torna mais fértil pela ação benéfica dos microrganismos (...) que decompõem a matéria orgânica e liberam nutrientes para as plantas; b) compostagem e transformação de resíduos vegetais em húmus no solo; c) preferência ao uso de rochas moídas, semi-solubilizadas ou tratadas termicamente, com baixa concentração de nutrientes prontamente hidrossolúveis, sendo permitida a correção da acidez do solo (...); d) cobertura vegetal morta e viva do solo; e) diversificação e integração de explorações vegetais (incluindo as florestas) e animais; f) uso de esterco animal; g) uso de biofertilizantes; h) rotação e consorciação de culturas; i) adubação verde; j) controle biológico de pragas e fitopatógenos, com exclusão do uso de agrotóxicos; k) uso de caldas tradicionais (bordalesa, viçosa e sulfocálcica) no controle de fitopatógenos; l) uso de métodos mecânicos, físicos e vegetativos e de extratos de plantas

---

<sup>48</sup> Georges-Louis Leclerc, conhecido como conde de Buffon: as suas propostas teóricas inspiraram várias gerações de naturalistas, foi predecessor de Lamarck e Darwin, e com suas percepções filosóficas e sua intensa pesquisa sobre as espécies, impulsionou as ciências biológicas. É considerado um dos maiores biólogos da sua época, Buffon, conforme Darwin, foi um dos pioneiros a estudar com base científica a origem das espécies.

no controle de pragas e fotopatógenos, apoiando-se nos princípios do manejo integrado; m) eliminação do uso de reguladores de crescimento e aditivos sintéticos na nutrição animal; n) opção germoplasmas vegetais e animais adequados a cada realidade ecológica; e, o) uso de quebra-ventos (CAMPANHOLA; VALARINI<sup>49</sup>, *apud* HESPANHOL, 2008, p. 6).

Em razão desse eixo orientador comum de práticas preservacionistas, e especialmente quando os princípios que formaram essas vertentes, como o da sustentabilidade e o do cuidado com a natureza, existe também um entrosamento entre as correntes, com o propósito de fortalecer a ideologia da sustentabilidade e de criar uma coesão entre agricultores, consumidores, processadores e comerciantes. Para isso são consolidados acordos sobre critérios comuns empregados pelas vertentes, como, por exemplo, a Instrução Normativa 7<sup>50</sup>, de maio de 1999 estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DULLEY, 2003)<sup>51</sup>.

Neste estudo considera-se que a agricultura ecológica compreende as vertentes que surgiram como um contramovimento à agricultura convencional e que se desenvolveram sobre os preceitos da agroecologia<sup>52</sup>, sendo esta,

<sup>49</sup> CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 18, nº 03, p. 69-101, Set./Dez. 2001.

<sup>50</sup> INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007, DE 17 DE MAIO DE 1999. *Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição. Considerando a crescente demanda de produtos obtidos por sistema ecológico, biológico, biodinâmico e agroecológico, a exigência de mercado para os produtos naturais e o significativo aporte de sugestões nacionais e internacionais decorrentes de consulta pública sobre a matéria, com base na Portaria MA nº 505, de 16 de outubro de 1998, resolve: Art. 1º Estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal, conforme os Anexos à presente Instrução Normativa.* Disponível em < [http://ibd.com.br/Media/arquivo\\_digital/c40fe6c4-51f3-414a-9936-49ea814fd64c.pdf](http://ibd.com.br/Media/arquivo_digital/c40fe6c4-51f3-414a-9936-49ea814fd64c.pdf)> acessado em 03/03/2014.

<sup>51</sup> No Brasil, ao regulamentar o sistema de produção alternativo, adotou a denominação comum de orgânico, considerando as demais como similares, sendo este procedimento seguido pelas duas mais importantes certificadoras do país: o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento (IBD) e a Certificadora Mokiti Okada (DULLEY, 2003).

<sup>52</sup> A Agroecologia, conforme conceituada por Altieri *apud* Hespanhol (2008, p. 6), é uma ciência ou disciplina científica que propõe um conjunto de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir e avaliar *agroecossistemas*, com o propósito de proporcionar a implantação e o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Compreendida desta forma: *a Agroecologia poderia proporcionar as bases científicas para se apoiar o processo de transição agroecológica para outras formas de agricultura sustentáveis, tais como: a ecológica, a orgânica, a biodinâmica, a regenerativa, a de baixos insumos externos, a biológica, entre outras.*

segundo Caporal e Costabeber (2002), a ciência que fundamenta as bases para a construção das vertentes da agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Segundo os mesmos autores, ainda que a Agroecologia considere a agricultura em um ponto de vista ecológico, ela não se resume apenas aos processos agronômicos já que sua fundamentação se apoia na compreensão da produção de uma forma mais ampla, considerando os agroecossistema na sua totalidade como demonstrado pela análise sobre a Agricultura Agroecológica realizada por Pinheiro (2004), em que a propriedade é percebida como uma unidade de vida e não somente como uma unidade de produção, emergindo, assim como uma dimensão importante para a construção e reconstrução de um projeto de vida.

A agricultura agroecológica poderá fazer surgir uma nova concepção de vida e aproximar a família desta nova relação com a natureza em que os agricultores alternativos interiorizariam valores surgidos das práticas de uma agricultura sustentável e, com isso, desenvolveriam novas estratégias de produção e de sociabilidade entre os parceiros, parentes, amigos e consumidores de produtos agroecológicos e entre outros grupos. Seria interessante observar em que medida a prática desta agricultura, além de suprimir o potencial depredatório da agricultura convencional, possibilitaria resgatar valores que foram perdidos como consequência da Revolução Verde e outros que afloram de um sentimento de respeito pela vida, de cooperação entre os homens e os seres da natureza na busca de uma vida em equilíbrio.

A agricultura pode ser percebida, como uma das ações humanas mais responsáveis pelas transformações ambientais. Nela, o ambiente natural, os indivíduos e a sociedade influenciam-se, mutuamente, como ator e autor, construtor e construído, em um fluxo contínuo de interação no processo evolutivo e com a interação com a natureza pelas práticas agroecológicas produz valores para a reestruturação de uma ética ambiental.



## CAPÍTULO II

---

### 3. NATUREZA E ATORES DA AGROECOLOGIA

Neste Capítulo pretende-se apresentar argumentos básicos sobre as práticas ecológicas, que defendem que a natureza é portadora de valores intrínsecos e que a sustentabilidade se dá por uma defesa de valores da natureza e esses valores podem ser reproduzidos na sociedade. No natural ancoram-se uma moralidade, visto que as visões de natureza estão sempre associadas a valores culturais e, portanto, a critérios normativos.

Para tanto foi realizada uma discussão sobre a ideia de natureza, visto que é pela sua compreensão que os atores (produtores agroecológicos e pesquisadores) estruturam os princípios da agroecologia e os atores consumidores ressignificam esses princípios em valores éticos na sociedade. É claro que não existe um papel bem definido, delimitando a responsabilidade e as atribuições de cada um, uma vez que produtores também são consumidores e não são os únicos nesse processo; por esses motivos intenciona-se ao final deste capítulo promover uma discussão sobre algumas das características dos principais atores, individuais e coletivos envolvidos com a agroecologia, sendo eles produtores, famílias de produtores, consumidores e governo, com o propósito de conhecer e elucidar as suas interações, assim como o de reconhecer os possíveis caminhos para a produção e transferência de valores éticos surgidos com uma maior compreensão da Natureza.

#### 3.1 A NATUREZA COMO PROMOTORA DA SUSTENTABILIDADE E BASE DE UMA AGROECOLOGIA

São muitas as práticas aplicadas nos modelos de agroecologia que consideram a natureza como referência tanto na formulação de técnicas como nas suas próprias definições de sistemas produtivos agroecológicos. Por essa

razão, propõe-se neste item um estudo sobre a natureza para compreender em que medida o nosso conhecimento sobre ela nos possibilita a promoção de uma sustentabilidade socioambiental e de que forma essa compreensão pode reconstruir uma Ética da Sustentabilidade.

Como mencionado na introdução, a construção social da natureza se apoia no fenômeno de revalorização das coisas naturais, aparentemente livres da interferência. E é sobre esse aspecto que podemos estabelecer as seguintes reflexões: o natural como base para criação de uma sociedade sustentável, sendo esse natural tanto fruto de um construtivismo social quanto de um realismo que se baseia nas leis naturais.

O que se pretende entender sobre o natural, seja por uma análise construtivista, seja por uma análise realista, seja até mesmo por ambas, é a sua capacidade de proporcionar condições para a formação de uma ética ambiental, capaz de promover profundas transformações sociais e de proporcionar uma sociedade mais sustentável. A definição do que é natural implica um duplo sentido: um que reconhece a natureza como um sistema complexo, anterior à vida social e regida por uma dinâmica não humana com a natureza na sua forma mais óbvia, portanto, não associada a produtos ou impactos do trabalho humano; distinta da cultura, da história e de tudo que é produzido pela humanidade e outro que objetiva demonstrar que as concepções de natureza estão fortemente associadas aos diferentes conjuntos de valores culturais e que, portanto, conflitos sobre percepções do que é natural são estabelecidos entre diferentes sistemas de valores.

O conceito de natureza tem-se expressado em diferentes formas por meio de interpretações de abstrações sobre vários elementos e episódios reais. As descrições históricas, conforme a ciência, têm como base uma lógica que parte do entendimento da ciência natural grega e na sequência estabeleceram-se as rupturas, assim como continuidades desse entendimento, até culminarem nas concepções pertencentes à cosmologia científica moderna. Sobre a evolução do conceito de Natureza, Lenoble (2002, p. 183-186) tem muito a contribuir em sua obra História da Ideia de Natureza, pois apresenta que, na evolução do pensamento, não há uma natureza em si, e sim uma natureza

pensada, que se manifesta por um ato de consciência, que por sua vez conduz a uma ressignificação dela. Em sua obra, o autor analisa as diversas formas que a ideia de Natureza assume consecutivamente pela história e pelas mais variadas correntes do pensamento, que se manifestam no âmbito da cultura ocidental, pois todas as palavras que designam uma ideia muito geral, como a palavra Natureza parecem claras quando a empregamos, mas, quando sobre ela refletimos, parecem-nos complexa e talvez mesmo obscuras. E é nesse sentido que a ideia de natureza, segundo o autor, se constrói pela reflexão sobre conceito, como os que refletem uma noção de conjunto: de tudo que existem naturalmente; de todos os seres que formam o universo; de todas as coisas que se manifestam segundo uma ordem, regida por leis, sob uma lógica de causa eficiente e finalidade, e de uma ideia de Bem (Platão), e de o Ato Puro, (Aristóteles).

Resumidamente esse conceito surgiu com a concepção grega pré-socrática e, depois, com a noção de *physis* elaborada por Aristóteles. Nessa fase a natureza é definida como um mundo de movimento permanente e por tal razão vivo, assim como inteligente e dotado de alma (COLLINGWOOD, 1976).

Conforme Florit (2002), o segundo período de evolução desse conceito está associado aos acontecimentos nos séculos XVI e XVII, que foram denominados de cosmologia da Renascença, que apresenta uma mudança para uma percepção mecanicista/criacionista da natureza, desconsiderando a possibilidade de uma inteligência própria, porém dependente de um ordenamento divino. E assim as intervenções humanas se justificavam dentro de uma providência divina ao homem por meio da natureza e em uma ordem, em que se imaginava estar seguindo uma perfeita orientação divina. Porém esse pensamento sustentava uma grande contradição em que ora a natureza se posicionava como a Mãe Terra, provedora ora em tempos de fartura ora na escassez, como credora das negligências humanas capaz de produzir catástrofes arbitrariamente.

Para Bacon (2007), é possível compreender a Natureza de duas maneiras: a primeira pela antecipação, sem o uso de experimento, somente pela manifestação de algumas sensações e é pela qual se estabelecem as

máximas que não demandam de provas, para serem reconhecidas como verdadeiras e por essa razão não gera benefícios, e a outra forma é mediante a interpretação, que se fundamenta por métodos que estabelecem experiências sob um rigor científico para se obter as verdades gerais. E é por isso que, para Bacon, a pesquisa por interpretação é fecunda e geradora de conhecimento válido e é sobre essa perspectiva que o conhecimento sobre natureza passou a ser construído desconsiderando outras formas de compreensão.

Foi durante os séculos XVI e XVII que começaram a ser descartadas as convicções fundadas em uma ideia de natureza dentro de uma ordem cosmológica que defendia uma natureza sagrada em que Deus, a natureza e o homem estavam interligados dentro de um sistema vivo. A natureza deixou de ser uma força vital e assumiu uma concepção de máquina sem espírito, sendo apoiada pela Física, pela Astronomia e pela Matemática, determinando que o conhecimento sobre a natureza devesse ser materialmente constituído, dentro de uma lógica de causalidade sem intervenções divinas.

Nesse momento a natureza passa a ser reconhecida como uma máquina, não mais como um organismo, e suas dinâmicas passam a perder as conexões com os entendimentos religiosos, sem propósitos divinos, passam a ser regida pelas interações mecânicas como os outros elementos. Dessa forma se consolidou uma visão dessacralizada da natureza colocando a Humanidade como ser superior, o que legitimou as práticas humanas predatórias com vistas ao desenvolvimento, objetivando a dominação das forças da natureza como meio para a evolução da sociedade. É sobre essa nova ética que a natureza passa a ser vista, como um conjunto de recursos naturais disponíveis para satisfazer as necessidades e os desejos da população, que crescia vertiginosamente. Nesse momento, o industrialismo sobre os pilares da ciência e da tecnologia passa a ser a principal interação entre a sociedade e a natureza, transformada em uma razão inconcebida até aquele momento. As alterações impostas aos ciclos naturais se sustentavam na ideia de uma natureza separada da sociedade (FLORIT 2002).

Já a visão moderna da natureza considera as interdependências entre as dinâmicas do mundo real e as instabilidades das ações humanas. Apoiada

na Teoria da Evolução, a natureza perde sua visão sincrônica considerando que os elementos naturais como as espécies vivas não são regidos por ciclos permanentes e que estão em profundas transformações, existindo e deixando de existir conforme processos complexos dentro de uma dinâmica determinada pelas leis naturais, e esta percepção que nasce a partir do século XVIII tem se fortalecido até os dias atuais.

No século XIX, simultaneamente à perspectiva econômica relacionada à oferta de recursos naturais, as percepções de natureza sofreram muitas transformações, especialmente nos locais mais urbanizados da Europa e da América do Norte, onde já se vivenciavam os problemas da urbanidade. Em meio a essas discussões, muitas pessoas passaram a desacreditar em um progresso sobre os moldes do industrialismo, principalmente por evidenciarem os efeitos da excessiva exploração dos recursos e as intensas atividades industriais, que geravam a poluição do ar, o acúmulo de resíduos e a transformação das paisagens, assim como o surgimento de novas doenças o que cada vez mais se tornava difícil de ignorar.

Nesse contexto, Hannigan (1995) comenta que a existência de uma *natureza selvagem*, o que antes era percebido como um obstáculo ao desenvolvimento começa a ser um valorizado atributo nas sociedades modernas, passando a ser exaltado.

Essa perspectiva possibilitou que se desenvolvesse um sentimento de valorização da natureza selvagem, ou admiração pelo natural. Dessa forma, o ambiente selvagem tornou-se um local de produção de valores saudáveis contrapondo-se ao ambiente urbanizado doentio e estabelecendo um sentimento de admiração pela vida no campo, com os quais os princípios naquela época baseavam-se mais em uma crítica à industrialização do que em um interesse em construir uma nova sociedade a partir de outra racionalidade. Como mencionou Hannigan, *a natureza selvagem passou de um incômodo para um valor sagrado* (HANNIGAN, 1995, p. 147).

Contudo, mesmo fortalecida a percepção de natureza sobre uma perspectiva estética e edificadora de valores ela não foi suficiente para contestar a percepção hegemônica de natureza com propósito de

desenvolvimento do capital. Ainda assim, a construção de parques nacionais e a definição de outros locais protegidos foram reflexos dessa concepção, o que de se certa maneira pode ser visto como os primeiros passos de um pensar conservacionista (ROZENDO, 2006).

As manifestações provocadas por esses pensamentos resultaram num resgate do interesse pelo natural como uma condição imaculada original; esse pensamento era verificado principalmente entre os praticantes das ciências da Vida que não concordavam em refutar pelas doutrinas mecanicistas a ideia de que a Terra era um ambiente regido pelas intencionalidades divinas, que mantinham a harmonia e a sustentabilidade das dinâmicas naturais. Como exemplo de atitudes, os naturalistas atribuíam bastante importância a algumas características naturais que foram completamente desconsideradas pelos mecanicistas, como as características estéticas associadas às paisagens naturais.

Essas movimentações em um primeiro momento, eram direcionadas à proteção da vida selvagem e posteriormente passaram a questionar a necessidade de uma revalorização do ambiente rural, que passava a ser um refúgio às condições de vida impostas pelo ambiente urbano, intensamente industrializado. Esses questionamentos viriam a proporcionar uma responsabilidade moral que se propunha a proteger a natureza dos abusos (FLORIT, 2002). Sendo que a ideia de refúgio evolui para uma dimensão mais importante e necessária à vida humana, conforme definido por Floriani (2007), que considera o ambiente rural como o celeiro natural da vida, e que está intimamente conectado à saúde dos seres vivos e à equilibrada interação natural de tudo que existe no contexto da vida, é aí que as práticas ecológicas geradas na experiência, no conhecimento e na fina sintonia com a natureza ressignificam os processos produtivos.

Dentro dessa perspectiva destaca-se que as preocupações que justificam este estudo estão ligadas ao fato de que tanto a natureza quanto a Humanidade estão em risco pelos efeitos colaterais das ações antrópicas, como abordado anteriormente e comentado por Wanderlei (2000, 2003), que menciona que a civilização por uma análise global está em crise pelo fato de

que muitas dessas sociedades são postas à margem por sociedades dominantes que se desenvolvem com base em princípios de exploração, colonização e de controle, e essa herança segundo Lima *et al.* (2013, p. 26-27) *projeta-se como obstáculo ... para tais populações ... que elaboram estratégias para continuarem coexistindo às margens da sociedade englobante.*

Assim uma reconstrução social com base no natural possibilitaria uma oportunidade de reversão da crise civilizatória, proporcionando um caminho mais seguro para a natureza e para a Humanidade. Caminho inspirado por certa ideia de condição natural, com base na qual se pode considerar que soluções implicariam, de alguma forma, o restabelecimento provavelmente parcial de uma ordem perdida, uma ordem que se poderia chamar de natural. E essa pode ser ressignificada no rural pela agroecologia, uma vez que, segundo Giddens (1991), a Natureza e a tradição são dois elementos constitutivos e fortes fundamentos da ação no mundo rural; complementam-se e integram-se à vida da sociedade pós-tradicional e estão presentes nas discussões ecológicas da modernidade. Como estratégia, o autor coloca a ação reflexiva à dominação exclusiva da racionalidade técnico-instrumental, que passa a constituir uma opção de estilo de vida nas sociedades do mundo contemporâneo. No entanto, Giddens (1996) alerta que a modernidade rompeu vínculos antes estabelecidos pela tradição, que promoviam uma inter-relação íntima e cognitiva com a natureza, sendo essa ruptura estabelecida por uma progressiva intervenção da ciência e da tecnológica, modificando remotas formas de conhecer e lidar com a natureza. Essa colocação é bem exemplificada pelo agricultor, quando comenta sobre a natureza:

Minha família sempre foi de agricultores, meu pai trabalhava na lavoura, assim como meus irmãos e eu, naquela época não falávamos de agroecologia, mas a natureza fazia parte da nossa vida, (...) era bonito de se ver, tínhamos festas na comunidade rodeadas por capão de mato, e a criança se perdiam nele (...) nada como admirar uma pinha em uma bela araucária, sabíamos que as festas de junho já estavam chegando. **(F7A1, Agricultor Agroecológico da RMC).**

É possível perceber a associação de natureza aos aspectos culturais de comemoração e socialização, colocando-a como espaço de encontros, assim como conectada a todo um *calendário* social, indicando períodos de determinados eventos.

Com base nessa reflexão, pode-se conjecturar que a reconciliação entre os aspectos culturais e a natureza possa compor uma estratégia de construção de uma ética, uma vez que Giddens (1996) apresenta o caminho da ação reflexiva que pode representar uma contínua recorrência de reconstrução de condutas ou práticas sociais, que leva em conta as experiências individuais e as informações provindas da estrutura social.

Contudo cabe ressaltar que a proposta deste trabalho não é defender uma volta ao passado, e sim, considerar que os problemas ambientais têm um forte juízo moral e que por conseqüentes discussões sobre tal problemática precisam levar em consideração condutas e comportamentos sociais, mesmo que em muitos discursos as responsabilidades sobre os impactos ambientais negativos não estejam suficientemente claras no que se refere à existência ou não de culpa dos seres humanos e, portanto, não seja possível uma atribuição de moralidade. Um exemplo privilegiado, se não mesmo clássico, nesse sentido é o debate científico sobre aquecimento global, em que alguns afirmam que as conseqüências de lançamento de gases de efeito estufa pela industrialização podem não ser a causa do aquecimento global, por ser uma condição natural do planeta aquecer-se. Mesmo considerando essa afirmação como verdadeira, para Giddens (2001) parece pouco importar a relação de culpa, uma vez que os sistemas naturais ditos primitivos são causadores de riscos e devem ser considerados para a tomada de decisão humana, mesmo porque a socialização da natureza não é capaz de controlar esses fenômenos.

O que ocorre, ainda segundo Giddens (1997), é que a temática ambiental tornou-se bastante proeminente no cenário mundial, trazendo a problemática da crise ecológica, do modelo de desenvolvimento civilizatório, até se estabelecer em uma adversidade socioambiental grave com a destruição da natureza, visto que a relação sociedade-natureza é eminentemente de interação, na qual, de um lado, temos o crescimento extensivo das instituições



modernas, globalizadas e, de outro, as ações de mudanças intencionais, emergidas da radicalização da modernidade, como o abandono, a desincorporação e a problematização da tradição. Além disso, temos a intensificação das atividades poluidoras e insustentáveis, como, por exemplo, as agriculturas de monoculturas e a intensa exploração do meio ambiente para a produção de alimentos. Para o autor, a interação entre o mundo social moderno e a natureza sofreu fortes influências do capitalismo e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, gerando rupturas com modos e estilos de vida que antes eram considerados inalteráveis. E isso é bem exemplificado por Torres (2010, p. 258), quando traz que:

a figura do indivíduo se sobrepondo a família, da herança ao mérito individual, do nobre ao burguês neoliberal, da tradição à modernidade, do trabalho manual familiar ao trabalho industrial, da educação para poucos à universalização da educação. Enfim, do medo e estranheza da vida natural ao saudosismo da vida no campo ou em contato mais próximo com a natureza.

Dentro de um ponto de vista semelhante, a análise da antropóloga Douglas (1966) aponta que os conflitos ambientais têm como base os aspectos morais, conforme apresenta em sua obra a relação entre pureza e poluição, *Purity and Danger*<sup>53</sup> (Londres, Routledge). A autora esclarece que a poluição, num entendimento global sem significativas divergências entre as culturas atuais e primitivas, pode ser definida como algo que está fora do lugar, um perigo para a condição harmônica de bem-estar do sujeito individual e coletivo. Dessa forma, a poluição pode ser entendida como conceito de desordem e, portando, o tratamento implica uma recuperação dessa ordem, já que, para Douglas, a sujeira e o sistema coexistem e que a primeira é um produto secundário de uma forma sistêmica socialmente construída, de classificação e de ordenamento das coisas e por consequência criam-se critérios para rejeição e exclusão de elementos julgados não apropriados para a sociedade como os

---

<sup>53</sup> Disponível em < [http://www.bc.edu/bc\\_org/avp/cas/his/schloesser/HS041-042/fall/w04/resources/DOUGLAS\\_Purity-Danger.pdf](http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/his/schloesser/HS041-042/fall/w04/resources/DOUGLAS_Purity-Danger.pdf) >

resíduos e a própria poluição. Em resposta ao questionário um **F<sub>5</sub> A<sub>2</sub> Agricultor Agroecológico da RMC** apresenta uma condição que ilustra bem o que Douglas comenta sobre poluição e desordem:

Quando comecei a produzir sob o sistema agroecológico muita coisa mudou, incluindo a organização da minha propriedade, pois a necessidade de reaproveitar e reciclar passaram a ser prioridade, (...) tudo que tem hoje na minha propriedade tem um propósito, é utilizado para algo e por essa razão tenho que manter organizado e controlado até o resíduo gerado (...) com isso, diminuem os desperdícios e as perdas (...) passei a ser mais organizado com tudo até com as minhas ferramentas (...) não perdi mais nem meu facão, era um por mês.

No discurso do produtor é possível perceber a mudança da percepção de lixo ou de sujeira e como uma ressignificação socialmente construída com base em modelos agroecológicos pode imbuir um ideal de ordem que transforma a percepção de resíduo para material utilizável, com base em uma estrutura sistematizada, que proporciona uma *recuperação dessa ordem*.

Dentro dessa mesma discussão, que estabelece uma relação socialmente construída, Giddens (2002) comenta que por outro lado, a natureza também se moldou, conforme os interesses humanos, porém essa condição produz grandes incertezas a despeito dos impactos ambientais gerados pela poluição, como jamais vistos antes.

Em uma conclusão parcial que considera o sistema natureza, a volta ao natural pode passar a ser vista como um restabelecimento da ordem, e, para identificar os possíveis desvios e erros, passa a ser necessária uma condição preestabelecida como norma, e a existência de uma ordem natural como referência normativa. Para perceber o que está errado e a necessidade de se obter uma condição de referência, o que justificaria a revalorização do natural. Quando diferentes percepções surgem sobre poluição, podemos entender que há confrontações de divergentes referências normativas sobre o que está ou não *fora do lugar*, e é por tal razão que as percepções de natureza e de ambientes ideais estão profundamente associadas à moralidade.

Assim a percepção de poluição pode ser utilizada como forma de controle social de modo a produzir uma representação de perigo ou ameaça; neste nível as leis naturais são utilizadas ser utilizadas como inspiração para sancionar códigos legais e morais (DOUGLAS, 1966). Ainda conforme a mesma autora, se a poluição é considerada uma condição de desordem, que vai além de uma concentração de resíduo, é possível compreender que a aversão à poluição vai além do medo de um contaminante agressivo à saúde e inclui a necessidade de organizar o meio ambiente para que o seu funcionamento se estabilize em uma condição de harmonia.

Everden, em seu trabalho *A Criação Social de Natureza* (1992), assim como Douglas, identifica uma série de implicações de caráter normativo sobre a ideia de natureza nas sociedades atuais. Conforme o autor, os riscos dos conflitos ambientais não se fazem perceber diante da natureza, mas do entendimento de natureza e do ideal de uma ordem sustentável, e evidencia a dificuldade de estabelecer um padrão absoluto de adequação de conduta, pela dificuldade de se estabelecer uma entidade externa para servir de referência, o que coloca a natureza como uma possibilidade, e assim condutas não naturais podem justificar o porquê das consequências da poluição (EVERDEN, 1992).

O reconhecimento de uma função social da Ecologia, por exemplo, possibilitaria o surgimento de critérios morais com uma base estritamente científica e, assim, aparentemente neutra às intervenções sociais, subsidiando a ética, na medida em que possibilitaria a determinação de critérios na manutenção dos ecossistemas e na preservação da vida, em sua mais complexa diversidade (Everden,1992). O entendimento das leis naturais pela Ecologia não apenas iria condenar algumas ou várias das práticas utilizadas nas relações sociais ao longo da história, como propor novas referências. E esse aspecto torna-se nítido no discurso dos **Agricultores agroecológicos da RMC**, que consideram a Natureza como fonte de seu conhecimento; é dela que, segundo eles, vem a inspiração para produzir sustentavelmente, manifestada pela reprodução das leis naturais e não pelo controle.

Em alguns casos usar métodos convencionais facilitaria a nossa vida, como o uso de inseticidas, porém no ano que vem a praga está de novo e muitas vezes mais forte. A solução foi imitar a natureza e partir para o controle natural, parece que a população vem diminuindo, mas me dá mais trabalho. **(F<sub>7</sub> A<sub>2</sub> Agricultor agroecológico da RMC).**

Contudo, algumas argumentações podem apresentar críticas a esse processo, pois na natureza também são evidenciadas as relações de competição, de sobrevivência do mais forte, da seleção, da exclusão e da exploração, dentre outras.

Porém, conforme Everden (1992), essa atribuição da Ecologia é constantemente evitada e muitas vezes erroneamente entendida pelos que objetivam construir uma estrutura para a ética ecológica ou um estilo de vida mais saudável. Todavia, a ideia principal dessa atribuição está na capacidade de se estabelecer um equilíbrio, em uma relação entre as diversas formas de interação, e é esse ponto que se pretende alcançar, com vista a uma existência sustentável. Com base nesse equilíbrio, ressaltamos que a natureza e seus sistemas podem ser referendados para apoiar ideais morais.

Já Giddens (1996) coloca como discussão de ordem sustentável a ideia de natureza socializada; para o autor, as políticas ambientais, assim como as ações preservacionistas, deveriam propor seus projetos à luz de uma *natureza humanizada*, o que determinaria que as decisões sobre essa temática tivessem como principais referências aquelas nas quais os seres humanos estivessem inseridos, não apenas a natureza como entidade externa, como colocado por Everden. Mesmo nessa perspectiva, o autor reafirma a importância dos recursos naturais, principalmente por não serem concebidos pelas ações humanas; entretanto, a transformação da natureza, ou mais precisamente, a *natureza socializada*, torna-se a principal perspectiva desse autor diante das transformações sociais e ambientais, geradas como consequência da ruptura da tradição como mediadora da relação sociedade-natureza e do surgimento dos sistemas peritos, como geradores de conhecimento e de *verdades*, discutíveis e confrontados, ante as incertezas do mundo pós-tradicional.

As discussões que envolvem as ideias de natureza configuram uma significativa agenda de debates na sociedade atual, que tratam desde a análise e gestão dos problemas ambientais até o reconhecimento da natureza como uma referência normativa, para estabelecer parâmetros a serem seguidos, para a construção de uma ética ambiental. Contudo, Latour (2004) argumenta que por mais representativa que possa ser a ideia de natureza, quando considerado o coletivo que é composto pelas diversas formas de vida, em uma forma singular como a Natureza, passa a ser impossível estabelecer uma razão única de sustentabilidade, o que nos remeteria a considerar o coletivo, as naturezas e a aceitar a inevitável hierarquização entre as espécies. Como questionado pelo autor, a construção de uma barragem poderia ser interrompida por um caramujo ou poderíamos viver sem certos produtos que sacrificariam a vida de animais.

O que nos faz pensar que a crise da modernidade está fortemente associada, por um lado, à crise dos paradigmas das ciências, em consequência das profundas e rápidas modificações da sociedade industrial-capitalista atual e, por outro, à crise que se manifesta nas relações homem-natureza, sendo essas relações indissociáveis, uma vez que a natureza modifica o próprio modo de viver e pensar dos homens. E com base nisso a Ecologia, ao contrário do pensamento de Latour, parece promissora ante uma proposta de conciliação na relação homem-natureza uma vez que também está ligada às dimensões culturais, às avaliações subjetivas e ao juízo de valor.

Nesse sentido, é importante enxergar como acontece a construção social dos problemas ambientais. Conforme Hannigan (1995), é necessário reconhecer que um problema produzido socialmente não elimina a sua materialidade, porém independente dela alguns aspectos ganham mais importância do que outros, em consequência de uma condição de juízo de valor. O autor ilustra tal afirmação refletindo sobre o que leva as pessoas a se sensibilizarem mais com regiões desflorestadas do que com as extensas plantações de pinus ou com as culturas de fumo que predominam nas regiões serranas. Sabemos que muito dos riscos ambientais estão presentes nos processos produtivos, incentivados por políticas públicas que promovem

severos problemas<sup>54</sup> sociais, de difícil compreensão, um exemplo claro do que Beck (1997) definiu como irresponsabilidade organizada.

Na mesma linha, Latour considera que os problemas ambientais devem ser tratados como reflexo de uma crise da objetividade, além da incapacidade de proteger a natureza pela ecologia política. O que ocorre é uma grande segregação nas duas principais *coletividades da tradição modernista*, a sociedade e a natureza, e essa redistribuição teve origem na crise prática da ecologia, tornando-se uma das questões políticas mais significantes da nossa época, conforme reporta Latour em entrevista para a revista Cult (2010):

A separação entre esses dois conjuntos era, antes também, uma questão política. A ecologia não modificou isto, ela continua definindo os campos da sociedade e da natureza, salvo pelo fato que a isso, ela adicionou a ideia que os americanos chamam de *bioprocess*, uma forma legítima de inventar a questão da ecologia política. De fato, o importante agora – depois de abandonar as duas coletividades a que me referi – de um lado, a natureza, de outro, a sociedade – é se interessar na questão da produção das instituições que permitem pesquisar essas associações. Essa é a grande questão da ecologia política que encontramos agora por todos os lados: o caso dos parques naturais, do aquecimento global, dos problemas das cidades. Essa é a própria visão do global (LATOURE, 2010, p.3).<sup>55</sup>

De acordo com Latour, quando começamos a observar as condições das crises ecológicas, verificamos rapidamente que elas não se mostram como uma crise da natureza e sim, como crises da objetividade, sendo este o principal fator; neste contexto, o autor defende a impossibilidade de analisar os problemas ambientais separados das relações com as pessoas, que esses

---

<sup>54</sup> O Cerrado é constantemente degradado por políticas públicas que desconsideram as particularidades de desse ecossistema em prol de uma balança comercial mal planejada, como comentado por Pires, no relatório GEO Brasil (2002) *Este bioma também foi alvo de uma ocupação intensa e descontrolada. Por ter sido considerado, durante muitos anos, pouco importante do ponto de vista biológico, grandes extensões de Cerrado foram alvo de projetos que visavam a expansão da fronteira agrícola e a produção de grãos para exportação sem se preocupar com os impactos ambientais decorrentes. Muitos destes projetos foram implantados por meio de incentivos governamentais. Entre essas iniciativas ressaltam-se dois programas: o Polocentro e o Prodecer, ambos desenvolvidos pelo governo federal. Seus objetivos eram incorporar a região do Cerrado à produção de grãos do país e aumentar a competitividade dos produtos agrícolas no mercado internacional* (Pires, 1996 in GEO Brasil, 2002).

<sup>55</sup> Entrevista – Bruno Latour, Publicado dia 31/03/2010 por editor, nas categorias: 132, Entrevista às 16h23. Disponível em < <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-bruno-latour/> >, acessado em <04/03/2014>

problemas têm origem na sociedade de risco e que a sustentabilidade da sociedade está diretamente ligada à natureza. Quanto à sociedade, o autor reflete sobre a produção de objetos limpos e outros desordenados; contudo, mesmos os primeiros se opondo aos segundos, a crise alcança a todos, até mesmo aos rotulados como naturais ou ecológicos, mostrando que existe uma crise constitucional generalizada.

Parece-nos que esta diferença entre objetos sem risco e vínculos de risco, objetos limpos e objetos desordenados conta muito mais que a distinção impossível entre as crises que põem em discussão a ecologia e as que questionam a economia ou a sociedade. Não assistimos interrupção de questões da natureza nos debates políticos, mas sim a multiplicação dos objetos cabeludos, que nada mais pode limitar ao único mundo natural, que nada, justamente, pode naturalizar. Traduzindo, assim, a noção de crise ecológica, vamos poder dar-nos conta do traço mais estranho da ecologia política, traço, além do mais, contrario ao que ela pretende fazer longe de globalizar todas as apostas sob os auspícios da natureza, a prática da ecologia política se reconhece justamente na ignorância na qual se encontra, enfim, da importância respectiva dos atores (LATOUR, 2004, p. 52).

Para Latour (2004), a ecologia política não anula a tensão entre o homem e a natureza, ela direciona seus esforços a uma produção dos *objetos sem risco com sua separação clara entre coisas e pessoas* e na busca de uma condição precisa de estabelecer definitivamente uma *hierarquia dos atores e dos valores*.

Com a ecologia política, estamos sempre presos no contrapé, agarrados tanto pela robustez dos ecossistemas, como por sua fragilidade. Decididamente, ainda é tempo, talvez, de levar a sério as predições apocalípticas de certos ecologistas sobre o fim da natureza. (LATOUR, 2004, p. 53).

Segundo Latour (2004), a ecologia política seria incapaz de proteger a natureza, caso a definíssemos como uma *série ordenada pela hierarquia dos seres* e, nesse sentido, na prática, se coloca sempre pela destruição da ideia

de natureza. Nada é capaz de estabelecer uma ordem de importância entre os seres e, conseqüentemente, quais naturezas devem ser protegidas, já que o seu uso no singular parece sempre ser mais apropriado, porém insustentável, quando discutimos a sua preservação. Contrapondo a reflexão de Latour que considera a impossibilidade de a ecologia política proteger a Natureza à percepção dos **Agricultores agroecológicos da RMC** e o seus entendimentos sobre a sustentabilidade, é possível expectar pistas sobre uma provável dissolução desse problema, uma vez que para os agricultores a agroecologia busca reduzir os impactos da introdução das espécies comerciais, na busca de uma condição de manutenção das que se tornaram nativas ao local e de respeito aos ciclos naturais, que se estabeleceram na região ao longo do tempo, o que pronuncia uma hierarquização sustentável, atribuindo uma condição secundária às espécies exóticas invasoras, uma vez que nas suas próprias regiões, como nativas, devem ser preservadas.

Faço sempre o controle das espécies invasoras, uso capina manual e para limpar o solo, uso solarização com plástico, porém a ideia não é exterminar tudo, seria bom que tivesse menos pragas, principalmente a danada da tiririca<sup>56</sup>, mas aprendemos a conviver, tem espécies invasoras que acabam sendo atacadas pelas pragas poupando a minha lavoura, porém trabalhando com sistemas de policultura o risco de perder tudo é bem menor. **(F<sub>11</sub> A<sub>1</sub> Agricultores agroecológicos da RMC).**

Porém mesmo em uma análise no singular as indagações e considerações sobre as argumentações teóricas, quanto ao papel da natureza, e a sua referência normativa na sociedade atual, contribuiriam para a compreensão sobre o seu caráter material e simbólico, a fim de entender em que medida pode ser construído um padrão normativo a ser seguido. Segundo Soper (1996), dentro de tais discussões existem duas grandes vertentes: uma, que apresenta uma percepção ecológica que tende a atribuir a natureza um

---

<sup>56</sup> (*Cyperus rotundus*). Planta com ampla distribuição geográfica e com eficiente sistema reprodutivo, de difícil controle.



domínio independente de valores intrínsecos, capaz de promover a vida dentro de uma condição de sustentabilidade, e outra, que privilegia os seres humanos, negando nossa dependência da natureza para a sustentação da vida humana e aceitando toda a forma de exploração dos recursos naturais.

Ainda segundo a autora (1996), enquanto uns percebem as agressões sobre o meio natural e o quanto são negadas as afinidades e os laços de dependência, exigindo um respeito à natureza e aos limites naturais que ela nos impõe, os demais apenas enxergam a sua funcionalidade, concebendo o uso opressivo para validar as hierarquias sociais como normas de conduta humana, apresentando a natureza em oposição à cultura e difundindo a ideia de que ela nada mais é do que um objeto em construção, transformação e politicamente instituída. Ambas as posições são reconhecidas e não são em sua base completamente antagônicas. É inegável a interdependência, tanto humana quanto dos demais seres, pelas inter-relações promovidas por esse complexo sistema conhecido como natureza, e é nesse sentido que as propostas de sustentabilidade esbarram em um grande equívoco da sociedade moderna, que presume que o conhecimento e a tecnologia possibilitaram um domínio e uma autonomia das forças naturais e assim assumindo que os danos ambientais são meros efeitos colaterais de um processo necessário e imprescindível do desenvolvimento da sociedade.

A ideia de equívoco apresentada pela autora pode ser fortuitamente ilustrada pelos relatos dos **Agricultores agroecológicos da RMC** que passaram pelo processo de transição da agricultura convencional para a ecológica. Eles relembram que antes, quando lançavam mão de pacotes tecnológicos para a produção, principalmente no controle de pragas, sempre eram tomados por uma insegurança, pois a eficiência desses produtos era carregada de incertezas, *o custo é alto e o resultado da aplicação depende um pouco de sorte*, como afirmou um dos agricultores. Contudo, hoje pelo uso da agroecologia os riscos diminuíram, pois as práticas tornaram-se mais complexas e não precisam mais priorizar o controle do processo produtivo e sim, as interações sustentáveis entre as espécies e os sistemas escolhidos, e,


assim, muitos dos *benefícios vêm naturalmente, pois a natureza é sábia*, reafirmando o mesmo (**F<sub>5</sub> A<sub>3</sub> Agricultor agroecológico da RMC**).

Outro aspecto interessante apresentado por Soper (1996) aponta a natureza como uma referência aos apelos conservacionistas, principalmente em uma condição intocável. Porém, essa abordagem, mesmo se tratando de um discurso eficaz, esconde o fato de que parcelas da natureza são preservadas em virtude de serem consideradas produtos culturalmente construídos e, portanto, dependentes de um valor cultural. Conservacionistas mais radicais apresentam, principalmente nos seus discursos, as áreas ainda não afetadas pelas mãos humanas, como regiões bem remotas<sup>57</sup>. Entretanto, como apresentado nos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), por exemplo, tal condição parece não existir mais, pois alguns agentes poluidores, assim como as suas intervenções no meio natural, não respeitam fronteiras, estendendo-se até mesmo a essas áreas, o que torna bastante difícil, se possível for, encontrar hoje regiões completamente livres das intervenções humanas.

Quando nos referimos à natureza por meio de áreas de preservação como parques ou áreas de preservação permanente, próxima aos centros urbanos ou dentro do raio de ação da industrialização, a sua própria determinação é dependente de critérios como as expansões urbanas. Dessa forma, a sociedade condiciona a governança da natureza e de suas leis à medida que as leis humanas condicionam o natural, o que para alguns, caracteriza uma inversão, que determina quais aspectos devem e os que não precisam ser preservados, com os interesses humanos moldando o que é natural, o que nos remete à crítica de hierarquização apresentada por Latour. Qual é o mais importante, a barragem ou o caramujo?

No que tange às leis naturais e humanas e suas imbricações, Montesquieu (2000) apresenta uma percepção bastante profunda, quando

---

<sup>57</sup> De acordo com uma pesquisa desenvolvida entre 2007 e 2008 pelo Greenpeace e pela British Antarctic Survey,  Antártica, região, apesar de não habitada pelo homem e de extrema importância para a vida marinha, já convive com lixo marinho. Assim como as ilhas de lixo, muita gente já ouviu falar sobre as "ilhas de plástico" em nossos oceanos. No norte do Oceano Pacífico, há uma área do tamanho do estado norte-americano do Texas onde se estima que, para cada quilo de plâncton, existam seis quilos de lixo plástico. A presença desse tipo de dejetos nos oceanos causa problemas ainda maiores do que os já conhecidos impactos na fauna local. (SURF, 2008) <http://www.almasurf.com/news.php?id=505&canal=7>

presume que a diversidade dos eventos da história tem um ordenamento que se apresenta como leis constantes e na essência encontra-se a natureza humana, que se fundamenta na direção da sua perpetuação, da busca da paz, da reprodução e da sociabilidade. O autor aponta as leis como uma necessidade que resulta da natureza das coisas, e considera que todo o universo tem leis que o rege, e os seres humanos em consequência têm as suas, porém diferentes das leis do meio físico-natural as suas não são inalteráveis e, reforçado por essa fragilidade o homem, por ser capaz, viola continuamente as leis da Natureza e as estabelecidas por ele próprio. De tal modo que as leis da convivência humana não podem ser consideradas como fatos naturais, mas produzidas das condições em que se manifesta a convivência. O *espírito das leis*, compreendido como uma qualidade do caráter da humanidade, não é gerado conforme um ideal, mas sim com base em uma série de fatores resultantes do equilíbrio entre os aspectos internos (sociedade) e externos (meio natural). Entretanto, mesmo que se levem em conta as influências do meio natural sobre os costumes, a política e as leis da sociedade, Montesquieu não acreditava que os homens se mantivessem passivos diante dessa realidade, intervindo por meio de aspectos socioculturais, quanto mais as intempéries da natureza afastassem os homens do trabalho e da moral, a religião e os costumes, por exemplo, os traziam novamente. Para o autor, as mais variadas formas de ordenamento social produzidos pela compreensão da heterogeneidade das sociedades não surgiam nem do simples interesse da humanidade, nem de alguma natureza anterior e sim como resultado de suas interações.

Sobre essa análise deve ser reconhecido que existe uma mudança nos sentimentos de respeito pela natureza à medida que ocorrem as transformações do ambiente, intensificando os riscos à sociedade, e que, por tal razão, a natureza preservada começa a ser entendida como uma força favorável de sobrevivência. Contudo, esse sentimento só é possível a partir de conceitos estabelecidos culturalmente que permitem perceber as consequências negativas dos planos de desenvolvimento, promovendo um interesse ao regresso por uma vida mais natural.

Conforme Florit (2002), as dimensões simbólica e material estão associadas e se manifestam nas condições de percepção das contribuições estéticas e físicas da natureza; e isso pode ser verificado pelo aumento da procura imobiliária por áreas que mantêm traços estéticos de natureza, como os condomínios com áreas de preservação e bosques, pela necessidade de construção de infraestruturas em lugares de natureza com menor interferência humana em razão de crescente procura de atividades associadas ao ecoturismo, e de interesse por práticas mais saudáveis, vinculadas à natureza, como o consumo de alimentos ecológicos. Talvez possamos afirmar que nosso senso de retorno a uma situação mais natural está condicionado a produtos sociais e estes muitas vezes associados a aspectos físicos e culturais, porém ambos estão intimamente relacionados, buscando frações de espaços naturais, que são constituídos para possibilitar certos tipos de sensações, como da preservação de espécies e a satisfação de certos interesses, culturalmente condicionados pelas intervenções físicas no meio natural, para atender a certas expectativas, como viajar em meio a um ambiente natural, com alguma infraestrutura que comporte um conforto. Sobre esse posicionamento cabe acrescentar o relato de um **F<sub>5</sub> C<sub>1</sub> Consumidor agroecológico da RMC**, que relaciona a sua paixão pela natureza com o consumo do alimento orgânico, afirmando: *faço o possível para preservar a natureza, meus locais preferidos são as regiões de florestas e uma das razões de consumir produtos ecológicos, além de serem mais saudáveis, é porque não agredem o meio ambiente. O consumidor reafirma dois pontos importantes apresentados por Florit: a percepção das contribuições estéticas e físicas da natureza e a suas implicações culturais e de hábitos.*

Percebendo que muitas das visões preservacionistas ingênuas desconsideram que a natureza é também um produto da cultura em ambos os sentidos como os físicos e estéticos, que é resultado de um processo evolutivo de construção do ambiente natural, e que também há uma composição desta mesma natureza de modo que sirva a propósitos das intenções modernas, pode-se concluir que há um obstáculo conceitual na tentativa de entender natureza e cultura de modo separado, como se fossem universos distintos. É

possível que, em um primeiro momento, pareça mais justo para a solução das crises ambientais a adoção de valores baseados na tese da Ecologia Profunda, adotando uma identidade biocêntrica. Assim, todas as formas de vida teriam o mesmo direito à vida.

Porém, conforme Soper (1996), haveria uma insuperável dificuldade em conceder valores e direitos iguais a toda forma de vida, pois que, em muitas ocasiões, a preservação da vida humana desconsidera o direito à vida de outras espécies, como pragas e vetores de doenças. Segundo a autora, parece inatingível uma autorrealização humana seguindo os critérios de valoração da natureza a este ponto de igualdade. O que talvez nos remeta à necessidade de imposição de limites, que permitam a vida e a diversidade sem retirar da humanidade uma posição de liderança e, dessa forma, ficaríamos em algum lugar entre o antropocentrismo e o biocentrismo. Em repostas a esse dilema, a agroecologia parece promissora, na contribuição de critérios, principalmente no que se refere à preservação e ao direito à vida, pois formula suas técnicas, com referência nos sistemas naturais, reconhecendo na natureza o papel principal na decisão de sobrevivência ou morte das espécies, e que cabe ao homem, principalmente, respeitar e reproduzir essas determinações. Esses princípios são verificados na fala dos **Agricultores agroecológicos da RMC**, quanto às espécies exóticas invasoras que são suprimidas em privilégio das nativas, principalmente quando se trata de recuperação de áreas de reserva<sup>58</sup> legal.

Conforme Singer<sup>59</sup> *apud* Florit (2002), assim como os homens os demais seres vivos têm necessidades e os humanos devem considerá-las em iguais proporções. Tal posição foi denominada pelo autor de *principio de igual consideração de interesse*, sobre o qual se percebe, em certa medida, que os interesses das outras espécies são considerados até certo ponto, perdendo sempre quando ocorre o conflito com os da espécie humana e que, nessa

---

<sup>58</sup> Art. 577. Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12 da Lei nº 12.651/2012, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção da fauna silvestre e da flora nativa.

<sup>59</sup> SINGER, P. *Animal Liberation*, New York, 1975.

balança de ponderações, segundo o autor, não existe justificativa ética possível. Porém, mesmo que a vida de alguns indivíduos se dê pela supressão de outros, isto não torna menos relevante a importância de minimizar o possível as diferenças na relação, mesmo que algumas espécies como a humana tenham prioridade em muitos casos.

As ações para essa igualdade estão em maximizar os esforços para diminuir a mortalidade e o sofrimento provocados a algumas espécies, implicando que a ocorrência dessas condições, quando inevitáveis, seja baseada em propósitos legítimos, que corroborem com as concepções de realização do ser humano, e que, na medida do possível e razoável, contemplem o direito à vida de todos os seres vivos e permita sempre que possível uma relação duradoura ou sustentável<sup>60</sup>. No âmbito da relação de direito e defesa dos interesses, contemplaram-se as práticas de produção agroecológica, pois a produção de nosso alimento está profundamente associada à supressão dos interesses de outras espécies, e a produção de alimentos sobre esses moldes busca quando possível respeitar em certa proporcionalidade a vida das espécies envolvidas, como, por exemplo, com a não utilização de meio de controle de pragas em larga escala como uso de agroquímicos.

Essa mesma ideia está na retórica do naturalismo, que argumenta com base na similaridade entre nós e os animais, quanto às necessidades consideradas essenciais e a dependência da natureza para a sobrevivência, em certos casos, tais associações são bases para propor políticas ambientais, o que, segundo Soper (1996), é muito improdutivo, porque tal discurso erroneamente desconsidera a capacidade de o ser humano alterar as maneiras de satisfazer as suas necessidades por essa capacidade ser rearranjada culturalmente. Para a nossa sociedade viver em equilíbrio, segundo a autora, é necessário repensar das nossas formas de obter tais realizações e ter em mente que lidar com os conflitos ambientais, principalmente os associados à escassez, requer conter alguns interesses e ideais de satisfação, sendo

---

<sup>60</sup> Essa dialógica é também percebida na discussão entre inovação tecnológica e ganho social, que busca estabelecer limites para as inovações que não propõem como projeto a sustentabilidade.

possível pensar em exemplos como o de rever: muitas de nossas motivações para aquisições de bens de consumo, o modismo, os hábitos alimentares principalmente para as pessoas que vivem nos países mais desenvolvidos, que apresenta boa parte da população com ingestão calórica bem acima da necessária. Exemplificando os aspectos-chave acima citados pela autora, cabe o relato de uma **F<sub>12</sub> C<sub>1</sub> Consumidora agroecológicos da RMC**, que declarou:

Comecei primeiro consumindo produtos orgânicos, pois decidi emagrecer e ter uma vida mais saudável, após algum tempo já havia adquirido outros hábitos, como o de reciclar, comprar menos coisas supérfluas e valorizar os produtos regionais, hoje me considero uma consumidora ecológica e toda minha vida, assim como a minha família, é influenciada por esse meu jeito, às vezes sou até um pouco chata.

O relato da consumidora reforça a proposta de Soper quanto à necessidade de repensar nossas formas de obter tais realizações e o quanto uma mudança de postura nessa direção desencadeia toda uma produção de novos valores, e a ideia de *ser um pouco chata* sinaliza uma dificuldade de mudanças e de aceitação social em meio a práticas e valores contrários, que se mostram dominantes no meio.

Porém, sobre uma análise realista, a natureza se mostra independente às atividades humanas e a dependência está nas condicionantes e nos limites impostos por ela a nossa sociedade. Mesmo que possamos impor um significativo grau de alterações nas estruturas e nos sistemas naturais, as consequências dessas interferências nos colocam diante de certos fenômenos como meros espectadores. Esse entendimento de natureza a autora Soper descreve como *permanentground* ou terreno permanente para o surgimento de toda a reação da natureza, sendo este aspecto importante para o discurso ecologista, assim como para o construtivismo social.

Como presenciamos ao longo dos últimos anos nos campos da sociologia ambiental, as reflexões teóricas que constroem discursos com base num realismo ambiental e no construtivismo social, que propõem possibilidades

metodológicas, estabelecem posições morais sobre o entendimento que devemos atribuir à natureza, como modelo normativo de uma conduta dita adequada: tanto porque as interseções entre visão de natureza e sistemas de valores, em conjunto com as definições e outras colaborações produzidas pelas ciências naturais, e com discussões promovidas pela sociologia ambiental, produzem argumentos que sustentam que os problemas ambientais estão ligados à crise moral.

Seja pelo foco construtivista, seja pelo realista, a ideia de natureza preserva em ambas as análises elementos essenciais para a sustentabilidade: como: a coexistência de muitas espécies, a manutenção de ambientes capazes de sustentar a vida, a reciclagem e o equilíbrio em seus ciclos, principalmente os tróficos, os reprodutivos e energético. A Natureza, sem dúvida, sustenta ambientes capazes de se manterem por longos períodos, pela sua condição de equilíbrio alcançado, pela sua capacidade de regeneração ou, em situações específicas, pelo seu potencial de adaptar-se para preservar a vida mesmo em condições diferentes.

E com base nessa compreensão de natureza, percebe-se que ela se conecta como fonte de inspiração para uma racionalidade ecológica e sustentável, principalmente pelo Rural, uma vez que é nesse ambiente da sociedade *que encontramos nossas raízes*, conforme a obra-prima, *Raízes do Brasil*, de Sérgio de Holanda<sup>61</sup>.

No mundo rural localizamos a herança de nossas tradições que se situam no âmbito das experiências vivenciadas no cotidiano e no universo simbólico da sociedade. Nesse sentido, no rural encontramos as experiências concretas das manifestações culturais e religiosas mais remotas, da vida social comunitária (MACIVER e PAGE, 1973)<sup>62</sup> e das práticas relacionadas às atividades econômicas e produtivas que se desenvolvem no ambiente natural. Há um saber-fazer oriundo da experiência de vida que se reproduz, mesmo que conjugado a um saber técnico. No âmbito da sociedade, o rural se reproduz simbolicamente, alimentado por manifestações culturais, como a música, o lazer, pela visão romântica da reconstrução da

---

<sup>61</sup> Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982. *Raízes do Brasil* / 26. ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

<sup>62</sup> MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. *In*: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Nacional, Edusp, 1973.



natureza e pelo desejo de um retorno a uma vida de convívio com uma paisagem bucólica. O mundo rural não existe apenas como um lugar, um espaço onde se desenvolvem atividades agrícolas ou aquelas que têm a ver com a gestão da natureza, mas também como um mundo que se reproduz no conjunto da sociedade, sob o ponto de vista de uma experiência prática (material) e simbólica (...). No mundo rural, a vida social reproduz as nossas tradições, e a vida biológica reproduz as diversas formas de manifestação da natureza. Dessa maneira, o mundo rural é o espaço aonde vamos nos reencontrar tanto com nossas tradições, quanto com a natureza, ainda exuberante (BRANDENBUR, 2010, p.168).

Mesmo nesse rural, segundo Brandenburg (2011, p.128), que se apresenta como um rural heterogêneo, na medida em que os espaços rurais são urbanizados, como consequência de um processo incompleto de modernização, se reconstrói uma vida social, que reproduz uma relação de complementaridade com o ambiente urbano, apresentando um processo de *urbanização do campo* e também de *rurbanização das cidades*.

Para Brandenburg (2011), o rural não desaparece, mas ressurgue com formatos sociais e produtivos diversos e aponta para uma modernidade social com reapropriação de espaços pelos camponeses e agricultores familiares. O autor destaca que estudos vinculam a questão ambiental aos projetos de “novos atores”, para os quais natureza e cultura não se opõem; que questionam o paradigma convencional de produção agrícola e constroem relações sociais afirmando-se como sujeitos de um projeto de vida crítico à sociedade de consumo massificado. Natureza e camponês são aliados e, nessa aliança, um proporciona ao outro a manutenção da vida. A relação direta com os recursos naturais faz com que o camponês desenvolva um *apego* a ela, que, para ele, é patrimônio sagrado, que deve ser preservado, assim como a sua própria vida, a família, a história familiar, suas crenças e tradições (BRANDEMBURG, 2010).

Embora seja a atividade agrícola reconstrutora do ambiente rural a partir do manejo dos recursos naturais e em oposição ao manejo de processos e insumos industriais, permeia-se crescente a industrialização de seus processos produtivos, ao lado de movimentos de reapropriação de processos naturais,

com diferentes formas de agricultura ecológica e suas maneiras particulares de se posicionar no ambiente rural e de se relacionar com a natureza.

Ilustrando o citado no parágrafo anterior, Brandenburg (2011, p. 138) coloca que agricultores expressam que a agroecologia os *aproxima da natureza e de tudo o que é sagrado*. Para o autor, são representações que expressam sentimentos que remetem ao âmbito do sagrado, do respeito, da recriação da vida e da saúde, que extrapolam a noção utilitarista dos recursos naturais.

E essa ideia de Natureza é ressignificada no rural e evidenciada nos depoimentos obtidos dos agricultores sobre a sua percepção sobre ela, sendo possível perceber que a compreensão deles permeia pela noção construtivista e realista, sem contornos nítidos ou clareza conceitual, mas com bastante maturidade intelectual e emocional, evidenciadas em relatos que apresentaram a percepção de: interdependência com os próprios agricultores; noção de casa atribuída a ela; necessidade de buscar na natureza a inspiração e a validação de suas práticas produtivas ecológicas; uma grande responsabilidade, expressa num sentimento paternalista, em um dever cuidar; de reconhecimento da importância do sucesso do negócio; ser algo maior e ao mesmo tempo construída, recuperada e cuidada por eles (**Agricultores Agroecológicos da RMC**).

Cuidar da natureza implica em muitas coisas, cuidar da propriedade, manter o ambiente equilibrado e a disponibilidade dos recursos (...) uma propriedade sem uma água boa é uma propriedade morta, não dá para fazer nada (...) hoje cuido da minha propriedade como um jardim, tem bosque e animais silvestres, meu cartão de visita, pois recebo muita gente lá (...) tenho orgulho de cuidar do meu pedaço de terra e ver que faço algo bom, não é mais só produzir a qualquer custo (...) se você for lá vai ver pássaros fazendo ninho por todo o lugar (...) é uma pena que os vagalumes acabaram: era um espetáculo da natureza, quem sabe um dia eles voltam também (**F<sub>10</sub> A<sub>1</sub> Agricultores Agroecológicos da RMC**).

Esses valores naturais, reconhecidos socialmente, impulsionaram a construção de um pensar e agir social e ecológico modelando uma ética

ambiental. A compreensão do ser humano sobre a natureza estabeleceu bases para fundamentar a agroecologia e suas vertentes, assim como para promover uma ética ambiental, objeto deste trabalho, porém com este estudo não se pretende revalidar esses laços, mas sim, verificar se esses valores que inspiraram a elaboração das práticas agroecológicas conduzem e, em caso positivo, em que medida à construção de uma Ética da Sustentabilidade, desenvolvida pelas interações dos diversos atores da agroecologia.

Por isso os movimentos ecológicos constituem um dos mais expressivos na atualidade, porque o meio natural talvez esteja perdendo sua capacidade de resiliência, ou de restabelecer-se naturalmente diante dos problemas imputados pela intervenção das atividades humanas (BRANDENBURG 2010, p 183).

### 3.2 A AGRICULTURA ECOLÓGICA E OS NOVOS ATORES NA RECONSTRUÇÃO DA ÉTICA AMBIENTAL

O cenário rural brasileiro compõe-se de diferentes identidades, com diferentes predominâncias de características do rural colonial e do rural moderno, com diferentes estágios de aplicação de processos típicos da vida social moderna e diferentes níveis de impacto nos recursos naturais. Coexistindo com esse cenário multifacetado, encontram-se características de uma modernidade avançada tal como nas sociedades de capitalismo desenvolvido. Parte do sistema global, o rural se reconstrói continuamente a partir da história e da experiência de vida de seus protagonistas. A diversidade de experiências dos agricultores surge como alternativas de solução que ultrapassam o padrão tido como moderno. Nessa dinâmica de vida e soluções surgem novos atores que reconstróem o ambiente social e natural; agricultores que reagem e agem no sentido de assegurar suas condições de vida, criando e adotando alternativas que melhor respondem a suas expectativas e demanda na medida em que transformam as relações com o ambiente natural e as

relações sociais, ao reagir à dominação do paradigma industrial de produção agrícola (BRANDEMBURG, 2011).

No âmbito deste estudo, os novos atores são os produtores e consumidores agroecológicos, aqueles que, no intuito de se afirmarem como sujeitos, agem no sentido de realizar propósitos nas dimensões do social, do individual, do ambiental, transformando o ambiente em que vivem, articulando essas dimensões.

Ainda segundo o mesmo autor (2010), pode-se afirmar que novos atores se definem pela luta contra a dominação da racionalidade instrumental e conseqüentemente contra a destruição da natureza, do natural, contra o processo de transformação do sujeito em objeto; realizam-se sujeitos da construção das relações sociais e ambientais, buscam projetos de construção da autonomia. Novos atores articulam elementos subjetivos da tradição e experiências de vida, embora considerem a racionalidade instrumental e a regulação política da sociedade.

Na mesma dinâmica dos movimentos culturais, manifestação coletiva do conceito de Touraine, se dá a manifestação individual dos novos atores: agricultores, neorrurais e os consumidores ecológicos mesmo quando não associados aos movimentos ambientalistas: são também legítimos atores, pois não há necessidade de um engajamento em um movimento social estruturado para que um ator se realize como sujeito de sua construção correspondendo à natureza do ser humano como sujeito individual e coletivo. Com informação e autonomia o produtor rural pode se transformar em *agroecologista*<sup>63</sup>, por exemplo, motivado pelo movimento agroecológico sem participar coletivamente dele. Pode agir reflexivamente, substituir práticas convencionais por práticas agrícolas ecológicas, guiado pelo valor de zelo com o ambiente, ajustando natureza e tradição, articulando a experiência e a modernidade científica, promovendo a ressignificação e a recriação harmônica da vida em seu ambiente.

---

<sup>63</sup> Esse termo foi empregado segundo a definição apresentada por Brandenburg (2010) em seu texto. A Colonização do Mundo Rural e a Emergência de novos atores.

O saber da experiência e o conhecimento científico se complementam em ações que abrangem o social e o natural (FLORIANI, 2007). Nesse sentido, é pertinente a expressão *diálogo de saberes*, segundo Leff (2003), na construção de uma racionalidade ambiental ou socioambiental. Os atores que não se submetem a uma racionalidade instrumental exclusiva, consideram em suas ações seus interesses múltiplos e por isso as racionalizam de forma diversa, contribuindo para a institucionalização de outra racionalidade.

Na ação dos agricultores agroecológicos, os motivos que desencadeiam o desenvolvimento de outras racionalidades, que se contrapõem ao imperativo da racionalidade instrumental, transformam sistemas agrícolas, mudam sua conduta, privilegiando o uso de recursos naturais, passam a produzir para o próprio consumo, mudam os hábitos de alimentação, a noção de qualidade dos alimentos, e comercializam os produtos mediante canais diferenciados (como as feiras, entregas domésticas), embora cada vez mais as grandes redes de supermercados já estabeleçam pontes com a produção ecológica (PADILHA, 2008).

O surgimento das outras racionalidades parece ser favorecido pelas condições dos produtores, como destaca Jean (1994), para quem tanto o camponês como o agricultor familiar desempenham três conjuntos de funções no ambiente profissional: as de proprietário, gestor e executor de seus próprios trabalhos. Essas funções, que estão inseridas em seu projeto de vida, não lhe permitem ser orientado exclusivamente pela racionalidade instrumental. Além de agricultor, é também um artesão na medida em cria e produz artesanalmente instrumentos necessários às técnicas de manejo, para atender a suas necessidades de organização do trabalho e de construção do projeto familiar, de forma autônoma. As palavras do autor são sabiamente exemplificadas nos comentários de um **F<sub>4</sub> A<sub>1</sub> Agricultor agroecológico da RMC**.

Produzir de forma agroecológica requer muito conhecimento, pois não podemos muitas vezes optar pelas soluções mais simples, por elas serem conflitantes com as regras, (...) em certos casos

recorremos aos colegas e a todos que tiverem uma boa ideia (...) na comercialização sempre verticalizamos, hoje no meu caso é difícil pensar em produzir só *in natura*, se não tiver um valor agregado pelo mercado e não consigo conservar o produto, (...) mas me sinto mais produtor agora do que antes, quando produzia no convencional, era um mero comprador de insumo e escravo do sistema e dos produtos, além de ter adoecido muitas vezes.

É evidente no relato do produtor uma autonomia, compreendida como capacidade de assumir e conduzir a própria vida e responder por ela, o que implica a gestão da produção e do tempo, em sintonia com os movimentos da natureza. Tempo e gestão da produção coexistem conectados, e como valores na vida do agricultor, em que a experiência, da qual resulta o conhecimento, se dá numa íntima relação com o ambiente natural e com as leis que o regem, em coautoria, em que a técnica contempla a experiência e o saber cultural e histórico.

Exemplificando: as pesquisas relacionadas ao mundo agrícola, ou rural, não somente considerariam a racionalidade econômica, mas também as advindas dos interesses relacionados às dimensões diversas, às aspirações, ao projeto de vida desses atores, o seu apego à terra e às tradições. Da mesma forma, políticas públicas de apoio ao fomento, às atividades de produção e ao consumo ecológico constituem estratégias sociais de enfrentamento aos constrangimentos da lógica mercantil.

Carlos Rodrigues Brandão, em seu livro *O afeto da terra* (São Paulo, Editora da Unicamp), menciona que a tradição implica o apego à terra, e que é um dos componentes mais relevantes das múltiplas dimensões subjetivas, denominada *racionalidade específica do camponês*, a partir da qual talvez se possa dimensionar a ética da natureza, inscrita no que se conhece como *ethos camponês*. Embora a natureza seja transformada e artificializada, é visível a distinção entre o ambiente do mundo rural e o ambiente do mundo urbano, cujos espaços conectores alojam potenciais de resistência e de transformação, num confronto de lógicas e gestão de racionalidades alternativas distintas. Nessa dinâmica, as ações de novos atores são forjadas no conflito entre a

racionalidade técnico-instrumental e a racionalidade da modernização social, nos espaços urbano-rurais (BRANDENBURG, 2010).

Há interesses comuns entre novos atores que emergem do mundo rural e do mundo urbano: ambos reagem em defesa da vida no sentido da reconstrução de relações socioambientais, da racionalidade ambiental, que está relacionada à conduta dos novos atores sociais, individuais ou coletivos, que visam concretizar práticas sociais segundo princípios do ambientalismo, mas depende da sociedade ou de agências que promovem políticas que sustentam o desenvolvimento de uma nova racionalidade. Para Leff (2004), a racionalidade está relacionada ao microuniverso da ação dos atores, mas também a um processo de institucionalização e reorientação de valores que ocorre nas diversas instâncias da sociedade.

O universo agroecológico tem se mostrado como um campo desafiador, por ter que confrontar a lógica ambiental emergente com a capitalista. Pesquisas sobre a formação da racionalidade ambiental, na Região Metropolitana de Curitiba, apresentam, segundo Padilha (2008), evidências de uma oscilação entre avanços e retrocessos na organização dos agricultores, produzindo conflitos, dissolução e reorganização de seus grupos. Outro aspecto que impõe tensões na consolidação do campo ecológico é a necessidade de adaptação às normas e aos padrões de comercialização, produzidos sob a lógica mercantil dominante: mesmo com uma demanda crescente por esses produtos e a participação de novos atores que se estabelecem dentro da filosofia ambiental, não há como desconsiderar os padrões e contratos usualmente adotados pelo mercado, que não estão em sintonia com os princípios socioambientais.

De tal modo acredita-se que esse desafio de ecologização não cabe apenas aos novos atores do mundo rural ou aos atores emergentes, mas também a toda sociedade, na medida em que esse rural sustentável surge pela participação em conjunto de grupos da sociedade, como as organizações de consumidores ecológicos que contribuem na reconfiguração das relações rural-urbana. Essa responsabilidade coletiva, que suscita a participação de todos, é respaldada na fala dos **Consumidores e Agricultores agroecológicos da**

**RMC** que colocam o mercado agroecológico como espaço para se reenviudar direitos de: produtor; consumidor; indivíduo; natureza e de sociedade: é um local *de se ousar fazer diferente, fazer melhor (F<sub>6</sub> A<sub>2</sub>)*, de questionar, de exigir o porquê? O como? Um local de encontro, de relação transparente, e esses aspectos são facilmente percebidos no diálogo, que demonstra uma relação de proximidade, de confiança como apresentado a seguir: *ciclano reservou minha cesta? Sim seu pedido da semana já está separado como sempre?*<sup>64</sup>. **(F<sub>1</sub> C<sub>1</sub>)**. *Fiz aquela sua receita, minha família adorou. O tomate não está bonito hoje – Não tem problema se é orgânico vou levar*<sup>65</sup>; quando uma relação comercial permite certo nível de intimidade, é possível perceber o favorecimento da troca de experiências, de hábitos e até valores, pois não se solicitam apenas as mercadorias e informações sobre elas, há uma ligação entre as realidades dos atores envolvidos e por essa ligação transitam os valores pessoais **(F<sub>6</sub> C<sub>1</sub> Consumidor E F<sub>6</sub> A<sub>2</sub> Agricultor agroecológicos da RMC)**.

E é nessa relação com a natureza que os novos atores percebem e reproduzem valores que representam uma condição natural, a da sustentabilidade, baseada em princípios: da coexistência; do respeito ao espaço; da valorização da vida; do desenvolvimento sustentável que impõe limites ao crescimento inspirado pela modernidade. E, dessa forma, criam-se condições que possibilitem o desenvolvimento de uma sociedade, que não aniquila a cultura, nem a tradição, que não impõe a padronização, que possibilita a diversidade, em que a economia em escala não se torna a única resposta viável e em que o consumo se conecta novamente às necessidades da vida, que não conceba a exploração como necessária. Sabendo que, é pelos atores que a racionalidade da sustentabilidade se concretiza no plano das ações, e que portanto uma Ética da Sustentabilidade deve, de alguma forma, estar presente. Assim sendo, projetos aparentemente idealizados em realidades diferentes e por diferentes atores, como o da agroecologia e o dos grupos de consumidores, por objetivarem a sustentabilidade, passam a compartilhar princípios, uma vez que tenham uma base ética estrutural em

<sup>64</sup> Consumidor ecológico da RMC reproduzindo exemplos de diálogos em que eles participam com os feirantes-produtores.

<sup>65</sup> Trecho do diálogo entre produtor e consumidor ecológico.



comum, permitindo reconhecer que os valores componentes desta ética estão de fato associados a um ideal de desenvolvimento sustentável. Como essa ética se estrutura e se conecta com os diversos atores pela sociedade, será tema de discussão no Capítulo seguinte.

## CAPÍTULO III

---

### 4. A ÉTICA

Neste capítulo aprofunda-se o entendimento da ética ambiental para verificar de que maneira a construção dessa ética é capaz de produzir mudanças sociais com o intuito de promover a sustentabilidade. Com base nesta reflexão pretende-se fazer uma análise do desenvolvimento desses valores promovidos pela agricultura ecológica e seus reflexos no meio social, exemplificando com análises empíricas realizadas junto a agricultores e consumidores da Região Metropolitana de Curitiba, verificando se é possível que os valores que ressurgem da prática da agricultura ecológica contribuam para uma transformação socioambiental. Podendo se perguntar: que valores emergem da prática da agricultura ecológica? De que maneira esses valores são percebidos e incorporados pelos produtores, famílias e pelos consumidores? Como isso se reflete na sua organização produtiva e na reconstrução socioambiental do rural?

#### 4.1 CONSTRUINDO UMA ÉTICA AMBIENTAL

O que ocorre é que a demanda por recursos naturais não renováveis vem crescendo vertiginosamente e, conseqüentemente, nos expõe ao crescente risco de colapsos nos sistemas econômicos e sociais globais, pois o atual uso desses recursos, ou seja, a maneira intensa como esses recursos vêm sendo usados, faz com que sua capacidade de renovação fique seriamente comprometida e, portanto, incapaz de atender às necessidades básicas da população<sup>66</sup>. O uso desenfreado do que a natureza tem a nos

---

<sup>66</sup> Conforme reportagem de Lester R. Brown, publicada na *Scientific American Brasil sobre a Escassez de Água e a Escassez de Alimentos*, as três tendências ambientais (...) escassez de água fresca, perda

oferecer, combinado com alguns novos padrões da sociedade, como o crescente consumo globalizado, tem deixado rudes marcas ambientais no planeta.

Diante da crise civilizacional generalizada na qual nos encontramos, Boff (1999, p. 17) afirma que:

precisamos de um novo paradigma de consciência que funde uma relação mais benfazeja para com a Terra e inaugure um novo pacto social entre os povos no sentido de respeito e de preservação de tudo o que existe e vive. Só a partir desta mutação faz sentido pensarmos em práticas agroecológicas que representem uma nova esperança<sup>67</sup>.

Segundo o mesmo autor, encontramos-nos em uma nova fase, já explicada pela cosmologia planetária, e nela nossas ações devem ser guiadas pela consciência em um agir que não é só local, mas assumir dimensões globais e assim uma ótica global demandaria uma ética também global. Mesmo que a sociedade insista na predominância das morais regionalizadas, a ética e as morais devem apoiar a vida, as relações humanas e a sustentabilidade do planeta, e, para que isso se confirme, necessitamos reconhecer a perspectiva da globalidade, proposta pela nova cosmologia.

Necessitamos de uma ética mínima, com uma capacidade holística que una e pondere a dinâmica e a interdependência entre a miséria, o dano ao meio ambiente, a tirania social, os problemas étnicos, a política e a crise

---

de solo arável e aumento da temperatura (além de outros efeitos) decorrente do aquecimento global – estão tornando cada vez mais difícil expandir o fornecimento mundial de grãos com a velocidade suficiente para torná-lo compatível com a demanda. De todas essas tendências, entretanto, a mais imediata é a propagação da escassez de água. O maior desafio aqui é a irrigação, que consome 70% do total de água fresca no mundo. Milhões de poços voltados à irrigação em muitos países estão agora bombeando água de fontes subterrâneas com velocidade maior do que a chuva é capaz de reabastecê-los. O resultado é a queda do nível do lençol freático em países habitados por metade da população mundial, incluindo os três maiores produtores de grãos – China, Índia e Estados Unidos. Disponível<  
[http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/escassez de alimentos e ameacas a civilizacao.html](http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/escassez_de_alimentos_e_ameacas_a_civilizacao.html)>  
 <acessado dia 02/03/2014>

<sup>67</sup> O teólogo e escritor Leonardo Boff que *defende imediata correção de rumos para evitar que o ser humano tenha o destino dos dinossauros: a extinção* e para alcançarmos tal chance o escritor nos chama a atenção para a ética do cuidado, *Hoje mais do que nunca se faz necessária uma ética do cuidado, porque tudo está descuidado. A cada dia cerca de 20 espécies de seres vivos desaparecem de forma definitiva dada a presença agressiva do ser humano. Ele se fez um homicida das grandes expressões da biodiversidade da vida.* Disponível<  
[http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/cpfl/patrocinador\\_232151.shtml](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/cpfl/patrocinador_232151.shtml)> <Acessado: 02/03/2014>

espiritual. As várias morais, mesmo que com concepções diferentes, necessitam ter uma orientação em uma base comum, que Boff denomina ética do cuidado, que se manifesta como uma ação de respeito e de preservação do nosso planeta, revelando as dimensões de preocupação e de apego para com o outro, idealizando uma lógica das relações: o modo de ser e cuidar vai ao encontro do modo de vida sustentável, proporcionando uma sólida revolução no modo de pensar e de sentir, nos princípios, nos hábitos, nos processos produtivos e na relação com a natureza (BOFF, 1999, 2003).

A ética do cuidado, segundo Soza-Lima *et al.* (2013), pode ser evidenciada nas práticas produtivas, quando orientadas por preceitos agroecológicos, que potencializam ou até mesmo promovem uma relação de cuidado: e quando o sujeito é fortemente influenciado por essa ética, é capaz de,

conferir ao ambiente biofísico uma racionalidade centrada no amor incondicional. Numa concepção dessas, parece haver pouco ou nenhum espaço para relações abusivas entre este tipo de sujeito e o ambiente biofísico (SOUZA-LIMA *et al.* 2013, p. 39).

Essa ética que prenuncia o cuidado parece estar presente na realidade dos agricultores ecológicos da RMC, pois seu conceito é bastante empregado nos seus discursos referenciando as práticas adotadas, coerentes à proposta de Boff, como pode ser verificada na fala de um **F<sub>12</sub> A<sub>1</sub> agricultor ecológico da RMC**, *do mesmo modo que se cuida da família, para que se sintam bem e também protegidos, devemos cuidar da natureza, (...) se vejo algo errado me sinto mal se não faço nada para impedir.*

A partir disso, podemos perceber o quanto é importante que ocorram mudanças de comportamentos, tanto individuais quanto institucionais, em busca do bem social comum. Mas mudar requer aprendizado e, por sua vez, novos aprendizados exigem vivências, exemplos, experiências e procedimentos social e individualmente construídos. É imprescindível compreender a Ecologia como o estudo do nosso planeta e, por fim,

compreender o planeta como nossa casa. É preciso desenvolver comportamentos ambientais éticos e solidários que, além de virtudes, são condições e princípios para a sobrevivência de todos.

Reconhecida a necessidade de construção de uma ética ambiental, capaz de promover uma religação da sociedade com a Natureza, replicando e transferindo princípios naturais sustentáveis para o meio social, passa a ser necessário construir e sistematizar um processo que permita verificar essa dinâmica para sermos capazes de responder às seguintes perguntas: Como seria essa Ética da Sustentabilidade? Que valores a formariam? As práticas agroecológicas estão em consonância com esses valores e mais, reproduzem e transferem esses valores para a sociedade?

Para elucidar essas questões, neste Capítulo propõe-se uma discussão sobre a ética de modo a entender as bases formadoras de uma ética da sustentabilidade e as conexões com práticas agroecológicas. Para tanto, apresenta-se uma análise comparativa entre essas bases e os preceitos da agroecologia, e relata-se um estudo sobre as dinâmicas da agroecologia que considera experiências de produtores e consumidores agroecológicos.

Conforme comenta Nalini (2004), como respostas às profundas transformações do meio ambiente, promovidas pelo homem, surge uma motivação em um pensar ecológico e em uma ética ecológica. Por essa ética se propõe fortalecer uma postura mais consciente da humanidade e de sua relação com o mundo. Neste contexto, as ações ultrapassam medidas puramente preservacionistas e de admiração da natureza e buscam promover uma conduta mais responsável, condenando uma ação puramente materialista e pretensamente racional. A colocação do autor encontra respaldo no relato de um **F<sub>11</sub> A<sub>1</sub> Agricultor agroecológico da RMC** quando coloca que, *a natureza é mantenedora de nossa vida, nossa família precisa dela, a sociedade precisa dela é e ela que mantém o mundo equilibrado*. É evidenciado na fala que a ideia de natureza assume uma importância maior do que uma visão simplesmente materialista, e esse reconhecimento do aspecto vital da natureza é promovido pelas práticas agroecológicas, é uma percepção mais profunda e consciente e comum entre os produtores ecológicos.

Dessa forma, a ética ambiental surge da manifestação desse interesse que, segundo Boff (2003), nasce da razão, de algo mais profundo, que é a inteligência emocional.

Essa questão considera o estabelecimento de valores que, conforme Capra, com base na teoria da ecologia profunda (1993), são fundamentais para o entendimento da Ecologia, e de suas características definidoras, enquanto são questionadas as bases dos valores antropocêntricos, e, dessa forma busca-se um novo entendimento direcionado por uma ética ecológica, alcançando uma visão de mundo que redescobre o valor inerente das vidas humana e não humana, que considera todos os seres componentes de comunidades ecológicas interligadas, em uma rede de interdependências.

Corroborando a ideia de interdependência e comunidades interligadas, os **Agricultores agroecológicos da RMC** mencionaram que as práticas agroecológicas promovem o reconhecimento da importância das outras espécies, mesmo as sem interesse comercial, e, portanto, a presença delas na lavoura. Até mesmos os trechos disponibilizados para as áreas de proteção permanente, que poderiam ser utilizados para ampliação da produção, passam a ser tolerados e até desejados, por esse sentimento ser fortalecido por uma filosofia agroecológica, como visto no relato do **F<sub>9</sub> A<sub>1</sub> Agricultor agroecológico da RMC**.

Na discussão sobre o novo código florestal, muitos agricultores convencionais estavam preocupados em ter que aumentar as áreas de proteção, muitos acabaram por intensificar a destruição, (...) nós que trabalhamos com sistemas orgânicos, reconhecemos que as áreas de proteção são importantes, (...) meu capão de mato serve como barreira para o vento, protegendo a minha propriedade e a do vizinho, (...) serve de sombra para os animais, além de uma série de benefícios, (...) que só os produtores ecológicos reconhecem (...) sou dono de uma propriedade grande, não é simplesmente um terreno minúsculo em uma área urbana, manter a natureza preservada lá traz benefícios para minha família, mas também para a sociedade.

Parece clara a ideia de interdependência e comunidades interligadas nas palavras do agricultor, principalmente quando relata benefícios gerados na

sua propriedade, fruto da sua opção preservacionista, que contemplam vizinhos e a sociedade. Outro aspecto interessante no discurso é a ideia de responsabilidade para com a sociedade que, para o agricultor, parece dever ser maior para aqueles que possuem mais áreas. No momento que um pensar ecológico se tornar presente em nossas consciências cotidianas, emergirá um sistema de ética, radicalmente novo, que, segundo Capra (1996), é imprescindível nos dias atuais, e dentro dessa nova estrutura social os fatos científicos serão propostos também por um conjunto de percepções, valores e ações éticas, em um contexto no qual a Ecologia promoverá *a visão segundo a qual reconhece que esses valores são inerentes a toda a natureza*. (CAPRA, 1996, p. 28).

Essa ênfase pode estar relacionada à maneira como os cientistas, a ciência e a sociedade olham o mundo. Segundo Kay e Schneider (1994), a revolução promovida pela ciência, de meados dos anos 70 a meados dos anos 90 do século XX, foi tão impactante quanto a que aconteceu com as publicações dos trabalhos de Ludwig Boltzmann e Albert Einstein; porém essa revolução científica estava baseada em uma percepção dedutiva e extremamente especializada do mundo, e hoje a revolução atual necessita de uma perspectiva macro e de considerar como esse entendimento holístico afeta nossas vidas e nossas decisões.

E essa transformação da ciência da natureza atualmente explora uma óptica teórica com base na diversidade e na complexidade. Esse novo pensar ecológico estrutura a base do que Prigogine e Stengers (1997) chamam de *metamorfose da ciência*.

Essa ideia de natureza transferem aos humanos, seus valores e cultura, promovendo uma influência mútua e é esse pensamento que compõe os trabalhos de Prigogine e Stengers (1997), quando defendem uma *nova aliança* entre natureza, economia e sociedade, com base em uma nova ética econômica e social. E, da mesma maneira, Morin (1984) lança mão da teoria dos sistemas para o entendimento do ecossistema, a partir de sua perspectiva ecológica generalizada, sinalizando a dimensão complexa, propondo um novo pensamento ecossistêmico, como crítica à noção que estabelece uma

interação entre o ambiente físico em conjunto com as espécies vivas, coexistindo em um espaço e nicho determinado. Assim, Morin (1984) considera fundamental romper os vícios e resgatar o que historicamente foi ignorado pelo pensamento clássico, ou seja, segundo análise de Milioli (2007, p. 80), isso acontece quando conseguimos *compreender o homem enquanto um sistema e como este pode ser considerado dentro de um pensamento ecossistêmico*. Indo além, Morin acrescenta que, quanto mais evoluído, isto é, complexo for um sistema, mais aberto ele será e por essa razão o ecossistema não é apenas composto pela natureza, mas também pelos sistemas técnico e social, que se sobrepõem ao primeiro e o tornam ainda mais complexo. Dentro dessa reflexão, Capra (2000) afirma que quanto mais fundo vamos ao entendimento dos maiores problemas da nossa época, mais reconhecemos que eles não podem ser compreendidos isoladamente, por serem de natureza sistêmica, e por essa razão estão interligados.

E é neste cenário que se faz necessário construir as relações de valor de humanidade, e a grande luta pela vida consistirá na procura de um fundamento ético mais humano. Em meio a estes conflitos, Boff (1999) propõe uma reestruturação pela *ética do cuidado*; segundo o teólogo, o termo *cuidado* assume dois importantes significados, um deles é *desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção e bons tratos para com os outros seres* e o outro implica *intimidade e respeito*. Propõe, assim, um despertar para a dimensão do cuidado objetivando recriar uma vida sustentável.

A ética do cuidado encontra sustentação nos discursos dos **Agricultores e Consumidores da RMC**, que sinalizam em vários momentos essa relação, como exemplificado pelo comentário de um produtor, **F<sub>2</sub> A<sub>1</sub>**, *produzir ecologicamente é respeitar a família e não expô-la ao risco de contaminação (...) entregar um produto saudável para o cliente, para que ele tenha saúde*, e reproduzindo esses mesmos princípios. O **F<sub>10</sub> C<sub>1</sub>** consumidor relata que, *tenho que cuidar da minha família, por isso procuro sempre que possível comprar produtos orgânicos*. Não é apenas nítida a intencionalidade do cuidado, do zelo, mas a motivação por esse sentimento encontra respaldo



também na intimidade e no respeito, pois a preocupação pela saúde e pela segurança os alcança em sua condição mais íntima, que é na família.

O entendimento diante dos mecanismos que proporcionam a sustentabilidade é que uma ética ecológica encontra suas bases de sustentação e efetivamente contrapõe-se às tensões estabelecidas na relação entre a modernidade e o meio ambiente, nesse percurso da civilização. Não podemos ignorar que a modernidade e o meio ambiente alimentam-se da mesma fonte civilizatória, para estabelecer o verdadeiro desafio, e a ética desse questionamento estabelece o curso dessas tensões e promove o componente social, que constroem as forças de resistência à modernidade e a uma condição de acumulação capitalista, e é nessa medida que a ética ambiental se configura um contramovimento a uma sociedade de consumo (VIANA *et al.*, 2001).

Essa resistência a uma sociedade de desperdício é verificada nos hábitos de uma **F<sub>8</sub> C<sub>1</sub> Consumidora ecológica da RMC** que comenta: *quando nos tornamos um consumidor ecológico não mudamos apenas nossos hábitos alimentares, mas experimentamos uma mudança radical em tudo na nossa vida (...) passamos a ser mais críticos*. E essa mudança, segundo relato de outros consumidores, se reflete na exigência crescente por produtos de qualidade, independentemente de se produzidos de forma ecológica ou não, na crescente preocupação com meio ambiente, principalmente na questão do lixo, na necessidade de promover oportunidades para os pequenos comerciantes locais, priorizando o consumo por produtos e serviços fornecido por eles, na importância de um consumo mais consciente, tornando-se multiplicadores de valores e de questionamento quando os direitos dos consumidores são desconsiderados.

Eu uso sempre as mídias sociais, os e-mails, sempre quando vejo que alguém fez algo de errado espalho para todos, esses dias no mercado uma família estava colocando um fardo de leite no carrinho e alguns meses atrás essa marca (...) estava nos jornais por ter o seu produto adulterado com formol, não tive dúvida coloquei a boca no trombone (...) fiz com que eles desistirem da compra (...) muita gente

esquece mais eu não e sempre que puder vou fazer alguém mais lembrar **(F<sub>8</sub> C<sub>2</sub> Consumidora ecológica da RMC)**.

Dessa intensa discussão das questões ambientais, segundo Leff, emerge uma *ecosofia* que significa uma filosofia da natureza e uma ética ambiental. O que permite que o pensamento social se torne mais amplo que apenas a expressão de um sentido lógico e unívoco, comunicando implicitamente racionalidades emergentes. E é com base nessa racionalidade que profundas mudanças de referenciais ideológicos e culturais promovem a transformação de um conjunto de paradigmas do conhecimento teórico e dos saberes práticos, inserindo a temática ambiental em uma nova perspectiva para as ciências sociais e reconhecendo que a problemática ambiental é de caráter social, também porque ultrapassa o âmbito dos saberes e dos sistemas de conhecimento constituídos (LEFF, 2001).

E, assim, podemos verificar que o desenvolvimento sustentável e a reconstrução social implicam necessariamente uma mudança de valores que orientam o comportamento dos agentes econômicos e da sociedade em seu conjunto, a uma transformação do conhecimento e da inovação de tecnologias para resolver os problemas da humanidade pela sensibilização promovida mediante a incorporação do saber ambiental (LEFF, 2004). Os processos desencadeados pela emergência de novos atores sociais, que são os produtores e consumidores agroecológicos, sendo eles sujeitos individuais e coletivos atuantes e ou simpatizantes de uma reestruturação social e ecológica do campo, podem traduzir os ideais do ambientalismo em práticas produtivas agroecológicas, capazes de ser manejadas pela própria comunidade, como um movimento social cada vez mais amplo avançando na construção de uma racionalidade produtiva agroecológica, embasada em condições de produção ecologicamente sustentáveis pela busca da reversão dos processos de degradação ambiental. (LEFF, 2000).

Assim, a agricultura agroecológica poderá colaborar na reconstrução social e ambiental, já que as relações técnicas podem promover, segundo Jollivet e Pavê (1997), profundas transformações sociais, e desta forma pela

incorporação de valores resgatados pelas práticas sustentáveis e estando os produtores mais conscientes da complexidade da vida, podem eles contrapor-se à simplificação da natureza, que surge da necessidade humana da clareza rápida impondo a simplificação dos fenômenos. Como afirma Bachelard<sup>68</sup>(1973), o simples é sempre o simplificado e não existem fenômenos simples, ideias simples e não há natureza simples. Com efeito, e conforme Rozendo (2009), a relação da agricultura com a natureza promove profundas transformações, visto que, para os agricultores familiares, a natureza não está simplesmente como recurso, e sim como meio de vida mesmo que essa relação seja intermediada pela técnica, que se apresenta como mistério, determinando nossas vidas e modelando nosso entorno. (SANTOS, 2000).

A transferência de valores para a valorização da complexidade e da sociedade implicará a condição de ver o mundo sob uma nova óptica, como descreve Morin em sua proposta do pensamento complexo, que estabelece uma nova forma de percepção de mundo a partir da óptica da complexidade. É considerando essa complexidade que Morin constrói um estudo sobre a ética que nos possibilitou uma compreensão sobre as interconexões de uma ética da sustentabilidade com as práticas agroecológicas que, segundo Morin (2011, p.19), *essa ética manifesta-se para nós, de maneira imperativa, como uma existência moral.*

Sabemos que culminamos em um problema ético fundamental desencadeado pelas nossas sociedades do qual as políticas revolucionárias e reformistas não deram conta, e que, nesse cenário, a melhora das relações entre os seres humanos e a sociedade e seus vínculos torna-se emergencial diante de uma questão de sustentabilidade.

O mal ético está na barbárie das relações humanas, no próprio coração da civilização. Enquanto permanecemos como somos, continuaremos bárbaros e mergulhados na barbárie. (MORIN 2011, p. 52).

---

<sup>68</sup> BACHELARD, G. *Essai sur La connaissance approchée*. Paris: Vrin, 1973

E as seguintes questões nos instigam a uma reflexão sobre uma ética capaz de uma reformulação do comportamento do ser humano. Como romper os maus valores do espírito humano? Como evoluir da violência? Como promover a fraternidade? O que a ética pode fazer? Como construir uma sociedade sustentável?

Não objetivamos de maneira alguma construir uma sociedade apenas de paz. A sociedade ideal permitiria a diversidade, promoveria as relações, a compreensão, a consciência, a solidariedade e a responsabilidade. Um impossível possível que, se estabelecido como norte, também promoveria a sustentabilidade da nossa espécie.

Segundo Morin, é necessário começarmos *constatando o fracasso histórico de toda tentativa de aperfeiçoamento da humanidade* seja pelos princípios morais religiosos, pelas ideologias políticas, pelas revoluções, reformas, pois todos geram apenas efêmeros momentos de harmonia. (MORIN, 2011, p. 28). Ainda conforme Morin, a ética e o seu mandatório surge de algo interior aos seres humanos que se manifesta como a imposição de um dever, contudo também é alimentada por fontes externas como a cultura, as crenças e as regras de uma sociedade. Existe certamente uma origem anterior às comunidades vivas, sendo transmitida como uma informação genética. Todas essas três fontes estão ligadas. Como demonstrado por Morin no livro *O Método 5* (Porto Alegre, Sulina), as três instâncias indivíduo/ sociedade/ espécie, constituem uma tríade indissociável *o indivíduo humano mesmo na sua autonomia é 100% biológico e 100% cultural*, sendo possível diferenciar, porém não isolar as suas fontes. (MORIN, 2011, p. 29).

Com base nessa autodefinição, Morin defende dois princípios: um de *exclusão* e outro de *inclusão*. O princípio da exclusão define a impossibilidade de outro ocupar o lugar egocêntrico onde o nosso EU é expresso; esse princípio dá origem ao egoísmo capaz de *sacrificar tudo* a favor de seus interesses, porém define uma *identidade singular do indivíduo*. Contudo, o princípio da inclusão simultaneamente manifestado cria uma força contrária e complementar, esse princípio possibilita a inclusão do *EU em um Nós* esse último ocupando o centro do seu mundo podendo *conduzir o sacrifício de si*

*pelos outros* que possibilita desenvolver as relações com os demais em sua linhagem e em sua comunidade; dessa forma, toda a percepção da ética deve considerar a condição vital do egocentrismo e também o potencial humano de promover o altruísmo.

Temos, portanto, uma geração individual da ética, e o princípio da inclusão que insere o indivíduo na comunidade, motivando o amor e a amizade, promovendo o altruísmo e a religação e junto às *normas e regras que impõem aos indivíduos um comportamento solidário*, uma harmonia que conduza os indivíduos a aceitarem a ética da solidariedade quando inseridos em uma comunidade; e de mesma maneira a sociedade retroalimenta essa ética, constringendo os indivíduos a aderir-la. Num pensar sobre a ética entendemos que para o indivíduo autônomo e responsável a ética funciona como um imperativo de religação, toda ação ética é certamente um ato de religação com um todo: seus próximos, sua comunidade e até em uma ligação cósmica. Quanto mais assumimos a autonomia, mais reconhecemos as incertezas e mais percebemos a necessidade da religação.

Segundo os **Agricultores agroecológicos da RMC**, a opção pela produção agroecológica proporcionou uma diversidade de interações junto à comunidade e assim desenvolver os outros papéis sociais sem prejuízo; essas interações são promovidas pelos eventos em família, nas reuniões das cooperativas e nas feiras agroecológicas, quanto são incentivadas relações mais próximas com os clientes e demais produtores. *Faz parte da nossa rotina essa convivência entre os outros produtores e suas famílias, assim como nossos clientes que frequentemente chamamos de camaradas*, afirmou um dos entrevistados (**F<sub>8</sub> A<sub>1</sub>**).

Outra informação verdadeira segundo Morin é que a moral é natural ao ser humano, pois está relacionada às naturezas do homem e da sociedade. Contudo deve ser considerado que tanto o indivíduo como a sociedade possuem dupla característica, os indivíduos também são motivados pelo princípio do egocentrismo e, ao mesmo tempo, a sociedade permite a rivalidade, a competição e interesses egoísticos.

As sociedades humanas desenvolveram e complexificaram esse duplo caráter sociológico: o de *Gesellschaft* (relação de interesse e de rivalidade) e de *Gemeinschaft* (comunidade). O sentimento de comunidade é e será fonte de responsabilidade e de solidariedade, sendo estas, por seu turno, fontes de ética (MORIN, 2011, p.22).

O dever da sustentabilidade tem sido baseado na necessidade de uma autonomia<sup>69</sup>, que é a condição transcendental da possibilidade de qualquer senso de dever. As justiças intra e intergeracional exigem o respeito e a promoção de um mundo sustentável onde os humanos possam crescer continuamente de forma autônoma, tanto pessoal como coletivamente, tornando seu espaço público um espaço de vida cosmopolita de *sociedade civil universal* o mais hospitaleiro e habitável para todas as gerações possíveis. A produção econômica de riqueza estará sujeita a critérios para não causar uma miséria maior do que o próprio benefício<sup>70</sup> gerado, considerando os efeitos colaterais da atividade global econômica e as ameaças e os riscos de extinção do próprio mundo (VALLAEYS, 2011).

Segundo Vallaeys (2011), *O conceito de responsabilidade individual* já não é suficiente para uma macroética necessária para uma sustentabilidade global. Parece claro que, em uma discussão prática, os interesses da vida individual devem ser menos importantes, diante dos interesses de todos, os envolvidos devem decidir sobre a sua compatibilidade com os interesses de todas as pessoas afetadas. No entanto, o imperativo moral de *autoentrega* também continua a argumentar em discussões práticas, porque todos os participantes em tais discussões devem abdicar, em certa medida, da promoção ou defesa dos seus próprios interesses, principalmente quando há

---

<sup>69</sup> A autonomia compreendida como capacidade de assumir e conduzir a própria vida e responder por ela implica a gestão da produção e do tempo, que, neste contexto, acompanha os movimentos da natureza.

<sup>70</sup> Sobre essa temática, sugiro a leitura de Assassinos Econômicos de John Perkins, *O autor revela os mecanismos secretos do controle do imperialismo norte-americano nos países pobres estrategicamente importantes. Sua própria história se mescla à história contemporânea de países onde esteve, como Indonésia, Panamá, Colômbia, Arábia Saudita, Equador e Irã. (...). Sua função nesses gigantescos bolsões de miséria era maquiagem os números, servindo exclusivamente aos interesses da corporatocracia norte-americana, ou seja, uma coalizão entre governo, bancos e corporações. Autodenominados 'Assassinos Econômicos' ou simplesmente AEs, John Perkins e seus colegas eram instruídos a sair desses países com algum 'projeto mirabolante', como a construção de redes elétricas por exemplo. O objetivo era deixar esses países cada vez mais endividados. Disponível em <[http://books.google.com.br/books/about/Confiss%C3%B5es\\_de\\_Um\\_Assassino\\_Econ%C3%B4mico.html?id=yiUILmku5dIC&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/Confiss%C3%B5es_de_Um_Assassino_Econ%C3%B4mico.html?id=yiUILmku5dIC&redir_esc=y)> acessado em<03/2014>*

uso da violência, ou manipulação retórica de negociação para alcançar um censo comum. Eles devem transformar suas reivindicações e defender os interesses de validade apenas por argumentos eticamente válidos. Quanto ao imperativo moral da *autoentrega* que está associado à abdicação de certos interesses individuais para fortalecer um coletivo, foi possível verificar a existência desse imperativo nas práticas agroecológicas segundo relato dos produtores:

nós produtores estamos frequentemente se reunindo para buscar soluções para os nossos problemas e dificuldades, tanto de produção, quanto de comercialização, entre outros, a solução é sempre melhor em grupo e ninguém tenta impor a sua ideia, quase sempre sai um consenso. (F<sub>2</sub> A<sub>1</sub> Agricultor Agroecológico da RMC).

Parece claro que a exigência da ética da discussão é uma possível solução dos problemas em conflitos de interesse, pois permite promover um consenso de todas as pessoas envolvidas no modo como percebidos pelos presentes, e não apenas das pessoas presente na discussão; é uma aplicação, quando adequadamente praticada, equivalente ao princípio kantiano de universalização do *imperativo categórico*<sup>71</sup>.

Quanto ao importante papel da discussão, assim como do discurso, na construção de um senso comum, Habermas (1988) tem muito a contribuir, como um dos mais importantes filósofos e pesquisador dos problemas éticos e morais da atualidade, e proponente de uma reformulação ética com base na sua teoria da ação comunicativa. Habermas propõe uma forma possível de responder e solucionar os problemas críticos da sociedade atual considerando a ética do discurso, sendo esta capaz de produzir consensos universalizáveis sempre que todos os interessados e possíveis interessados participam do

---

<sup>71</sup> Na teoria de Kant esse princípio é um dos principais elementos para ética e para moral. O imperativo categórico estabelece que toda a pessoa deve agir conforme ela quer que as demais pessoas ajam, tornando-se assim uma lei da natureza humana. O próprio imperativo categórico, sobre o qual Kant coloca: Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, por tua vontade, lei universal da natureza (KANT, 1959, p. 5).

discurso prático. Esta ética se manifesta em seu princípio na interação entre as pessoas que agem comunicativamente como indivíduos racionais e sociais.

Considerando a teoria da ética do discurso, o homem formador de opiniões precisa ter total consciência de que toda a discussão é direcionada para se obter um consenso sem violência. Na discussão espera-se, segundo o autor, que todos os envolvidos e aqueles possivelmente afetados pelas decisões produzidas, possam exercer o mesmo poder de fala, sendo que ambos, o ouvinte e o falante são responsáveis por suas ações no processo da discussão e que o locutor deve garantir a veracidade da palavra dita (HABERMAS, 1989).

Dentro do discurso é necessário considerar a estrutura da comunicação e que seja a mais adequada entre os participantes, pelo fato de esta ser o meio de obter consensos e para que estes sejam justos, democráticos e éticos. Na ética do discurso realiza-se, de forma ideal, a Teoria do Agir Comunicativo, a qual se utiliza da estrutura do mundo simbólico, a linguagem e a comunicação, na relação entre os indivíduos. Para compreendermos a proposta de Habermas sobre a ética do discurso, é necessário conhecer os princípios fundamentais do ato de agir comunicativamente, quanto à importância da facticidade e da validade dos argumentos utilizados, esses princípios são: o mundo da vida, o agir comunicativo e o agir estratégico, os atos de fala, as pretensões de validade, a razão comunicativa e a razão prática (HABERMAS 1989).

A ética do discurso se manifesta com base na ação coletiva e tem no desenvolvimento do individualismo uma força inibidora. O individualismo, compreendido aqui como o mesmo que produz uma responsabilidade individual na conduta da vida, é também promotor de um egocentrismo, e este promove interferência em praticamente todos os campos e inibe as forças altruístas e solidárias propiciando o enfraquecimento das comunidades tradicionais. Essa situação leva à valorização do prazer e do interesse individual em detrimento do dever e da responsabilidade, bem como ao fortalecimento de uma necessidade de amor egoísta que torna aceitável a busca da felicidade quase a



qualquer preço sobrepondo-se a uma ética familiar e (ou) comunitária. Segundo Morin;

os fundamentos da ética estão em crise no mundo ocidental. Deus está ausente. A Lei foi dessacralizada. O superego social já não se impõe incondicionalmente e, em alguns casos, também está ausente. O sentimento da responsabilidade encolheu, o sentido da solidariedade enfraqueceu-se (MORIN, 2011, p. 27).

Contudo, nesse processo é importante compreendermos que simultaneamente ao crescimento da autonomia individual tivemos a privação da ética. A ética ficou cada vez mais laica e individualizada com o abrandamento da responsabilidade e da solidariedade, estabelecendo um distanciamento entre a ética individual e a da sociedade.

As bases da ética tornaram-se incapazes de alimentar todo um sistema de valores: as fontes de virtudes individuais são suprimidas pelo egocentrismo, as forças de identidade comunitárias são inibidas pela deterioração da solidariedade e a fonte social é modificada pela burocratização, pelas mais variadas práticas de corrupção e pelo rompimento dos valores bioantropológicos, com a valorização do indivíduo sobre a espécie. As desigualdades, a intensificação da corrupção e as violências sociais suscitam a necessidade de uma nova ética (MORIN, 2011).

*O amor é a expressão superior da ética, segundo Tagore<sup>72</sup> apud Morin (2011, p. 37) o amor verdadeiro exclui a tirania, assim como a hierarquia:*

Existe uma necessidade vital, social e ética de amizade, de afeição e de amor para que os seres humanos se realizem. O amor é a expressão fundamental de religação dos seres humanos. Em nível da mais alta complexidade humana, a religação só pode ser amorosa (MORIN, 2011, p. 37).

Daí o fato de que, mediante o processo de um governo consensual, que hoje é uma necessidade para todos, para promover uma condição institucional

---

<sup>72</sup> Morin cita Tagore em *O Método 6* (2011, p. 37), porém não inclui nota **da** qual extrai a citação.

adequada para a gestão da sustentabilidade da humanidade, e esse governo deve apresentar os seguintes princípios: (1) uma *ordem cosmopolita legal* entre todos os estados; (2) uma ordem cosmopolítica de *economia de mercado em escala global* entre todos os agentes econômicos; (3) uma atuação das ciências em uma ordem cosmopolita envolvendo todos os atores científicos; (4) uma *ordem multicultural da sociedade humana*, relacional e cooperativa para realizar todas as outras negociações e discussões (VALLAEYS, 2011).

Pode parecer que as preocupações, racional e moral universal para a sustentabilidade do mundo estão cheias de uma nova lei de domínio universal, que pode determinar o que é bom ou ruim no contexto pessoal, o que é certo ou errado para a comunidade, o que é sustentável e insustentável, em referência à existência da Humanidade em toda a sua extensão cosmopolita. Contudo, a proposta de uma ética ambiental universal não passa pela determinação rígida do que é certo ou errado, nem de uma rigorosa condição de igualdade entre os seres e sim, pela necessidade de desenvolver uma condição que possibilite o equilíbrio, a relação proporcional e sustentável entre os seres e suas necessidades energéticas e espaciais, permitindo a perpetuação da biodiversidade dentro de uma condição de coexistência saudável e em medida importante que possa ser considerada harmônica.

Para o alcance desse objetivo, uma ética da sustentabilidade pode propor meios e estabelecer referências para desenvolver tais condições, e é dentro dessa perspectiva que Morin propõe uma ética global ou ética da humanidade e descreve-a em uma composição de três dimensões, que apresenta os seres humanos como uma trindade entre: indivíduo / sociedade / espécie. A dificuldade está, porém, em trabalhar esses elementos de forma integrada e não reduzir sua imaginação ética a uma ou duas dimensões.

O pensamento complexo, de Edgar Morin, chama uma série de conclusões, inicialmente entre a produção de cada um dos três termos. Indivíduos produzem a sociedade e as espécies produzem os indivíduos. Segundo ele, a partir dessa relação se constrói uma ética trinária composta pela Autoética, Ética Social e Antropoética, que devem ser pensadas juntas,

articulando as necessidades de cada dimensão e em suas relações, sem tentar reduzir a sua complexidade.

A Autoética, composta de autonomia individual, é denominada virtude, em referência a Kant. As questões, Socioéticas, para cívica, representada de justiça, e a Antropoética, que diz respeito à ética do gênero humano, chamada de sustentabilidade. A sistematização das três éticas produz uma *Ética Global* ou *Ética da Humanidade*, termos sinônimos para Morin, que para efeito deste trabalho será considerada como uma *Ética da Sustentabilidade*, que apresenta três segmentações problemáticas da humanidade: uma interdependência que não cria solidariedade; uma comunicação tecnológica e mercantil que se exime de uma cooperação; uma acumulação de conhecimento científico que não cria compreensão. O objetivo final dessa ética global é suplantar o fracasso da humanidade para a humanidade (MORIN, 2011).

A vantagem da perspectiva de Morin é que nos ajuda a compreender a ligação intrínseca entre *a imaturidade da humanidade e a irresponsabilidade social*. A falta de cooperação e de solidariedade não se baseia tanto na competição, no conflito entre os seres humanos e no processo econômico, mas em uma ignorância e cegueira que levam ao desenvolvimento de um processo tecnicocientífico obscuro para a sociedade e que escapa da consciência e da vontade dos próprios cientistas e também da própria sociedade.

Morin propõe a relação entre a irresponsabilidade mundial da humanidade de hoje e a falta de *democracia cognitiva*, apontando que o processo produtivo e também intelectual não é compreendido pelas pessoas em geral, apenas o produto final e em certas proporções. Este ciclo de incompetência de opinar com fundamento adequado que, de antemão, condena qualquer tentativa de responsabilização pelos problemas de sustentabilidade da Humanidade que, segundo Latour reafirma a ideia de uma crise da objetividade e a incapacidade de percebermos as dimensões de uma sociedade de risco.

Na ausência de uma democratização do conhecimento científico, conforme Morin (2011), a imaginação de uma ética necessária para resolver os problemas de sustentabilidade está fadada ao fracasso. Acessibilidade do

público ao entendimento da ciência é a condição que possibilita a criação de uma responsabilidade global, porque proporciona uma *democracia cognitiva* e, de outra maneira, a criação da ética global necessária não pode ser executada.

Quanto à democratização do conhecimento do ponto de vista dos produtores agroecológicos, o **F<sub>7</sub> A<sub>2</sub> Agricultor agroecológico da RMC** assim se expressou:

quando optamos por esse sistema de produção já temos a consciência de que devemos compartilhar o conhecimento. Para quem quer participar da rede Ecovida, essa prática é comum, ninguém tem uma solução para um problema técnico, ou uma forma nova de produzir que não é passada para os demais produtores.

Morin (2011) propõe uma articulação formal das três dimensões da ética global: Virtude Pessoal, Justiça Social e Sustentabilidade da Humanidade, sendo representadas pelas autonomias moral da pessoa, jurídica da comunidade de direito e cosmopolítica da humanidade.

Kant (2004) iniciou um esboço de um mapeamento da lei moral à imaginação ética para o problema da virtude pessoal (o que devo fazer?). Esse mapeamento da lei moral é o que opera quando uma pergunta sobre um possível ato é feita: *O que aconteceria se todos fizessem o mesmo que eu?* Imaginar um mundo onde todos os seres humanos agissem como nós, neste momento, é testar a possibilidade de universalizar nossa conduta. É esse teste de universalidade que propõe um padrão geral, possível do mecanismo de julgamento moral, que alimenta a imaginação de uma ética global. Kant (1959) analisou o teste, na *Crítica da Razão Prática*<sup>73</sup>, como o processo pelo qual a imaginação transforma um ato moral em uma lei, assim, tomar uma decisão moral é imaginar que o ato desejado deve ser realizado rotineiramente por todos como se fosse uma *lei da natureza*.

---

<sup>73</sup>Crítica da Razão Prática a segunda entre as obras sobre a crítica, dá sequência à sua investigação sobre os princípios da moral. Nela Kant investiga as possibilidades para uma moral com pretensão universalista e propõe mais uma vez o imperativo categórico, condição da lei moral para uma vontade imperfeita. O imperativo categórico que se refere a uma condição que se expressa de tal modo que a máxima da tua ação possa ser considerada como lei universal, e assim sendo considerada como um fato da razão (KANT, 1959).

E se a vontade pode ser expressa globalmente vai se tornar lei; mas se for uma expressão apenas do desejo individual, impraticável em uma amplitude maior, não pode se estabelecer como lei, então o ato é moralmente impossível, ou amoral. Desejo imoral, nesse sentido, é o que se desvia como vontade autônoma, é um desejo que é surdo para o mundo, é uma vontade que quer ser de mim, mas não do mundo. Expressa apenas uma exceção, mas certamente não como um direito para todos; a título de ilustração, nenhum ladrão quer ser roubado, ou que o mundo torne-se um mundo de ladrões (VALLAEYS, 2011).

É aqui que nós desenhamos todos os benefícios de uma aproximação entre a questão da sustentabilidade e a da justiça. Sustentabilidade como uma exigência de justiça projetada intergeracional, na verdade, permite-nos oferecer um esquema para julgamento ético de sustentabilidade e insustentabilidade.

O princípio de sustentabilidade é simplesmente a promoção da autonomia para as três dimensões da ética: autonomia das pessoas, autonomia das comunidades sociais e a autonomia da humanidade. Longe de ser apenas uma ética solitária, a ética da sustentabilidade é entendida como uma política de ética pública que deve levar em consideração os interesses das sociedades atuais e, nhoque seja razoável presumir, os da futura. Isto provocará muitos conflitos para política casuística<sup>74</sup>, ou caso a caso, de hoje, mas pelo menos os esforços de negociação e de diálogo serão direcionados para um objetivo moralmente importante (VALLAEYS, 2011).

É importante notar que esses princípios de investigação para julgamento da ética da sustentabilidade estão em execução, tanto filosófico como politicamente. Por exemplo, o filósofo australiano Goodin (1999) propõe dois princípios que estabelecem regras de equidade entre as gerações:

qualquer que seja a política adotada, ela deve deixar todas as futura gerações em condições não piores que as atuais. A ética da sustentabilidade (...) nos ordena a não aceitar qualquer benefício que pode, em princípio, ser desfrutados por todas as gerações futuras também (GOODIN, 1999 p. 252).

---

<sup>74</sup> Termo empregado com o propósito de expressar uma condição de redução do raciocínio, para facilitar um necessário julgamento, avaliação ou até mesmo uma discussão paradigmática.

O primeiro deles determina a necessidade de melhoria contínua da autonomia entre gerações. O segundo permite que você selecione a riqueza sustentável ao invés da riqueza insustentável: apenas benefícios sustentáveis que também beneficiarão as gerações futuras.

Essa relação pode ser evidenciada nas respostas dos **Agricultores agroecológicos da RMC**; segundo um deles (**F<sub>5</sub> A<sub>3</sub>**), *quando optamos por produzir de forma ecológica escolhemos uma mudança de vida, produzir e viver de forma saudável e estar em constante evolução para sermos sustentáveis*. Dentro dessa nova filosofia produtiva os produtores reafirmam que (**F<sub>4</sub> A<sub>1</sub>**) *temos que fazer escolha como abrir mão de uso de agrotóxico, manter áreas de preservação mesmo que isso represente muitas vezes uma dificuldade*. Essa declaração reforça a ideia de riqueza sustentável.

O dever da sustentabilidade é enriquecido com o dever de preservar a autonomia possível da humanidade: dimensões que permitem tanto impor limites à indústria e a sua propensão para pôr em perigo a habitabilidade do mundo em sua possibilidade de perpetuar quanto à ciência na sua propensão para pôr em perigo a hospitalidade transgeracional dos humanos e para promover a depredação da liberdade.

Na agricultura familiar desenvolve-se um conceito que agrega as características presentes no estilo de vida camponês definido pela capacidade de enfrentar um meio hostil que promove a marginalização e a dependência. Essa condição presente no meio deste estilo de vida tanto camponês como em alguns modelos de agricultura familiar busca promover uma luta pela autonomia que se expressa como um perpétuo processo de construção, desenvolvimento e proteção de uma base de recursos sustentáveis, colocando a terra e a natureza como suas estruturas essenciais (PLOEG, 2008).

Outro aspecto importante dessa agricultura ou agricultura familiar está atrelado ao conceito de coprodução que *diz respeito à interação e transformação mútua e constante entre o homem e a natureza viva* (PLOEG, 2008, p. 40). Isso significa que a transformação da natureza pelo processo de produção do agricultor camponês permite uma relação saudável entre ambos e, em alguns casos, ocorre sinergia: quando os processos naturais são até

favorecidos e, simultaneamente em que transformam o próprio agricultor e lhe possibilitam ao agricultor garantir seus meios de vida. Essa relação de coprodução é favorável para ambos e propicia a autonomia do agricultor, diminuindo sua dependência do mercado industrial (PLOEG, 2008). O mesmo autor entende que a pluriatividade no ambiente rural se estabelece como um fator essencial da condição camponesa, junto às relações de cooperação existentes entre as famílias, tornando-se assim mais preparadas a enfrentarem as variações do mercado industrial ou os problemas inerentes aos processos produtivos como as questões climáticas.

E essa condição camponesa, segundo Brandenburg (2008), que possibilita a sobrevivência, a coexistência e a permanência do agricultor na realidade rural, a despeito das imposições da agricultura hegemônica, aponta a existência de fortes processos sociais, visíveis nos engajamentos em movimentos de resistência e de defesa dos interesses do agricultor; possibilidades de construção de novos futuros em que os sujeitos estão emergindo como protagonistas a partir de sua instância moral e dos direitos humanos.

Segundo Touraine (2011), esse sujeito se incorpora em situações concretas, em movimentos coletivos motivados por suas reivindicações culturais, sociais, ambientais e políticas; reivindicações significativas para a construção da autonomia, da condição camponesa e para a construção de si próprio a partir de seus sentidos para a ação. Porém, defender seus próprios sentidos não significa ignorar os sentidos do outro, mas compreender o outro como um sujeito em potencial.

Espera-se que pela prática da agroecologia se estabeleça todo um conjunto de ações que por sua vez sejam capazes de construir uma Ética da Sustentabilidade. A questão que devemos responder é se as práticas agroecológicas são capazes de intervir nas relações entre diversos grupos sociais, assim como de construir e transferir valores entre as relações dos atores envolvidos direta e indiretamente. O pensamento de Bourdieu (2001) corrobora com a ideia quando define que a *prática* possibilita adequações e mudanças sociais. Para o autor, ela surge da interação dialética entre uma

situação e o *habitus*. Assim podemos transcender a ação da prática de uma simples perspectiva mecanicista, que a coloca num engessamento de normas e moldes, mesmo que haja uma orientação estratégica delas, quando a realidade não reflete essa precisão. Dificilmente os atores dominam todas as possibilidades para realização de uma tarefa eliminando o improvisado na tomada de decisão, o que ocorre é a necessidade de reconhecer os fenômenos impensáveis, que foge da regularidade científica. Logo, a prática é simultaneamente necessária e autônoma em relação à situação considerada e é o *habitus* que possibilitará a conclusão de tarefas diferenciadas e o seu ajustamento diante de um cenário dinâmico, transcendendo as relações entre os seus atores.

As reflexões de Bourdieu (1990) sobre o *habitus* são bastante elucidativas nesse contexto. O autor coloca que não se trata somente de inculcar no indivíduo uma moral ou uma ideologia, mas de mediar todo o processo de *inculcação*, tanto na esfera individual quanto social, apontando que toda a ação de internalização das regras se dá subjetivamente, o que não quer dizer que exista somente no domínio da individualidade. Assim, podemos também considerar o *habitus* de uma classe ou de um coletivo como, por exemplo, dos produtores agroecológicos que desempenham uma série de práticas, rotinas e *habitus*.

Para Bourdieu (2001), as famílias e as escolas são instituições nas quais ocorrem as primeiras ações de socialização, sendo formadoras dos primeiros *habitus*, para os **Agricultores agroecológicos da RMC** essa condição é reproduzida quando em resposta afirmaram que as decisões importantes são tomadas em família, como exposto por um dos agricultores (**F<sub>7</sub> A<sub>2</sub>**) que disse, é *na família que aprendemos muito sobre a vidas*.

Dessa forma, a socialização de valores ecológicos pode ocorrer por um conjunto de *habitus* diferentes. O *habitus* obtido na família e modificado por todas as demais interações como no exercício da agroecologia, sendo assim o *habitus* que pode ser definido como um conjunto de arranjos duráveis e transponíveis que funciona como uma matriz de percepção, de modo que as experiências de um indivíduo compõem uma variável formadora do *habitus* do



seu grupo e deste para outro por meio de suas relações e da participação e posição dos seus atores em diferentes grupos (ORTIZ, 1994).

É importante também considerar que a formação do *habitus*<sup>75</sup>, segundo Bourdieu (1990), é igualmente condicionada pelas posições sociais que as pessoas ocupam; e que, conforme Weber, a mesma pessoa pode pertencer a várias esferas da organização social, ocupando diferentes posições. Os produtores pela natureza das suas atividades desenvolvem uma série de interações entre as diferentes esferas sociais, como afirmam os **Agricultores agroecológicos da RMC**, que estão sempre em diálogos com diferentes grupos, dentro das cooperativas, com associações de consumidores, na nossa própria comunidade, com as universidades entre outros, discutindo a importância da agroecologia. E é nesse meio que se faz favorável o surgimento de novos atores e a promoção da autonomia.

Quanto aos projetos de vida dos agricultores, a autonomia implica a possibilidade de autogestão de suas vidas, decidindo sobre suas condições materiais e imateriais de sobrevivência, o que, para os agricultores, contemplam igualmente gestão de seus recursos tangíveis e intangíveis (insumos, sementes, conhecimentos, organizações sociais, valores etc.) e dos meios de comercialização, especialmente os que privilegiem o contato com o consumidor (PLOEG, 2008, 2010).

Nesse sentido, a exigência de manter a continuidade da autonomia, como uma promessa mútua entre gerações, já indica às atividades científicas que o limite não está no reino do possível, mas no dever de fixar limites à exploração absoluta do homem pelo homem, sendo fundamental haver padrões morais éticos suficientemente fortes para proporcionar a sustentabilidade, e sempre projetar nossos planos de ação em relação a um futuro desconhecido. De tal forma que possibilite desenvolver a equidade entre

---

<sup>75</sup> Habitus para Bourdieu está relacionado com um sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais (tanto na dimensão material, corpórea, quanto simbólica, cultural, entre outras). O habitus vai, no entanto, além do indivíduo, diz respeito às estruturas relacionais nas quais está inserido, possibilitando a compreensão tanto de sua posição num campo quanto seu conjunto de capitais. Bourdieu pretende, assim, superar a antinomia entre objetivismo (no caso, preponderância da estruturas sociais sobre as ações do sujeito) e subjetivismo (primazia da ação do sujeito em relação às determinações sociais) nas ciências humanas. (Socha, 2014). Disponível em <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03>>. Acessado em <06/04/2014>.

gerações, preservando a integridade da autonomia de decisão como um princípio para a compreensão da tomada de decisão ética e política sustentáveis, na era da tecnociência e da sociedade de risco.

É uma constelação de princípios práticos orientados para a sustentabilidade, para comprometer o conteúdo do ato com o dever de sustentabilidade, especialmente com o princípio da precaução. Isso porque impõe restrições em opções tecnológicas que têm efeitos colaterais potencialmente desastrosos. O princípio da precaução é útil e cria polêmica entre a ganância e o desejo de segurança, que é alimentado pela insuperável incerteza sobre o futuro (MORIN, 2011).

A emergência de uma ética depende de condições sociais e históricas; contudo, é no indivíduo que se estabelecem as decisões éticas, dependendo dele a escolha dos valores e seus fins. Para que uma ética global possa estabelecer condições de sustentabilidade à vida e à sociedade, os valores que a orientam devem promover uma sintonia com as bases formadoras dessa ética como virtudes, justiça e respeito intergeracional e entre todas as espécies.

A ética tem fontes, raízes, está presente como sentimento do dever, obrigação moral: permanece virtual dentro do princípio de inclusão, fonte subjetiva individual da ética. Doravante a ética só tem a si mesma como fundamento, mas depende da vitalidade do circuito indivíduo/espécie/sociedade, cuja vitalidade depende da vitalidade da ética. Vale repetir: o ato moral é um ato de religação: com o outro, com uma comunidade, com uma sociedade, e, no limite da religação, com a espécie humana. A crise da ética da nossa época é, ao mesmo tempo, crise da religação indivíduo/sociedade/espécie. Importa refundar a ética; regenerar as suas fontes de responsabilidade-solidariedade significa, ao mesmo tempo, regenerar o circuito de religação indivíduo/sociedade/espécie (MORIN, 2011, p. 29).

A necessidade de uma regeneração da ética pode surgir de uma iluminação da consciência moral, do aparecimento de uma fé e de uma esperança, do caos, do sofrimento, de um amor, e, hoje, de um vazio ético. Contudo, não necessariamente se dá apenas pela criação de novos

fundamentos éticos, mas também pela regeneração do circuito de religação entre indivíduo/sociedade/espécie.

A ética terá dificuldades mesmo no estabelecimento de uma consciência do bem e do dever, de se estabelecer se não for por meio do *fazer o bem*, do *agir pelo bem*, do *cumprir seu dever*, pois existe um hiato entre a intenção e a ação, o que nos faz pensar que é na ação que a intenção pode falhar. Por esse motivo a moral passa a ser fraca quando desconsidera o problema dos efeitos e das consequências das ações. *A doença da moral insular aparece desde que percebemos que a ação não poderá realizar a intenção*, pois só há sentido quando a intenção moral se completa no ato (MORIN, 2011, p. 41).

No contexto em que o pensar bem e o pensar mal estão ligados a uma construção de uma ética global, passa a ser oportuno analisarmos algumas características desse ato. No pensar mal verificamos que: fragmenta e compartimenta o conhecimento; ignora o contexto; bloqueia o que é complexo; desconsidera as relações passadas e futuras, vê apenas o imediato. No pensar bem: promove a religação; democratiza o conhecimento; busca o conhecimento complexo multidisciplinar, vence o reducionismo, promove a autonomia. Mas isso tudo tendo em vista os efeitos que esse procedimento produz no que se esteja a considera: se é escopo amplo, complexo, ou se é um escopo cuja Natureza é limitada.

O reconhecimento do ser humano na sua dualidade egocêntrica e altruísta permite o entendimento da formação dos comportamentos de solidariedade e responsabilidade e, dessa forma, o pensamento complexo aponta uma ética da responsabilidade com base em uma autonomia do sujeito e uma ética da solidariedade em uma condição de religação. Nesse contexto a antropologia complexa permite associar a *tríade humana* (indivíduo/sociedade/espécie) aos três ramos de uma ética global: Autoética, Socioética e Antropoética (MORIN 2011).

Aceitando que a sustentabilidade pode ser promovida pelo desenvolvimento de uma ética global e reconhecendo esta como uma ética da sustentabilidade, pretende-se neste estudo apoiar-se na proposta de Morin, que descreve essa ética em três ramos. Dessa forma, propõe-se relacionar os

valores éticos produzidos na agroecologia com os valores de referência dentro dos três ramos éticos da Ética da Sustentabilidade.

Para este trabalho foi utilizada como referência a análise de Vallaeys sobre os estudos da ética proposto por Morin. Vallaeys (2011) estabeleceu parâmetros para uma Responsabilidade Social Empresarial, propondo uma correlação dos três ramos da ética global de Morin, denominada ética 3D com: os tipos do dever, os sujeitos do dever, os objetos do dever, os tipos da responsabilidade, e o tipo da autonomia, conforme o quadro 3.1:

QUADRO 3.1: DESCRIÇÃO DA ÉTICA EM SUAS TRÊS DIMENSÕES

Ética 3D	1ª Dimensão: Autoética	2ª Dimensão: Socioética	3ª Dimensão: Antropoética
Tipo de dever	Virtude	Justiça	Sustentabilidade
Sujeito do dever	Pessoa	Sociedade	Humanidade
Objeto do Dever	O indivíduo	A lei	O mundo
Tipo de responsabilidade	Responsabilidade moral	Responsabilidade jurídica	Responsabilidade social
Tipo de autonomia	Autonomia Do indivíduo (Dignidade)	Autonomia política (Democracia)	Autonomia transgeracional (Progresso)

Referência: Vallaeys (2011p. p, 412).

## 4.2 ÉTICA AGROECOLÓGICA E OS TRÊS RAMOS DA ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE

### 4.2.1 Autoética

A Autoética surge de condições históricas e culturais que promovem a individualização apoiando-se na degradação das éticas tradicionais como o primado do costume e da tradição, *regra primitiva do dever*. O individualismo, segundo Alain Ehrenberg<sup>76</sup> *apud* Morin, não é simplesmente uma vitória do egoísmo sobre o civismo ou do privado sobre o público, mas o resultado de um

<sup>76</sup> Autor de uma tese de doutorado de Sociologia, Arcanjos, guerreiros, militares e esportistas. Ensaio sobre a educação do homem forte.

processo histórico de massa que instala, para o melhor e o pior, a responsabilidade dos nossos atos em nós mesmos (MORIN, 2011, p. 91).

A Autoética, mesmo que separada de uma base exterior, é alimentada por fontes psicoafetivas, antropológicas, sociológicas e culturais. Esta ética potencializa os princípios altruístas de inclusão e da solidariedade em relação aos próximos e à sociedade, além de diversos sentimentos de dever (MORIN, 2011, p. 92).

A dificuldade de se estabelecer uma Autoética está no enfrentamento da barbárie interior, pois, para superar essa barbárie, é necessário construir uma sólida cultura psíquica, muito mais complicada, porém mais importante que uma cultura material (MORIN, 2011, p. 93).

Esta ética pode ser desenvolvida com base nos seguintes elementos: uma *ética de si para si*, que estabelece uma autoanálise, uma autocrítica, uma honra, sentimentos de tolerância, que é retomada da responsabilidade; *uma ética da compreensão*, que promove uma consciência da complexidade e diversidade; *uma ética da cordialidade*, que estabelece a cortesia e civilidade; e *uma ética da amizade* (MORIN 2011).

A Autoética é primeiramente uma ética de si para si, que se manifesta numa ética para o outro e que exige um esforço no pensar bem, uma autorreflexão para compreender-se e corrigir-se, sendo inseparável de um comportamento de solidariedade e de responsabilidade. Nessa relação existe a percepção do outro em suas igualdades e diferenças compartilhando uma identidade em comum mesmo preservando as diferenças e construindo um potencial de fraternidade nas igualdades em detrimento das rivalidades alimentada pelas diferenças (MORIN 2011).

Como já foi mencionado, o ser humano carrega uma relação conflitante entre o altruísmo e o egoísmo. A Autoética fortalecida pela ética altruísta estabelece um potencial de religação que possibilita a reciprocidade com o outro, uma proteção ao sentimento de identidade comum, consolidando uma ética da compreensão, e todos esses mecanismos potencializam a fraternidade e a cortesia que, por sua vez, promove a religação (MORIN, 2011).

Sabemos que a nossa civilização segrega mais do que liga, e a religião torna-se cada vez mais uma necessidade crucial para a sustentabilidade humana. O axioma de Robert Antelme<sup>77</sup>, *apud* por Morin, *não arrancar ninguém da sua condição humana*, quando relacionado à Autoética, estabelece não somente a rejeição ao tratar o outro como objeto, mas que nenhuma pessoa seja manipulada e tenha degradada sua condição de humano (MORIN, 2011, p.104).

A barbárie, a incompreensão, a possessividade, o egocentrismo, a miséria moral e a pobreza psíquica confirmam a necessidade de uma Autoética, pois vivemos em um período de decadência familiar, profissional e social, *quanta miniatura dos infernos mais amplos das relações humanas existem em nosso planeta* (MORIN 2011, p. 142).

Dentro desse entendimento, temos dois ensinamentos da Autoética: disciplinar o egocentrismo e desenvolver o altruísmo.

Conforme a compreensão da Autoética, conclui-se que a sua ação na essência individual que proporciona a responsabilidade pessoal e promove a conexão com a solidariedade que antecede a individualidade e se origina da nossa condição social e biológica, física e cósmica, desenvolve o ato de religião na comunidade e no universo; e, por tal razão, suas forças emanam da complexidade, da compreensão, da comunidade, da religião e da regeneração.

A Autoética religa-nos a nossa humanidade: incita-nos a assumir a identidade humana no seu nível complexo e convida-nos para a dialógica razão/paixão, sabedoria/loucura. Reclama a nossa compreensão da condição humana, com seus desvios, ilusões, delírios. Estimula-nos à reforma, entrega-se ao amor, à compaixão, à fraternidade, ao perdão e à redenção. Como gerá-la? Como regenerá-la? (MORIN, 2011, p.143).

---

<sup>77</sup> Antelme escreveu *L'espèce humaine* (1947). O livro relata a sua experiência de detenção em campos de concentração. Sendo mais que um livro de memórias das dificuldades de um campo de concentração e sim uma reflexão sobre a humanidade.

A Autoética considera como dever a virtude, como sujeito o indivíduo, como objeto o ato pessoal, buscando uma responsabilidade moral e autonomia na dignidade (VALLAEYS, 2011). Nesse aspecto quanto à agroecologia, foram considerados em comparação os valores da Autoética como: quanto das práticas saudáveis são reproduzidas na sua própria alimentação e em seus próprios hábitos; a sua necessidade de cuidar do meio ambiente; o desenvolvimento de uma postura colaborativa dentro da família e com os demais produtores; favorável à democratização do conhecimento; a opção por uma comercialização justa, transparente e por uma conduta honesta. Conforme relação apresentada no quadro 3.2.1 a seguir:

QUADRO 3.2.1: RELAÇÃO ENTRE VALORES DA AUTOÉTICA E DA AGROECOLOGIA.

Valores da Autoética (MORIN)	Valores da Agroecologia (Agricultores entrevistados e as teorias agroecológicas)	Relato dos agricultores e consumidores agroecológicos da RMC
De si para si,	Rever hábitos e costumes. Comercializar o mesmo que a própria família consome.	<b>(F<sub>1</sub> C<sub>1</sub>)</b> <i>quando passei a ser um consumidor de produtos orgânicos frequente, passei a rever muitos dos meus hábitos, não consigo comer em fast foods, por exemplo, foi gradativa a mudança, mas hoje tenho muito mais saúde. (F<sub>5</sub> A<sub>3</sub>) na minha família ninguém gosta de <b>maquidonalti</b></i>
Exige um esforço no pensar bem.	Produzir com saúde e dignidade, produzir alimentos, hábitos saudáveis e uma relação de confiança com o consumidor.	<b>(F<sub>5</sub> A<sub>3</sub>)</b> <i>fiquei muitas vezes intoxicado (...) hoje minha saúde não é muito boa (...) e esse risco minha família inteira corria (...) hoje produzo no sistema orgânico e me sinto tranquilo (...) gosto de quando os netos estão na roça comigo (...) sei que não tem mais perigo. (F<sub>12</sub> A<sub>1</sub>) meus clientes sabem que meus produtos não têm agrotóxico e não é por causa da certificação, são raros os que me perguntam sobre o selo, é porque confiam na gente e nos produtos. (F<sub>10</sub> A<sub>1</sub>) Pode perguntar para todos os feirantes até mesmo para os que produzem pela certificação do TecPar ser sustentável e produzir um alimento saudável é a base de tudo se não tu não é orgânico.</i>

(CONTINUAÇÃO) QUADRO 3.2.1: Relação entre valores da Autoética e da Agroecologia.

Valores da Autoética (MORIN)	Valores da Agroecologia (Agricultores entrevistados e as teorias agroecológicas)	Relato dos agricultores e consumidores agroecológicos da RMC
Construindo um potencial de fraternidade nas igualdades em detrimento das rivalidades alimentada pelas diferenças.	Relação de cooperação entre os produtores.	<b>(F<sub>12</sub> A<sub>2</sub>)</b> <i>Aqui todos se ajudam, cansei de vender produto dos outros na minha barraca sem ganhar comissão, para cobrir falta dos meus colegas, (...) nos transporte é comum nem todos tem como trazer a sua mercadoria.</i>
Estabelece um potencial de religião que possibilita a reciprocidade com o outro.	Participação de atividades coletivas.	<b>(F<sub>5</sub> A<sub>2</sub>)</b> <i>Sempre tem reunião com o pessoal da Rede, (...) na própria feira quando não está corrido trocamos informação, (...) nesse ramo temos muitos eventos. (F<sub>12</sub> A<sub>2</sub>) toda a minha família ajuda na lavoura (...) meus filhos estão tudo estudando (...) as coisas importantes é decidido em família.</i>
Consolidando em uma postura de compreensão.	Há prática de sentimentos de amizade, cooperação e aceitação entre os produtores.	<b>(F<sub>5</sub> A<sub>2</sub>)</b> <i>nós somos como se fosse uma família, (...) da briga, às vezes alguns ficam sem se conversar, mas sabemos que precisamos nos ajudar e isso é o mais importante.</i>
Comportamento de solidariedade e de responsabilidade.	Mutirão para desempenhar tarefas, cooperação para solucionar problemas em comum, Agir de forma a preservar uma imagem ecológica coletiva.	<b>(F<sub>8</sub> A<sub>2</sub>)</b> <i>consumo o que produzo, quando não tenho, pego dos outros produtores (...) é comum trocar mercadorias. (F<sub>7</sub> A<sub>2</sub>) tem produtores que não têm como transportar o seu produto por isso no meu caminhão costumo trazer mercadorias dos outros (...) na hora de montar e desmontar as barracas é comum um mutirão.</i>



(CONTINUAÇÃO) QUADRO 3.2.1: Relação entre valores da Autoética e da Agroecologia.

Valores da Autoética (MORIN)	Valores da Agroecologia (Agricultores entrevistados e as teorias agroecológicas)	Relato dos agricultores e consumidores agroecológicos da RMC
A percepção do outro em suas igualdades e diferenças.	Aceitação de diferentes sistemas de reconhecimento da produção orgânica como o da certificação e o de processo próprio de organização e controle social. DECRETO Nº 6.323 Art. 4º <i>Devem ser respeitados a tradição, a cultura e os mecanismos de organização social nas relações de trabalho em condições especiais, quando em comunidades locais tradicionais.</i>	<b>(F<sub>9</sub> A<sub>1</sub>)</b> <i>não me importo se tenho que compartilhar espaço com produtores que optaram pela certificação TecPar; não os vejo como diferentes de mim (...) somos produtores orgânicos, temos as mesmas responsabilidade, preservar o meio ambiente e vender produtos saudáveis(...) quanto mais produtores agirem assim, independente do modo de produção que escolham, biodinâmicos, naturais, agroecológicos ou algum outro que possa aparecer, o importante é ser honesto e produzir de forma sustentável.</i>
Compartilhando uma identidade em comum.	Identidade ecológica.	<b>(F<sub>9</sub> A<sub>1</sub>)</b> <i>não me importo se tenho que compartilhar espaço com produtores que optaram pela certificação TecPar não os vejo como diferentes de mim (...) somos produtores orgânicos, temos as mesmas responsabilidade, preservar o meio ambiente e vender produtos saudáveis (...) quanto mais produtores agirem assim, independente do modo de produção que escolham, biodinâmicos, naturais, agroecológicos ou algum outro (...) o importante é ser honesto e produzir de forma sustentável.</i>

Quanto à Autoética e a relação com a agroecologia, foram consideradas as informações obtidas pelas respostas dos **Agricultores agroecológicos da RMC** que informaram que praticam hábitos alimentares saudáveis, coerentes quanto à filosofia produtiva e que esses hábitos são também seguidos pelos familiares que moram na mesma propriedade, sendo bastante esporádicos alguns desvios nesses comportamentos alimentares; e se mostraram bastante aversivos às práticas alimentares difundidas pelos *fast foods*. Enfatizaram em suas respostas a necessidade de cuidar do meio ambiente, relatando que tomam medidas preservacionistas, tanto no processo produtivo quanto nas suas rotinas diárias, como separação do lixo e programas de economia dos

recursos, incluindo práticas de reaproveitamento de grande parte dos alimentos que normalmente é rejeitada pela sociedade.

Quanto ao desenvolvimento de uma postura colaborativa dentro da família e com os demais produtores, comentaram que é bastante frequente a iniciativa para ajudar, assim como participar de ações e tarefas dentro e fora da propriedade, como auxílio a outros produtores e participação em atividades domésticas variadas. Todos se mostraram favoráveis à democratização do conhecimento e se disseram praticantes desta democratização, compartilhando técnicas aprendidas e as construídas por eles no exercício do seu trabalho.

Em suas respostas defenderam a importância de uma comercialização justa, transparente e de observação de uma conduta honesta, sendo esta imprescindível ao exercício de um processo produtivo agroecológico. Ressaltam que tais valores são verificados com os outros produtores, relatando que problemas dessa natureza são raros e que inviabilizariam muitas das práticas adotadas por eles, como, por exemplo, a troca de mercadorias, a disponibilização de espaços nas suas vendas pra comercializar produtos de outros produtores, entre outras.

#### **4.2.2 Socioética**

A Autoética direciona a uma ética de comunidade, que a antecede e a transcende. A ética de comunidade, a Socioética, surge *na linguagem e na consciência das sociedades arcaicas*. Mesmo que as sociedades antigas tenham proporcionado o desenvolvimento de conflitos e rivalidades, a ética da comunidade encontrou suporte para se desenvolver e se complexar na mais ampla escala, estabelecida simultaneamente pelas forças físicas, militares e religiosas ou pela submissão a um deus soberano. As sacralidades de ambos os poderes, tanto o social quanto o religioso, forjavam no espírito humano as *normas do bem, do mal, do justo, do injusto*. No processo de interiorização desses dogmas formava-se um imperativo de dever a ser cumprido e a

obediência à Lei; à negligência, atribuíam-se culpa e angústia (MORIN, 2011, p. 147).

Se definirmos segundo Morin sociedade como uma:

entidade na qual se dão interações que podem ser conflitantes ou de rivalidade, onde a ordem é mantida pela lei e pela força, e se definimos a comunidade, como um conjunto de indivíduos ligados afetivamente por um sentimento de pertencimento a um Nós, então as sociedades contemporâneas são mesclas diversas de sociedade/comunidade (MORIN, 2011, p.147).

Nas sociedades antigas os sentimentos de comunidade eram reafirmados pela fé e pela família, uma microcomunidade criada da relação entre pais e filhos e seus parentes consanguíneos. Porém, nas sociedades atuais surgidas na Europa Ocidental é estabelecido um novo modelo de sociedade e comunidade possibilitando o fortalecimento de sentimentos de competição e rivalidades individuais e coletivas, econômicas e ideológicas, porém, simultaneamente, esse novo modelo possibilitou o surgimento do sentimento de pertencimento comunitário na ampliação do entendimento de pátria (MORIN, 2011).

A potencialização atual dos sentimentos de egocentrismo baseados nas relações de interesse e obtenção do lucro incessante desestruturou muitas das formas de solidariedade construídas tradicionalmente, promovendo severos problemas nesse campo, assim como o de responsabilidade. As comunidades familiares entraram em decadência e foram desestabilizadas pelos sentimentos de incompreensão entre as gerações e o aumento dos divórcios e rompimentos. *Os atuais comunitarismos, surgidos nas grandes nações, tentam proteger identidades coletivas, mas não ressuscitam a influência da comunidade na vida do indivíduo* Nesse contexto, a Socioética mantém-se necessária para promover a solidariedade e a responsabilidade (MORIN 2011, p. 148).

Quanto mais complexa torna-se a sociedade, mais são flexíveis os limites sobre o indivíduo e os grupos; e, por essa razão, à medida que isso

ocorre devem ser desenvolvidos mecanismos para possibilitar a sua coesão não apenas por emprego de leis, mas também por medidas que possibilitem a potencialização da responsabilidade e da solidariedade. Quanto mais complexa torna-se a sociedade mais necessária torna-se a Socioética (MORIN, 2011).

Existe uma relação entre a solidariedade, a complexidade e a liberdade. Nessa relação o pensamento complexo potencializa as virtudes da solidariedade e, da mesma forma, a ética política nos impulsiona a trabalhar para desenvolver uma sociedade de alta complexidade, e, por consequência, o pensamento complexo favorece a geração e da Socioética e da Autoética imprimindo a segunda, também, uma virtude social (MORIN, 2011).

Dentro das virtudes da Socioética temos o civismo, que requer solidariedade e responsabilidade. Se o civismo se deprecia, a democracia deprecia-se também e assim negligencia-se o reconhecimento pelo cidadão dos seus direitos e deveres (MORIN, 2011).

Segundo Morin, *as democracias contemporâneas estão em crise* e dentre as inúmeras razões para essa crise estão a diminuição da solidariedade e a hipertrofia do egocentrismo, as exacerbadas compartimentações que desconectam os cidadãos da sociedade, as práticas corruptas e a não democratização do conhecimento, sendo o último promovido pela *hiperespecialização das ciências que as torna inacessíveis*. (MORIN, 2011, p.149).

Contudo, as ciências avançadas romperam esse velho dogma. As ciências da terra e a ecologia não se baseiam em reducionismos e optam pela multidisciplinaridade. *A necessidade de uma Reforma de pensamento é ainda mais importante na medida em que hoje o problema da educação e da pesquisa encontra-se reduzido aos seus termos quantitativos* (MORIN, 2011, p.153).

A Socioética considera como dever a justiça; como sujeito a sociedade; como objeto as leis e regulamentos, buscando uma responsabilidade jurídica e autonomia política, baseada na democracia (VALLAEYS, 2011). Nesse aspecto, no que se refere à agroecologia foram considerados valores sociais ou coletivos como: postura ativa quanto à aplicação e defesa de normas e leis,

que propõem interesses coletivos quanto às práticas agroecológicas; postura favorável a processos de fiscalização e auditorias da produção; favorável à adesão de novos parceiros e produtores; divisão democrática do trabalho, da tomada de decisão e dos lucros; e papel profissional compatível com os demais papéis sociais. Conforme quadro apresentado a seguir.

QUADRO 3.2.2: RELAÇÃO ENTRE VALORES DA SOCIOÉTICA E DA AGROECOLOGIA.

Valores da Socioética (Morin)	Valores da Agroecologia (Agricultores entrevistados e as teorias agroecológicas)	Relato dos agricultores e consumidores agroecológicos da RMC
Responsabilidade Jurídica.	Postura ativa quanto à aplicação e defesa de normas e leis.	<b>(F<sub>10</sub> A<sub>1</sub>)</b> <i>Fiquei contente com a promulgação da lei de orgânicos, tem que ter regras (...) se cada um fizer do seu jeito vira bagunça e quem vai confiar no produto? (...) sem confiança estamos perdido, porque ninguém vai pagar mais caro ou se deslocar até aqui se pensarem que o produto do supermercado é igual e mais barato.</i>
Transparência, reprodução coletiva do interesse individual, normatização.	Favorável a processos de fiscalização e auditorias da produção Favorável à adesão de novos parceiros e produtores	<b>(F<sub>10</sub> A<sub>1</sub>)</b> <i>Sou muito favorável à fiscalização, não é só para ver se nós estamos seguindo as regras, mais é um processo de aprendizado e de melhoria também. (F<sub>11</sub> A<sub>2</sub>)</i> <i>Tem muito espaço ainda para novos produtores (...) tem épocas que faltam alguns produtos, (...) principalmente porque tem que atender à demanda da Prefeitura, (...) quando faltam produtos, alguns clientes recorrem para o convencional e isso não é bom porque produto orgânico não deve ser considerado apenas um produto diferenciado e sim uma opção por consumir algo sustentável.</i>
Autonomia política	Liberdade de formular e criar projetos e leis	Não identificado
Princípios democráticos.	Divisão democrática do trabalho, da tomada de decisão e dos lucros.	<b>(F<sub>3</sub> A<sub>1</sub>)</b> <i>Todos na minha família trabalham junto e se ajudam (...) os filhos estão estudando, mas final de semana tocam junto. (F<sub>7</sub> A<sub>2</sub>)</i> <i>é na família que decidimos quase tudo desde questões pessoais até sobre a produção e comercialização dos nossos produtos.</i>
Princípios democráticos e autonomia.	Papel profissional compatível com os demais papéis sociais. Capacidade de gerenciar o seu tempo e o seu próprio negócio	<b>(F<sub>1</sub> A<sub>1</sub>)</b> <i>muita gente reclama, diz que não tem tempo para nada, o trabalho na lavoura é muito puxado, de domingo a domingo, porém não ficamos presos no trânsito (...) eu gerencio o meu tempo e a minha família tem tempo até para o lazer. (...) Agente tem lazer e tiramos férias todo o ano (...) aproveitamos para visitar os parentes (...) os filhos é que curtem mais a vida, (...) agora festa na casa dos compadres sempre tem.</i>

A relação dos valores da Socioética com a agroecologia foi proposta com base nas respostas dos **Agricultores agroecológicos da RMC** às entrevistas em que se demonstraram favoráveis, quanto à aplicação e defesa de normas e leis, que propõem contemplar interesses coletivos, relatando a participação em eventos sobre essa temática, alegando que, mesmo que no Brasil exista uma diversidade de padrões e normas, esse cenário é melhor do que uma condição sem regulamentação, e que em suas propriedades, assim como nas outras de seu conhecimento, que produzem conforme padrões agroecológicos, é possível garantir uma adesão às normas e aos padrões elegidos, assim como uma postura rigorosa quanto a sua aplicação. Identifica-se um interesse bastante evidente quanto ao cumprimento desses critérios, e que suas propriedades estão sempre abertas para expor suas práticas e submete-se às fiscalizações. Mostraram-se ainda favoráveis à entrada de novos parceiros e produtores e reconhecem a necessidade da expansão dessas práticas, assim como a importância da conversão dos agricultores convencionais.

Quanto à divisão do trabalho relataram que impera uma relação democrática, tanto na tomada de decisão, quanto na divisão dos lucros, sendo as decisões tomadas em família e algumas em grupos de produtores, considerando sempre o interesse familiar e respeitando as condições e os interesses pessoais dos seus membros. Quanto ao trabalho na propriedade, este é desenvolvido de modo a ser compatível com os demais compromissos e interesses dos familiares, como um interesse especial nos estudos dos filhos, assim como com as atividades de lazer entre outras. (**Agricultores agroecológicos da RMC**).

#### **4.2.3 Antropoética**

É a ética que busca estabelecer a condição de assumir o destino da humanidade, propondo uma ligação entre as demais éticas. Contudo, a ética universalista, que surgiu das grandes religiões universalistas como o budismo,

o islamismo e o cristianismo foi corrompido pela ideia de superioridade de uma religião perante a outra, na busca de uma dominação única (MORIN, 2011).

A Antropoética apresenta-se também nas éticas universalistas laicas, no imperativo kantiano e na concepção de direito dos homens, porém, mantendo ainda uma estrutura abstrata por basear-se em um propósito de uma ética única para a espécie humana, que como espécie ainda não apresentava união, nem conexão com o desenvolvimento planetário.

A ética universalista, tornada concreta, é Antropoética: impõe-se cada vez mais nos desenvolvimentos atuais da era planetária, que não apenas colocaram os seres humanos em comunicação e em interdependência, mas, mais ainda, fizeram emergir uma comunidade de destino para a espécie humana (MORIN, 2011, p. 161).

Contudo, é importante ressaltar que a ética universal não está baseada na padronização e nem na desconsideração das particularidades dos diversos, mas no respeito a essa complexidade, reconhecendo a diversidade humana, sendo esta ética planetária uma ética do universo concreto. Quando todas as éticas de comunidade se mostram fechadas, há a necessidade de uma ética que respeite e conecte essas éticas regionais (MORIN 2011).

Hoje, mesmo havendo as interdependências, há necessidades de uma revalorização dessas conexões com base em preceitos éticos globais capazes de estabelecer uma estrutura moral e sustentável da sociedade, pois temos interdependência, mas não solidariedade; existem mecanismos de comunicação, mas negligencia-se na compreensão; temos avanços na ciência com detenção da informação e a não democratização do conhecimento, e é neste contexto que a Antropoética deve encarar a insustentável complexidade do mundo exposto a uma desordem *a qual não se sabe se é de agonia ou de gênese* (MORIN 2011, p. 163).

A Antropoética deverá integrar a ética da política e assim se estabelecer pelas *tomadas de consciência capitais*, como:

da identidade humana comum na diversidade individual, cultural, e linguística; da comunidade de destino que liga cada destino humano ao planeta; da finitude humana no cosmo; ecológica da nossa condição terrestre; da necessidade vital da dupla pilotagem do planeta consciente e reflexiva da humanidade e eco organizadora e inconsciente da natureza; da prolongação no futuro da ética da responsabilidade e da solidariedade com os nossos descendentes; da Terra Pátria como comunidade de destino e de origem (MORIN, 2011, p. 163-164).

Sabemos que o dever da Antropoética é conquistar a unidade planetária considerando a diversidade, superando as fraquezas da humanidade para se estabelecer como comunidade, para civilizar o Planeta ameaçado pelas necessidades tecnoeconômicas. Resumidamente, afinar os ritmos que determinam o nosso desenvolvimento: ciência, técnica, economia e lucro, e cada um deles possui a necessidade de uma ética; da ciência; da consciência do cientista a técnica, por hoje ser puramente instrumental, e do lucro, por sobrepujar os demais valores.

Segundo Kant (2004), entendimento de finitude do nosso planeta é importante e deve fortalecer um princípio de hospitalidade universal, aceitando o dever de considerar o outro, e mais ainda o outro estrangeiro, como um possível amigo, sendo esta ética da hospitalidade uma forma primitiva da Antropoética.

A necessidade de uma profunda reforma estabelece o incontornável problema: urge desenvolver uma consciência de destino comum propondo uma transformação espiritual, sendo esta, possivelmente, conduzida pela educação, que nos permitiria resolver problemas fundamentais e globais tanto da vida privada como social, contudo, implicaria, antes, uma mudança do nosso sistema educacional, que se baseia na compartimentalização do conhecimento sendo que o novo deve ser fundamentado por forças de religação (MORIN 2011).

Uma ética global está associada a uma ética da sustentabilidade, que pode ser verificada na relação entre Autoética, Socioética e Antropoética conforme Morin. A Antropoética segundo Vallaeys (2011), considera como dever a sustentabilidade, como sujeito a humanidade e os demais seres do



nosso planeta, como objeto o Planeta Terra, buscando uma responsabilidade socioambiental e autonomia cosmopolita transgeracional, direcionada a um progresso universal. Nesse aspecto quanto comparado a valores da agroecologia, foram considerados valores globais como proatividade, na defesa do meio ambiente, com a difusão de práticas de vida saudável; quanto à democratização do conhecimento, relacionado à cooperação com os demais atores sociais; por uma compreensão de natureza, que estabelece limites aos nossos interesses e por uma preocupação quanto à sustentabilidade da humanidade.

QUADRO 3.2.3: RELAÇÃO ENTRE VALORES DA ANTROPOÉTICA E DA AGROECOLOGIA.

Valores da Antropoética (MORIN)	Valores da Agroecologia (Agricultores pesquisados e teorias)	Relato dos agricultores e consumidores agroecológicos da RMC
Responsabilidade com a humanidade e os demais seres	Proatividade: na defesa do meio ambiente e na difusão de práticas de vida saudável. Preocupação quanto à sustentabilidade da humanidade.	<b>(F<sub>9</sub> A<sub>1</sub>)</b> <i>Tudo que podemos fazer para proteger o meio ambiente fazemos, tanto na lavoura quanto dentro de casa (...) evitamos desperdício, reciclamos o lixo e o resto de cultura (...) meus parentes e amigos que não são produtores estão cansados de ouvir eu falar de alimentação saudável e de quanto é importante proteger o meio ambiente (...) fico indignado quando os produtor da região do convencional acham ruim ter que manter as áreas de proteção (...) dizem eles quem tem que proteger é o governo, nós temos que produzir.</i>
Autonomia cosmopolita transgeracional	Quanto à democratização do conhecimento, relacionado à cooperação com os demais atores sociais. A preocupação com as gerações futuras.	<b>(F<sub>7</sub> A<sub>2</sub>)</b> <i>Quando optamos por esse sistema de produção já temos a consciência de que devemos compartilhar o conhecimento. Para quem quer participar da rede Ecovida, essa prática é comum. (F<sub>4</sub> A<sub>1</sub>)</i> <i>Quero deixar algo melhor para os meus filhos e para meus netos.</i>
Responsabilidade socioambiental	Por uma compreensão de natureza, que estabelece limites aos nossos interesses.	<b>(F<sub>11</sub> A<sub>1</sub>)</b> <i>a natureza é mantenedora de nossa vida, nossa família precisa dela, a sociedade precisa dela é e ela que mantém o mundo equilibrado. (F<sub>4</sub> A<sub>1</sub>)</i> <i>temos que fazer escolha como abrir mão de uso de agrotóxico, manter áreas de preservação mesmo que isso represente muitas vezes uma dificuldade.</i>

## (continuação) QUADRO 3.2.3: RELAÇÃO ENTRE VALORES DA ANTROPOÉTICA E DA AGROECOLOGIA.

Valores da Antropoética (MORIN)	Valores da Agroecologia (Agricultores pesquisados e teorias)	Relato dos agricultores e consumidores agroecológicos da RMC
Progresso universal	Produção de alimento de forma sustentável permitindo o desenvolvimento da humanidade, preservação dos recursos naturais essenciais para vida, recuperação da natureza depredada.	<b>(F<sub>5</sub> A<sub>2</sub>)</b> <i>Os sistemas agroecológicos são capazes de produzir comida para todo mundo é só ver o quanto a agricultura familiar produz, bem mais que as grandes propriedades, e é a agricultura familiar na grande maioria que opta por produzir por sistemas ecológicos. Agora eu te pergunto, a agricultura convencional é sustentável? (...), As queimadas são? (...) Os transgênicos são? (...) as monoculturas são? (...) É claro que não (...) qualquer povo que queira ser sustentável e salvar o planeta vai ter que rever o tipo de agricultura, se não ter uma conversão em escala global não sei onde vamos parar.</i>

Quanto aos valores da Antropoética, foi possível propor uma associação com os da agroecologia, com base em informações obtidas pelos relatos dos **Agricultores agroecológicos da RMC**, que mencionaram que são adeptos de práticas de defesa do meio ambiente; ativos quanto à difusão de modelos de vida saudável; assim como promovem a democratização do conhecimento, compartilhando técnicas e soluções; são dispostos à cooperação com os demais produtores; relatam que as feiras proporcionam momentos de aproximação com os clientes e com eles são compartilhados valores agroecológicos, e que em suas agendas incluem eventos que discutem a sustentabilidade e a importância da natureza. Guivant (1997), destaca-se a importância de considerar a diversidade dos conhecimentos como um processo relevante do desenvolvimento do rural sustentável: neste contexto, os autores nos lembram da atuação da extensão rural na venda dos pacotes tecnológicos fechados, reduzindo a capacidade e o conhecimento dos agricultores. Igualmente Porto-Gonçalves (2004) expõe que a diversidade cultural é um aspecto principal para se repensar em uma nova interação entre a sociedade e a natureza. Para ele, essa diversidade está profundamente conectada à própria reprodução da diversidade biológica.

Confirmaram ainda os produtores que estão sempre disponíveis para colaborar com outras entidades como, por exemplo, ao atender professores e alunos universitários com o objetivo de sociabilizar conhecimento, e com o mesmo propósito utilizam os espaços disponíveis nas mídias para difundir os valores da agroecologia ao invés de focar apenas nos interesses pessoais. Em suas respostas reafirmaram seu respeito à natureza e uma preocupação quanto à sustentabilidade da humanidade, principalmente nas questões sobre o desmatamento, a perda da biodiversidade e o uso de agroquímicos. **(Agricultores agroecológicos da RMC).**

#### 4.3 FEIRAS AGROECOLÓGICAS: PROMOVEDO OS CONSUMIDORES ECOLÓGICOS E A RECONSTRUÇÃO DA ÉTICA AMBIENTAL

Com a pesquisa da agroecologia foi possível identificar inúmeras conexões entre os diversos atores presentes e seus processos como, por exemplo, as desenvolvidas no Turismo Rural, em que os consumidores ou clientes vivenciam, por períodos, o ambiente natural preservado pelas práticas conservacionistas, o que, de certo modo, permite a imersão numa realidade ordenada pela racionalidade ecológica.

As possibilidades contributivas de atividades desenvolvidas no rural sob a perspectiva da agroecologia são inúmeras e significativas, embora diversas em proporcionalidade, quanto ao seu papel na contribuição a uma reestruturação da ética. Também são potenciais contribuições as advindas de outros processos, tais como: os eventos sobre a alimentação orgânica; reportagens sobre a produção ecológica e outras temáticas afins; a divulgação de conteúdos da agroecologia por meio de impressos em livros, revistas e jornais, cursos, dentre outras modalidades.

Entretanto, para que a Agroecologia possa assumir esse papel de apoio à reconstrução da ética da sustentabilidade, é necessário que a sua participação na comercialização e no consumo de alimentos pela sociedade seja mantida e, em medida importante ampliada. Para tanto, é importante ter

em conta que, *compreender e conhecer a dinâmica de produção e comercialização tem sido um dos grandes desafios para a consolidação do mercado agroecológico*. Nesse sentido, a educação para um consumo saudável assume um importante papel, não apenas para esclarecer sobre os perigos de uma alimentação de risco, mas também para incentivar todo o processo de produção (DAROLT 2013).

Conforme Schmidt (2004), mesmo com toda a evolução tecnológica da Agroecologia, é apenas pela compra de produtos que o consumidor consolida o crescimento de toda a cadeia produtiva. Por esse motivo, Darolt (2007a, p.62) considera que entender o consumo desses produtos é uma difícil tarefa, *complexa e multifacetada*, e que o estabelecimento de estratégias para desenvolver a relação entre produtor e consumidor é essencial.

Preparar o consumidor para que ele reconheça atributos da segurança alimentar, das propriedades organolépticas, assim como a sua contribuição na sustentabilidade do planeta não é uma tarefa simples, principalmente quando utilizados os meios de comunicação em massa, por serem características de difícil externalização. Por essa razão, a expansão da Agroecologia deve considerar não somente esses atributos, mas também os relacionados aos aspectos sociais, culturais e emocionais dos consumidores, de modo a incentivá-los ao reconhecimento dessas qualidades (DAROLT, 2013).

Conforme Darolt (2013), os consumidores agroecológicos têm comportamentos muito próximos aos de consumidores ditos conscientes:

Segundo pesquisa do Instituto AKATU (2004)<sup>78</sup> um consumidor consciente: apresenta diferença no ato de ir às compras em relação à maioria da população; mostra disposição em transformar em prática os valores com que se identifica; tende a se preocupar com as gerações futuras e com o coletivo e usa o seu poder de consumidor cidadão. Diversas pesquisas têm mostrado que o consumidor orgânico é normalmente um profissional liberal ou funcionário público, na maioria do sexo feminino, com idade variando entre 31 e 50 anos. Apresenta nível de instrução elevada tendo em sua maioria cursado o ensino superior. A maioria é usuário de internet com renda entre 9 e 12 salários mínimos. São pessoas que têm o hábito de praticar

---

<sup>78</sup> INSTITUTO AKATU. *Descobrimo o consumidor consciente*. Akatu Publicações: São Paulo, 2004. [www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br)

esportes com frequência e, mesmo morando na cidade, procuram um estilo de vida que privilegie o contato com a natureza, o que faz com que frequentem parques e bosques regularmente. (DAROLT, 2007b, p. 5).

Como mencionado, a relação entre produtor e consumidor é uma etapa muito importante do processo produtivo agroecológico, e hoje são vistas muitas ações que buscam incentivar essa relação, como as desenvolvidas pela Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (ACOPA), que iniciou as suas atividades no ano de 2000 em Curitiba (ACOPA, 2014). Esta associação objetiva *aproximar consumidores e produtores orgânicos, promover o comércio justo e solidário, divulgar hábitos saudáveis de alimentação e consumo responsável* (DAROLT, 2012 p. 79). Desenvolvendo ações tais como:

visita dos consumidores às propriedades; curso de alfabetização orgânica/locação de canteiro para práticas agroecológicas; aproximação do consumidor com o alimento; valorização dos sabores e saberes; reconhecimento e crédito alternativo; valorização da produção local; integração das propriedades orgânicas em circuitos de turismo rural; diversão e arte; comunicação direta entre consumidores; ampliação das parcerias (DAROLT, 2012, p. 80).

As associações tem um importante papel nesse processo de proteção e de transferência de valores éticos ambientais. Em entrevista a um **Consumidor agroecológico da RMC, membro da ACOPA**, ele relatou que:

Um dos principais objetivos é aproximar os consumidores dos produtores, para possibilitar que o consumidor conheça a realidade dos produtores, uma das estratégias foi a visita de consumidores a propriedades, sendo inicialmente realizadas em torno de sessenta, (...) essa aproximação foi importante para que os consumidores pudessem conhecer mais a realidade da produção ecológica, assim como as dificuldades enfrentadas pelos produtores, (...) para que os consumidores valorizassem mais essa forma de produção. (...) Além dessa questão tem a parte jurídica, em que a associação pode defender os consumidores em caso de algum problema com alimento (...) o uso dos transgênicos (...) ou vender um produto que não é orgânico como se fossem (**Membro da ACOPA**).

Ainda segundo o consumidor, membro da ACOPA, a associação *tem colaborado nos processos de certificação participativa*, com isso, aproximam-se mais ainda os consumidores da produção, principalmente nas fases anteriores à comercialização **(Membro da ACOPA)**.

Mesmo que no Brasil esse movimento não tenha muita representatividade, contando apenas com *30 grupos em todo território nacional*, muito menos que em outros países, como a França, por exemplo, *que tem próximo a 1600 grupos*, esse movimento vem ampliando a sua representatividade, somando esforços ao de outros grupos com afinidades, *como o de vegetarianismo*. *A ideia é também motivar os consumidores convencionais, para isso foram feitos boletins informativos e cartilhas para consumidores*. Hoje existe *uma semana nacional de promoção de produtos orgânicos e a Associação foi ligada ao Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC)*. A movimentação nacional de consumidores mesmo pouco representativa *tem 140 feiras em 22 capitais, das 27 existentes* **(Membro da ACOPA)**.

Muitas das propostas buscam alternativas para viabilizar esses projetos, como a de promover políticas públicas para os consumidores, *o que não existe até hoje no Brasil*, e o incentivo da educação do consumo, começando nas escolas. *Como consumidor o sistema acha melhor, que não nos mobilizemos, (...) e as feiras são ideais, pois você consegue chegar ao consumidor, diferente do supermercado* **(Membro da ACOPA)**.

Conforme Capra (2005), conseguir que o consumidor se torne protagonista e articulador de mudanças requer um profundo processo de conscientização, sendo necessário que ele reconheça que o exercício de seu papel na sociedade pode ser precursor de grandes transformações e para isso é preciso mostrar que a capacidade do consumidor para mudar seus hábitos pode produzir reflexos em praticamente todos os segmentos; contudo, a sua transição para uma condição sustentável é muito difícil. Como podemos verificar com **Consumidores agroecológicos da RMC**, que colocam que um dos primeiros passos para a transição é reconhecer o ganho real obtido pelo consumo desses produtos e depois vem um passo maior que está em

estabelecer um vínculo de confiança, *se realmente os produtos vendidos como orgânicos são de fato*, o que é facilitado *quando adquirimos os produtos nas feiras pois tem a possibilidade de uma relação olho no olho*, (**F<sub>9</sub> C<sub>1</sub> Consumidor agroecológico da RMC**). Depois de vencidas essas etapas e já estabelecida uma relação de confiança, percebe-se que progressivamente os consumidores de passivos tornam-se mais atuantes no seu meio, sendo que todos os entrevistados se posicionaram como multiplicadores dos benefícios do consumo de produtos agroecológicos.

É fato que um número cada vez maior de pessoas e instituições já começou o processo de transição. Portanto, um dos desafios é a formação de uma rede de consumidores conscientes. O movimento agroecológico é um dos nós desta rede. Construir novas relações entre consumidores e produtores é retomar os valores dos amigos, do lazer, da arte, da alimentação sem pressa e de qualidade biológica, da valorização das famílias de consumidores e produtores orgânicos, do foco no *local* presente e concreto (DAROLT, 2008, p.52).

Os consumidores ecológicos, como atores individuais ou coletivos, são sem dúvida, sujeitos na construção da racionalidade ambiental e tornam-se fundamentais na reconstrução de uma ética ambiental, pois pelas suas ações, valores são produzidos e ressignificados, - sendo esses inspirados e orientados por um saber que busca reproduzir os ciclos naturais, assim como fortalecer o respeito com a Natureza -- são migrados para os mais variados nichos sociais. Quando alguns consumidores dão preferência a produtos ecológicos, e quando seus hábitos passam a ser influenciados pelos mesmos valores que os impulsionaram a consumir esses produtos, esses atores e também sujeitos conectam a sociedade no espaço urbano-rural, permitindo o fluxo de valores, pelas suas redes de relacionamento, alcançando até as pessoas indiferentes a esse processo. Na sequência, no quadro 4.1 é apresentada uma análise relacional entre as três bases da ética ambiental com as práticas difundidas pelos grupos de consumidores agroecológicos e pelos consumidores ecológicos das feiras de Curitiba. As organizações de consumidores

consideradas para essa análise foram: Sistema Cooperativo, Teikei<sup>79</sup> (Japão); *Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne*,<sup>80</sup> AMAP (França); *Relação de Cidadania entre Produtores e Consumidores*,<sup>81</sup> RECIPROCO (Portugal); *Gruppi di Acquisto Solidale*,<sup>82</sup> GAS (Itália); *Agriculture Soutenue par la Communauté*,<sup>83</sup> ASC (Canadá); *Organic Consumer Association*,<sup>84</sup> OCA (EUA); Associação dos consumidores de produtos Orgânicos do Paraná,<sup>85</sup> ACOPA (Brasil).

QUADRO 4.1: ANÁLISE RELACIONAL ENTRE AS BASES DE UMA ÉTICA AMBIENTAL COM AS AÇÕES DE ORGANIZAÇÕES DE GRUPOS DE CONSUMIDORES E HÁBITOS E RELATOS DOS CONSUMIDORES ECOLÓGICOS DA RMC

Bases da ética ambiental.	Ações desenvolvidas pelos grupos de consumidores (Teikei), (AMAP), (RECIPROCO), (GAS), (ASC), (OCA) e (ACOPA).	Hábitos e relatos dos consumidores agroecológicos da RMC.
Valores da Autoética	Valores da Autoética	Valores da Autoética
<p>a. Exige um esforço no pensar bem,</p> <p>b. Comportamento de solidariedade e de responsabilidade,</p> <p>c. A percepção do outro em suas igualdades e diferenças,</p> <p>d. Compartilhando uma identidade em comum,</p> <p>e. Construindo um potencial de fraternidade nas igualdades em detrimento das rivalidades alimentada pelas diferenças,</p> <p>f. Estabelece um potencial de religação que possibilita a reciprocidade com o outro,</p> <p>g. Compreensão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (a,b) Princípio da ajuda mútua,</li> <li>• (g) Aceitação do produto da época,</li> <li>• (a,b,f) Aprendizagem mútua,</li> <li>• (g, f) Produção e consumo local,</li> <li>• (c,e,f) Aproximação de produtores e consumidores,</li> <li>• (f) Troca de experiência e diálogo entre os autores,</li> <li>• (d) Promover a conexão em rede entre os atores ecológicos.</li> </ul>	<p>(F<sub>8</sub> C<sub>2</sub>) <i>Cuido da minha saúde, só consumo produtos orgânicos, quando não encontro, sou criteriosa nas compras (...) dou preferência se são produtos locais, (...) adoro comprar na colônia Muricy (...) faço feira para família toda (...) meus filhos não são tão engajados quanto eu, mais faço feira para todos e sempre falo da importância de uma alimentação saudável.</i></p> <p>(F<sub>8</sub> C<sub>1</sub>) <i>gosto de comprar produtos de época são mais em conta e de boa qualidade.</i></p>

<sup>79</sup> *Teikei* (Japão) foi a primeira organização mundial de consumidores para compra de produtos agroecológicos, sendo orientada por dez princípios básicos (DAROLT, 2012).

<sup>80</sup> *Associations pour le Mantien d'une Agriculture Paysanne*, que se caracteriza pela formação de uma rede agroalimentar alternativa e esta ação está relacionada à experiência de um casal de agricultores franceses no ano de 2000. [www.miramap.org](http://www.miramap.org).

<sup>81</sup> *Relação de cidadania entre produtores e consumidores* que objetiva consolidar novas formas de relacionamento (DAROLT, 2012).

<sup>82</sup> *Gruppi di Acquisto Solidale*, originado na Itália cujo objetivo é estabelecer grupos de compra solidária. [www.retegas.org](http://www.retegas.org).

<sup>83</sup> *Agriculture Soutenue par la communauté*, esse movimento surgiu no Canadá em 1995 e tem como objetivo fornecer uma apoio da comunidade a agricultura. [www.equiterre.org](http://www.equiterre.org).

<sup>84</sup> *Organic Consumers Association*, é uma associação americana que objetiva a promoção da saúde do consumidor e da sustentabilidade do meio ambiente. [www.organicconsumers.org](http://www.organicconsumers.org).

<sup>85</sup> Associação dos consumidores de produtos orgânicos do Paraná. [www.acopa.tk](http://www.acopa.tk).



(continuação) QUADRO 4.1: Análise relacional entre as bases de uma ética ambiental com as ações de organizações de grupos de consumidores e hábitos e relatos dos consumidores ecológicos da RMC

Bases da ética ambiental.	Ações desenvolvidas pelos grupos de consumidores (Teikei), (AMAP), (ECIPROCO), (GAS), (ASC), (OCA) e (ACOPA).	Hábitos e relatos dos consumidores agroecológicos da RMC.
<b>Valores da Socioética</b>	<b>Valores da Socioética</b>	<b>Valores da Socioética</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Responsabilidade Jurídica,</li> <li>b. Transparência,</li> <li>c. Reprodução coletiva do interesse individual,</li> <li>d. Normatização,</li> <li>e. Autonomia política,</li> <li>f. Princípios democráticos,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (f) Gestão democrática,</li> <li>• (b,c,d,f) Transparência, democracia, sensibilização e organização dos consumidores,</li> <li>• (a,b) Consumo crítico,</li> <li>• Solidariedade e consciência cidadã,</li> <li>• (a,b) Comércio justo,</li> <li>• (d,e,) Profissionalizar os consumidores em gestão,</li> <li>• (b,c,f) Promover os circuitos curtos de comercialização,</li> <li>• (b,c) Promover o marketing sobre os benefícios do consumo ecológico.</li> </ul>	<p><b>(F<sub>8</sub> C<sub>2</sub>)</b> <i>Eu uso sempre as mídias sociais, os e-mails, sempre quando vejo que alguém fez algo de errado espalho para todos. (F<sub>7</sub> C<sub>1</sub>) Prefiro comprar nas feiras, da para confiar nos produtos, (...) compro nos supermercados também, mas daí tem que ter selo na embalagem. (F<sub>8</sub> C<sub>2</sub>) Se tem produtos transgênicos eu não compro, sou muito a favor da rotulagem dos transgênicos, agente tem que saber o que estamos comendo.</i></p>
<b>Valores da Antropoética</b>	<b>Valores da Antropoética</b>	<b>Valores da Antropoética</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Responsabilidade com à humanidade e os demais seres,</li> <li>b. Autonomia cosmopolita e transgeracional,</li> <li>c. Responsabilidade socioambiental,</li> <li>d. Progresso universal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (a, c) Diversificação da produção,</li> <li>• (b) Relações de amizade,</li> <li>• (a,c) Preocupação com meio ambiente, solidariedade,</li> <li>• (a,b,c) Compromisso social, socialização e desenvolvimento local,</li> <li>• (d) Transporte ecológico,</li> <li>• (d) Eficiência energética,</li> <li>• (a) Respeito ao meio ambiente,</li> <li>• (a,c,d) Cuidado com a saúde,</li> <li>• (d) Estímulo ao uso de energias renováveis.</li> </ul>	<p><b>(F<sub>10</sub> C<sub>1</sub>)</b> <i>Consumo produtos orgânicos há mais de dois anos, porque não tem agrotóxico, são mais saborosos, mais também porque a produção orgânica é sustentável e fortalece os pequenos produtores, (...) todos ganham (...) mesmo quando pago mais caro o que não é sempre, (...) sei que produzir de forma sustentável da mais trabalho, por isso faço questão de colaborar e a minha parte é comprando e tentando convencer as pessoas das vantagens de consumirem produtos orgânicos.</i></p>

Dentre os diversos canais de venda, os de contato direto possibilitam um contexto de interação bastante produtiva, propiciando práticas de conscientização ambiental e de economia solidária. Reconhecendo que essa interação é muito importante para os sistemas agroecológicos, é necessário compreender as estratégias que os produtores utilizam para comercializar seus produtos e promover a abordagem com os consumidores e, dessa forma, considerar os canais de venda de contato direto um espaço de migração de valores agroecológicos para toda a cadeia e para a sociedade.

Certamente, são vários os mecanismos de inserção na sociedade que a agroecologia pode empregar para promover sua contribuição ao

desenvolvimento social. No entanto, para evitar a dispersão do foco por considerar uma investigação dos vários mecanismos possíveis, foi selecionado apenas um. Apesar de considerar as outras possibilidades também importantes, porém para âmbito deste estudo, optou-se por analisar as interações entre os atores realizadas somente nas feiras agroecológicas e apenas naquelas situadas na Região Metropolitana de Curitiba.

Dentro desse contexto as feiras agroecológicas se apresentam como um espaço estratégico para a reconstrução da ética ambiental e para a promoção do desenvolvimento social sustentável, já que nela são produzidos e validados valores associados a um consumo consciente e às práticas da Economia Solidária e, em certas proporções, também adaptadas à lógica de mercado convencional.

A razão da seleção das feiras agroecológicas se deve ao seu *status* de serem *uma das mais antigas formas de relacionamento comercial entre produtores e consumidores* (DAROLT, 2012, p. 90), sendo pouco provável que esse sistema deixe de ser praticado algum dia, apresentando até mesmo um significativo crescimento, como o que ocorreu na RMC nos últimos anos.

As feiras têm outras particularidades que justificam a sua escolha para esse estudo, pois promovem um agrupamento de produtores em um determinado local e a sua principal forma de comercialização é a venda direta, é também considerada:

um espaço social, cultural e educativo que propicia o desenvolvimento de relação entre consumidores e produtores ecológicos. A feira traz diversidade, resgata valores, crenças e possibilita a troca de informação, sobre alimentação, saúde e qualidade de vida (DAROLT 2012, p. 90-91).

Esses locais assumem um importante papel, que, além de promover uma relação mais próxima entre os produtores e os consumidores, se apresenta como um espaço público socioeconômico, cultural e como mecanismo alternativo perante o domínio das grandes redes varejistas que são

amplamente fortalecidas pela estrutura capitalista da sociedade moderna (SINGER, 2008).

Existem basicamente três tipos de feiras para a comercialização de produtos ecológicos: as feiras orgânicas; as agroecológicas e as mistas (IPARDES e IAPAR, 2007). Apesar disso, tais particularidades não foram consideradas para este estudo, sendo visitadas todas as feiras, conforme Procedimentos Metodológicos no quadro 1.1.

Após a seleção das feiras como local ideal para a investigação, foram aplicados os questionários com intuito de investigar se os valores éticos com base nos três níveis propostos são produzidos, resgatados e transferidos pelas práticas produtivas agroecológicas por meio de suas conexões com a sociedade, sejam esses valores construídos nas interações entre os atores na realidade das feiras, pela relação produtor-consumidor, ou apenas referenciados por eles, por meio do diálogo, sobre as práticas preservacionistas promovidas nas propriedades, ou pelas regulamentações sobre a produção agroecológica.

Na feira agroecológica é possível evidenciar essas misturas, trocas e ressignificações de valores, que reestruturam uma ética ambiental, como confirmado nos discursos de produtores e consumidores. *Como consumidor sou responsável pelo que compro e porque compro, assim como por toda a consequência que meu consumo gera (F<sub>5</sub> C<sub>3</sub> Consumidor agroecológico da RMC)*. Como produtor, sou responsável pela *confiança que depositam em mim quando, meu freguês consome meu produto e espera não ter nenhum agrotóxico (F<sub>9</sub> A<sub>1</sub> Agricultor agroecológico da RMC)*. O que é evidente nas relações, além do amadurecimento da responsabilidade, na relação de cuidado um para o outro, é o reconhecimento das interdependências, reproduzindo os ecossistemas naturais; o produtor reconhece a importância do consumidor e a necessidade de manter os laços de confiança e o consumidor responde protegendo esse produtor da competição desleal e todos promovendo suas relações considerando valores éticos ambientais, tendo a Natureza como o elemento de ligação e de promoção dessa relação.

FIGURA 4.1: BARRACA PADRÃO PARA COMERCIALIZAR PRODUTOS ORGÂNICOS



Local: Feira orgânica do Passeio Público de Curitiba ( $F_2$ ).

Com intuito de reforçar que as feiras agroecológicas produzem uma dinâmica diferente das convencionais, promovida pelos valores éticos ambientais, foi feita uma investigação em uma feira de produtos convencionais localizada na cidade de Curitiba, com intuito de verificar se as relações e comportamentos diferem em ambas as condições. Mesmo que a amostra analisada não possa satisfazer critérios de representatividade, foi possível em função das respostas obtidas pelo questionário, sugerir a hipótese de que a opção de produzir e comercializar pelos preceitos ecológicos promove uma reestruturação do comportamento e da postura pessoal e profissional.

FIGURA 4.2: FEIRA DE PRODUTOS CONVENCIONAIS



Local: Mercado Regional do Cajuru ( $F_c$ ).

QUADRO 4.2: RELAÇÃO ENTRE VALORES PRATICADOS PELOS FEIRANTES AGROECOLÓGICOS E CONVENCIONAIS

Valores dos feirantes agroecológicos	Valores dos feirantes tradicionais
Normalmente produzem o que comercializam.	Quase sempre comercializam produtos adquiridos no CEASA ou em São Paulo.
Conhecem a origem do produto e como foi produzido.	Desconhecem quase sempre a origem e a forma de produção.
Promovem uma relação de parceria entre os demais feirantes compartilhando mercadoria e clientes.	Relação de competição, promovendo estratégias de controle e fidelização do consumidor, com frequência, põe em dúvida a qualidade do produto dos outros feirantes para os consumidores.
É comum comercializarem produtos de outros feirantes, como prática de camaradagem.	Não incentivam os consumidores a conhecerem os produtos dos outros Box, acham ruim quando outro feirante passa a comercializar alguns produtos, principalmente quando comercializados por eles primeiramente e questionam veementemente a concorrência por preços.
É comum a confraternização entre eles e a aquisição para consumo próprio dos produtos de outros Box.	É frequente queixas e atritos entre eles, alguns dizem evitar comprar produtos dos seus concorrentes.
A palavra concorrente não é usada para referir seus colegas de feiras	Os outros feirantes são denominados concorrentes.
Ajudam os consumidores a escolher os melhores produtos.	Afirmam que os concorrentes costumam <i>empurrar</i> produtos <i>passados</i> .
Apresentam uma forte relação com a natureza.	Demonstraram-se preocupados com o meio ambiente, porém aparentemente isentos de responsabilidade e bem distanciados do tema, reproduzindo discursos prontos e de domínio comum, como fechar a torneira quando escova os dentes e usar sacolas retornáveis, porém todos os entrevistados tinham sacolas usadas de supermercados para fornecer para os seus clientes.

Nessa observação foi possível ressaltar alguns aspectos interessantes, que sugerem certas diferenças fundamentais, possivelmente geradas pelas diferentes racionalidades presentes. Uma delas está na relação entre eles, uma vez que no mercado regional, que predominantemente comercializa produtos convencionais, impera a competição, nada diferente de uma relação comercial comum aos mercados capitalistas tradicionais, porém diferencia-se do comportamento de cooperação e parceria entre os feirantes agroecológicos. Outro fator está na qualidade do produto, que para os convencionais resume-se à aparência da mercadoria comercializada, obviamente porque para os consumidores convencionais essa é a principal característica, que define a opção de compra, como relatado por um dos feirantes **F<sub>c</sub> A<sub>c2</sub>**, *não adianta ter um produto sem agrotóxico, porém feio e mais caro, o produto não sai da caixa,*

(querendo dizer que não vende); já nas feiras orgânicas a segurança dos produtos, por serem livres de agrotóxico, torna os aspectos visuais menos importantes no momento da compra. Outro aspecto é que os feirantes orgânicos produzem boa parte do que vendem e conhecem a procedência de todos os produtos comercializados, possibilitando a rastreabilidade e a qualidade da mercadoria. Também foram observadas posturas diferentes sobre o tema sustentabilidade socioambiental, sendo que os convencionais não aprofundaram em seus discursos essa questão, não evidenciando conexão alguma com os seus hábitos e nem com seu trabalho nas feiras e na produção, ao contrário dos agroecológicos que demonstraram fortes vinculações em vários aspectos de suas vidas.

As diferenças apresentadas no quadro 4.2 reforçam a hipótese de que as ações geradas por uma racionalidade ecológica reestruturam uma ética ambiental, produzindo valores e comportamentos que proporcionam, em seu limite de atuação, uma significativa sustentabilidade socioambiental.

#### 4.4 UM OLHAR PARA OUTRAS RACIONALIDADES EMERGENTES

Na sequência, ainda com intuito de verificar a contribuição da agricultura agroecológica para a promoção da ética da sustentabilidade, foi realizado levantamento de outro projeto que objetiva da mesma forma uma proposta de sustentabilidade, para isso foram realizadas algumas considerações dentro da discussão deste trabalho sobre a Economia Solidária, uma vez que esta economia também considera valores da Ética da Sustentabilidade, como, por exemplo: a promoção da justiça, da sociedade, da responsabilidade jurídica e social; a influência na promulgação de leis e de políticas públicas; a autonomia política; a democracia; a sustentabilidade e a autonomia transgeracional, conforme apresentado no Documento Base da Economia Solidária (apresentado no anexo) e assim como nos três níveis da ética da sustentabilidade utilizado para este estudo.

Esta busca teve como intenção a verificação dos valores em comum, uma vez que se espera que movimentos que pretendem promover a sustentabilidade apresentem semelhante base axiológica. Por tal razão, esse levantamento de outra racionalidade emergente não apenas contribui para a validação de valores para a sustentabilidade, como também para a promoção de credibilidade de ambas, já que essas práticas vêm crescendo e obtendo uma repercussão global e, no Brasil, vêm apresentando crescente representatividade.

Quanto à Economia Solidária, percebe-se que a sua estruturação vem ocorrendo ao longo do tempo. Como já é conhecido, o governo federal instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com o propósito de criar um Sistema de Informações (SIES), para mapear os empreendimentos solidários brasileiros e também para reconhecer e fortalecer experiências sob os princípios desta economia.

Os empreendimentos criados à luz desses princípios e também semelhantes aos praticados pela agroecologia são compostos por: *organizações coletivas suprafamiliares, como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, famílias etc.*, e definidos pelas seguintes características, segundo Beatriz (2012 p. 19-20):

os trabalhadores são pessoas que exercem autogestão; são organizações permanentes, isto é, não são práticas eventuais; podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à vida real ou regular da organização; são organizações que realizam atividades econômicas: produção, serviços, créditos, comercialização e consumo solidário e são organizações singulares ou complexas (BEATRIZ, 2012, p. 20).

Esta economia, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), tem como propósito maior o de incentivar as experiências de autogestão para combater o desemprego, consolidando as potencialidades emancipatórias e tornando-se base para a promoção de políticas públicas com

participação social. Mesmo com a sua estruturação, pode-se considerar que este movimento é novo no País e, especialmente, no Estado do Paraná, e uma das suas principais referências é o Documento Base que auxiliou a 1ª Conferência Nacional, um dos principais encontros para discussões sobre o tema no Brasil, e cuja estrutura principal é formada por três grandes eixos:

(1º) os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; (2º) o balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas e (3º) os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de Economia Solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social (DOCUMENTO BASE, 2006, p. 2).

Esse documento dá base para estruturar uma economia que também é compreendida como uma fonte emancipadora do sujeito, por meio do trabalho, propondo um cuidado com o ser humano, buscando a sustentabilidade dos seres vivos e a preservação do meio ambiente, *extrapola os cuidados limitados ao indivíduo ou ao grupo ampliando-os ao ecossistema*. Consolida-se como uma *forma de ver a atividade econômica e o modo de organizar a vida diferentemente do sistema capitalista* (Beatriz, 2012, p.111). Em uma análise preliminar apoiando-se na percepção de seus atores, **Consumidores e Agricultores agroecológicos da RMC**, foi possível verificar a similaridade com a agroecologia, uma vez que esta também pressupõe práticas de cuidado com a saúde pela alimentação e pelo labor sem risco e esse cuidado transcende o indivíduo até a sociedade e o meio ambiente; busca estabelecer um ordenamento de trabalho justo e uma remuneração digna, repudia a exploração e o trabalho escravo; defende a pluriatividade e a necessidade do desenvolvimento intelectual, assim como a democratização do saber, promove a emancipação do indivíduo e pelos seus preceitos filosóficos se impõe como um contramovimento ao capitalismo.

Com base nesse documento é possível verificar uma aproximação com os preceitos da produção agroecológica, pois há na descrição apresentada por



Beatriz e no Documento Base uma visível similaridade de valores éticos com os verificados na agricultura agroecológica como, por exemplo: a autogestão; o consumo solidário e consciente; a produção familiar; a organização em associações e em cooperativas; o ideal emancipatório, entre outras características.

Esta verificação teve como propósito principal conhecer como a racionalidade da sustentabilidade se concretiza no plano das ações, sendo que essa condição se confirma quando identificada uma base de valores éticos em comum, reconhecendo que para o alcance de um desenvolvimento social sustentável a Ética da Sustentabilidade, com suas três dimensões, deve, em alguma medida, estar presente. A identificação de projetos aparentemente idealizados em realidades diferentes passa a ter uma base ética estrutural em comum, que nos permite reconhecer que os valores descritos neste Capítulo pertencentes aos três níveis da Ética da sustentabilidade estão de fato associados a um ideal de desenvolvimento sustentável.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer que a sociedade está em risco provocado por um ideal de desenvolvimento inspirado pela modernidade, justifica qualquer tentativa de criação e de busca por projetos alternativos, que possam em alguma medida reverter essa condição. Com o interesse de estudar práticas que vêm assumindo essa tarefa, o estudo da agroecologia permitiu desvendar em certa medida o seu papel no processo da construção de uma sociedade sustentável, de modo a produzir argumentos que sensibilizem os leitores e aqueles que porventura se engajarem em projetos de desenvolvimento sustentável e também para que a sociedade possa reconhecer a importância da agroecologia.

Para este estudo, em um primeiro momento, os procedimentos metodológicos proporcionaram um entendimento sobre os aspectos relacionados à crise ambiental e a importância de se firmar um compromisso com a sustentabilidade, contextualizando com a agricultura e com o papel da agroecologia. A agroecologia nessa etapa da pesquisa foi investigada com o propósito de compreender seus aspectos e valores, assim como de obter um elemento de ligação, entre a crise ambiental, a agricultura e a sociedade; como resultado dessa fase da pesquisa, adotou-se a Natureza como esse elemento. Para esses objetivos foram realizados diálogos entre autores e pesquisadores sobre o tema.

Já estabelecida a Natureza como esse elemento de ligação, esta pesquisa permitiu entender a importância da compreensão sobre ela, assim como da reprodução da sua condição, nas mais variáveis atribuições da sociedade, inspirada em uma relação de pertencimento e não de domínio, pode promover um vasto campo de oportunidades, para a promoção de uma sustentabilidade. Como mencionado por Leff, as questões da Natureza influem em todas as dimensões da vida, criando a possibilidade da construção de um novo paradigma, baseado na racionalidade ambiental, capaz de orientar o projeto de uma nova sociedade, alicerçado em valores democráticos, que proporciona uma reintegração do ser humano ao meio natural, com um

pensamento de respeito à diversidade, capaz de preencher o vazio deixado pela modernidade.

Com base nessa compreensão e tendo em vista os esforços por reproduzir sua condição de mantenedora de uma sustentabilidade socioambiental, a agricultura agroecológica poderá aproximar a sociedade desta nova relação, em que os agricultores alternativos interiorizariam valores surgidos das práticas de uma agricultura sustentável e, com isso, desenvolvem novas estratégias de produção e de sociabilidade entre os parceiros, parentes, amigos e consumidores de produtos agroecológicos. O que justificou um estudo sobre eles considerando-os como os novos atores da agroecologia, sendo eles elementos fundamentais da pesquisa, pois o levantamento de suas percepções e conhecimento, pelas entrevistas, permitiu estabelecer uma lógica integrada aos preceitos teóricos, de modo a iluminar o processo de reconstrução de uma ética ambiental e reconhecer que, em certa medida, a prática desta agricultura, além de suprimir o potencial depredatório da agricultura convencional, possibilita resgatar valores que afloram de um sentimento de respeito pela vida, a cooperação entre os homens e os demais seres e a busca de uma vida em equilíbrio.

Em uma etapa seguinte, refletindo sobre considerações apresentadas por autores como Leff, Boff e Morin, reconhece-se a importância de estabelecer uma ética ambiental de fato, capaz de produzir uma sustentabilidade. Aproximando a agroecologia deste estudo foi possível verificar que ela atende aos critérios necessários para ser considerada como prática capaz de reconstruir uma ética ambiental e conseqüentemente de contribuir para uma ética da sustentabilidade, quando permite, pelas ações de seus atores (produtores, pesquisadores e consumidores), compreender aspectos como: o equilíbrio entre os ecossistemas, o fluxo contínuo de energias, o reaproveitamento da matéria, o controle populacional sem extermínio, as relações de comensalismo e como a natureza lida com comportamentos como o da predação, do parasitismo e da seleção natural e a transformá-los em valores que inspiram práticas e técnicas.

A natureza nos ensina sobre fluxo contínuo de energia, sem resíduos, e as técnicas agroecológicas incorporam práticas de reaproveitamento e de reciclagem: os produtores passam a criar o hábito de reaproveitar e reciclar, estendendo para suas ações domésticas e para a sua relação com o consumidor. Quando esses valores migram, pelo diálogo e pelo consumo consciente, capaz de externalizar no produto, e quando o consumidor torna-se ecológico, reproduzindo em suas rotinas esses princípios, tornando-se sujeito, autônomo, passando a atuar na sociedade de forma crítica, provocando mudanças em seu meio, é nesse momento que a agroecologia impulsiona o projeto de uma sociedade sustentável.

Não é apenas compreender as implicações biológicas e as reações fisiológicas da Natureza, pois esse conhecimento também interessa aos sistemas produtivos convencionais, mas sim, e com destaque, reproduzir os princípios agroecológicos, não com uma postura de domínio, com pretensão de controle, pois a história nos mostra a nossa incapacidade para tal, mas sim para orientar nossas técnicas, nossas ações e nossos costumes, inspirado por esses valores produzidos pela melhor compreensão da Natureza.

Nesse fluxo de valores que nascem de uma nova racionalidade, motivada por uma ética ambiental, novos atores surgem como: produtores convertendo seus sistemas e grupos de consumidores, estabelecendo redes de conexão entre produtores, consumidores, sociedade e governo, e este legislando sobre a produção agroecológica estruturando-a e validando-a.

Para a compreensão desse processo de reestruturação orientado pela proposta de Morin para uma ética global, foi possível elaborar um procedimento de verificação, para entender se e, em caso positivo, de que forma a agroecologia permite a reconstrução de uma ética ambiental. Aceitando as três bases de uma Ética da Sustentabilidade de Morin – sendo estas a Autoética, a Socioética e a Antropoética – foram realizadas correlações entre valores da agroecologia, e dados obtidos pelas entrevistas aos produtores e consumidores com o propósito de verificar como a agroecologia reconstrói uma ética ambiental.

E assim com intuito de elucidar esse processo foi possível reconhecer que a emergência de uma ética ambiental depende de condições sociais e históricas da relação com a natureza; contudo, é no indivíduo que se estabelecem as decisões éticas, dependendo dele a escolha dos valores e seus fins. Para que uma ética global possa estabelecer condições de sustentabilidade à vida e à sociedade, os valores escolhidos devem promover uma sintonia com as suas bases formadoras: como a virtude, a justiça e o respeito intergeracional. E as espécies e as práticas agroecológicas são provedoras desses valores, pois buscam o desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas técnicas considerando o equilíbrio e a sustentabilidade dos seus sistemas vivos.

## REFERÊNCIAS

ACOPA. Associação dos consumidores orgânicos do Paraná. Disponível em <<http://www.acopa.tk/>>. Acessado em <02/05/2014>

ALMEIDA, J. **Sustentabilidade, ética e cidadania: novos desafios da agricultura**. Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre, v.1 n.4, nov./dez 2005. Agenda 21: Conferência das Nações unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Brasília, ed. 3ª, 2003.

ALTIERI, M. **Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa**, Rio de Janeiro: PTA /FASE, 1989.

ARAÚJO, A. R. de. **Educação ambiental e sustentabilidade**: desafios para a sua aplicabilidade. 77 f. Monografia (Especialização em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/50663454/7/A-Conferencia-de-Belgrado-1975>>. Acesso em: 13 maio 2012.

ASSIS, R. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Economia Aplicada* 10(1) 75- 89 jan.- mar., 2006.

BACHELARD, G. **Essai sur La connaissance approchée**. Paris: Vrin, 1973

BACON, F. *O progresso do conhecimento*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

BARBIERI, J. C. e SILVA, D. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie* (Online) vol.12 no. 3 São Paulo June 2011. Acessado em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300004&script=sci_arttext)> 08/05/2013

BEATRIZ, M. Z. **Economia Solidária**: os caminhos da autonomia coletiva, Curitiba, Juruá, 2012.

BECK, U. **A reinvenção da política**: rumo a uma teoria da modernização reflexiva, in *Modernização reflexiva: política e estética na ordem social moderna*, BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, LASH, Scott (Org.), p. 11-71. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOFF, L. **Ética e espiritualidade**. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela Terra. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BONILLA, J. A. **Fundamentos da agricultura ecológica**. São Paulo: Nobel, 1992.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec e Polis, 1987.

BRANDENBURG, A. **Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura**. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, : 126-148, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Colonização do Mundo Rural e a Emergência de Novos Atores**. *Ruris*. V. 4 , Número 1, 2010.

\_\_\_\_\_. **Colonos: subserviência e autonomia**. *In*: BRANDENBURG, A. FERREIRA, A.(Orgs.). *Para pensar outra agricultura*. 2.ed. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

\_\_\_\_\_. **Movimento agro ecológico: trajetória, contradição e perspectiva**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. N.6.p.11-28, jul. / dez. Editora UFPr., 2002.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora UFPR, 1999.

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A., PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: 2006.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix,1993.

\_\_\_\_\_. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2000.

\_\_\_\_\_. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2005.

\_\_\_\_\_. **Humanização, desenvolvimento e o modelo econômico mundial**. Curitiba, 2004. Palestra proferida no Seminário Humanização do Desenvolvimento Mundial. Disponível em: < [http://www.nossofuturoroubado.com.br/arquivos/outubro\\_10/4.seminario.html](http://www.nossofuturoroubado.com.br/arquivos/outubro_10/4.seminario.html) >. Acesso em: 28 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **A teia da vida:** uma compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996. Disponível em: <<http://files.embedit.in/embeditin/files/SDGUM4dXno/1/file.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **O tao da física:** uma exploração dos paralelos entre a física moderna e o misticismo oriental. Lisboa: Presença, 1989. Disponível em: <<http://bvespirita.com/O%20Tao%20da%20F%C3%ADsica%20%28Fritjof%20Capra%29.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1982. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=zfmDjZMspHAC&pg=PP5&dq=CAPRA,+Fritjof.+O+ponto+de+muta%C3%A7%C3%A3o+1982&hl=pt-BR&sa=X&ei=T8ROT6uSIKrY0QG13oDaAg&ved=0CEAQ6AEwAg#v=onepage&q=CAPRA%2C%20Fritjof.%20O%20ponto%20de%20muta%C3%A7%C3%A3o%201982&f=false>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

CARVALHO, C. G. de. **O que é o direito ambiental:** dos caminhos da casa à harmonia da nave. Florianópolis: Habitus, 2003.

CASAGRANDE, E. F. **Inovação Tecnológica e Sustentabilidade:** possíveis ferramentas para uma necessária interface: Revista EDUCAÇÃO & TECNOLOGIA Periódico Técnico Científico dos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETs-PR/MG/RJ. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutect/article/viewFile/1136/733>>. Acesso em: 5 maio. 2013

COLLINGWOOD, Robin George. **Ciência e filosofia:** a ideia de natureza. Tradução Frederico Montenegro. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1976.

DAROLT, M. R. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônômico do Paraná. – Curitiba : IPARDES, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Experiências de Educação para o consumo consciente: Fortalecendo a relação entre consumidores e produtores agroecológicos.** In: **X Encontro Paranaense de Educação Ambiental**, Maringá-PR. Ambiente, Pesquisa e Sociedades Sustentáveis. Maringá-PR: Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2007.

\_\_\_\_\_. **Conexão Ecológica.** Curitiba: IAPAR 2012.

\_\_\_\_\_. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores:** In: Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura / organizadores Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani.— Curitiba : Kairós, p.393, 2013.



DAROLT, M. R. HADRIEN, C. **Consumidores e produtores agroecológicos: fortalecimento das relações por meio de uma rede de propriedades.** Paraná – IAPAR em parceria com a Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná – ACOPA, Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia do Paraná – AOPA e COOPERAFLORÉSTA, Curitiba, 2008.

DOUGLAS, M. **Purity and Danger, Analysis of concepts os Pollution na Taboo**, Routledge, London and New York 1966.

DULLEY, R. D. **Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica ou ecológica?** Informações Econômicas, São Paulo, v. 33, nº 10, p. 96-99, 2003.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: Origem e perspectiva de um novo paradigma** 2.ed.- Guaíba; Agropecuária, 1999.

EVERDEN, N. **The Social Creation of Nature.** The Johns Hopkins University Press. Baltimore and London 1992.

FLORIANI, N. **Avaliação das terras pelos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul (PR):** uma abordagem geossocioagronômica da paisagem rural. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2007.

FLORIT, L. F. **A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo.**Tese de Doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2002.

GEO-BRASIL. **Perspectiva do meio ambiente no Brasil.** Ibama 2002.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociologia.** São Paulo: UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **A vida em uma sociedade pós-tradicional.** In: BECK, U.; GIDDENS, A. & LASH, S. (Ed). *Modernização Reflexiva.* São Paulo: UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Novas Regras do Método Sociológico.** Lisboa: Gradiva, 1996.

\_\_\_\_\_. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo, Ed Unesp, 1991.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecología: procesos ecológicos en Agricultura Sostenible.** Turrialba, C. R CATIE, 2002.

GODOI, K. C., MATTOS. P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: SILVA, B. A., GODOI, K.C., MELLO, B.R.

(Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégia e métodos.** São Paulo: Saraiva, 2012.

GODOY, A. S. Estudo de Caso qualitativo. *In*: SILVA, B. A., GODOI, K.C., MELLO, B.R. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégia e métodos.** São Paulo: Saraiva, 2012.

GOODMAN, D., SORJ, B. e WILKINSON, J. **Da lavoura as biotecnologias.** Rio de Janeiro, Campus, 1990.

GUIVANT, J. S. **Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável.** Cadernos de Ciência & Tecnologia - EMBRAPA, n. 3, p. 411 - 446. Brasília, 1997.

GOODIN R. E. « **The sustainability ethic: political, not just moral** », in: Journal of Applied Philosophy, Vol.16 nº3, 1999.

GRAZIANO, J. S. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

HABERMAS, J. **Teoria de la accion comunicativa** Tomo II, crítica de la razón funcionalista. Madri: Taurus, 1988.

\_\_\_\_\_. **Consciência moral e agir comunicativo.** Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social.** Coleção Perspectivas Ecológica. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 1995.

HESPANHOL, R. A. de M. **Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil,** *Confins* [Online], 2 | 2008, posto online em 13 Março 2008, Consultado o 03 Março 2014. URL : <http://confins.revues.org/2353> ; DOI : 10.4000/confins.2353.

IPARDES; IAPAR. **O Mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências-** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônômico do Paraná. Curitiba: IPARDES, p. 188, 2007.

INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO (IPD). MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT). INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Perfil do mercado orgânico brasileiro como processo de inclusão social.** IPD. Curitiba: 2010

JEAN, B. **A formação social da agricultura contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna.** Cadernos de Sociologia/Programa Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v. 6, Produção familiar, processos e conflitos agrários, 1994.

JOLLIVET, M.; PAVÊ, A. **O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa.** In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. S. (org.) Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

JOLLIVET, M. L`environnement une dimension nouvelle pour le rural. In: **Pour une science sociale à travers champs:** Paysannerie, ruralité, capitalisme (France XXe siècle), Paris, Éditions Arguments, 2001.

KANT, E. **Crítica da Razão Pura.** Tradução: J. Rodrigues de Meringe, Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia), Disponível em <http://www.psb40.org.br/bib/b25.pdf> Acessado em <06/04/2014> Versão eletrônica do livro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Prática.** Tradução: Afonso Bertagnoli Versão para e-book [eBooksBrasil.com](http://eBooksBrasil.com) Fonte Digital Digitalização da edição em papel da Edições e Publicações Brasil Editora S.A., São Paulo, 1959.

KAY, J.J., SCHNEIDER, E. **Embracing Complexity: the Challenge of the Ecosystem Approach.** Waterloo: Alternatives, v.20, n.3, 1994.

LATOUR, B. **Para o antropólogo francês, os brasileiros são os mais preparados para a criação de novas disciplinas e novas coletividades.** Entrevista realizada para a revista CULT, 2010 Disponível em: < <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-bruno-latour/>> Acesso em: 5 maio. 2013.

LATOUR, B. **Políticas da Natureza:** como fazer ciência na democracia. Bauru São Paulo, Edusc, 2004.

LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Rio de Janeiro: Vozes. 2004.

\_\_\_\_\_. **Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable.** In: Desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba: Editora da UFPR, n. 7, jan./jun., 2003.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, Capital e Cultura.** Blumenau: Editora da Furb, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental.** In: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Teoria e Metodologia em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, no1, a. 108p. 2000b.

LENOBLE, R. **História da Ideia de Natureza**. Lisboa. Éditions Albin Michel. 2002.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**: O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MILIOLI, G. **O pensamento ecossistêmico para uma visão de sociedade e natureza e para o gerenciamento integrado de recursos**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, p. 75-87, jan./jun. Editora UFPR, 2007.

MERRILL, M.C. Eco-agriculture: A review of its history and philosophy. **Biological Agriculture and Horticulture**. V1: 181–210, 1983.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Ed. Martins Fontes 2000.

MORIN. E. **Sociologia: a sociologia do microsocia ao macroplanetário**. Portugal: Publicações Europa-América, 1984.

\_\_\_\_\_. **Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Editora Peiropólis, 2000.

\_\_\_\_\_. **O método 6: ética**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

NALINI, J. R.. **Ética geral e profissional**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

**Nosso futuro comum**: Comissão mundial sobre meio ambiente e Desenvolvimento- 2ª. Ed. Rio de Janeiro editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense.1994

PADILHA, D. O. **A construção da racionalidade ambiental no movimento agroecológico em Rio Branco do Sul**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2008.

PASCHOAL, A. D. Modelos Sustentáveis de Agricultura. *In: Agricultura Sustentável*, Jaguariúna, ano 2, nº 1, p. 11-16, Jan./jun.1995.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. *In: NIEDERL, P. A., ALMEIDA, L. e VEZZANI, F. M. (Orgs.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kariós, 2013.

PINHEIRO, G. R. **Agricultura familiar e projeto agroecológico de vida**. Dissertação de Mestrado - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPr, 2004.

PLOEG, Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar. In: **Agriculturas**. v. 7 n.2 julho 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O desafio ambiental. In: SADER, Emir (Org.). **Os porquês da desordem global: mestres explicam a globalização**. Rio de Janeiro: Record, p. 13 – 171, 2004.

PRIGOGINE, I., STENGERS, I. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. Brasília: Unb, 1997.

RATTNER, H. **Tecnologia e desenvolvimento sustentável: uma avaliação crítica**. São Paulo, FEA-USP (1990).

**Relatório e recomendações sobre a agricultura orgânica**. Brasília: CNPq/Coord. Editorial. 1984. Tradução Iara Maria Correia Della Senta.

RIBEIRO, I. O. **Agricultura, democracia e socialismo**, São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROZENDO, C. S. **Políticas ambientais, agricultura familiar e a recomposição dos espaços rurais na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

SANTOS, A.; ROZENDO, C.; PAGLIOSA, H.; DIAS, J.; QUEIROGA, J.; BERTOTTI, L.; SOUZA, O. **Diagnóstico Preliminar Sobre A Região Metropolitana de Curitiba**. Turma V, Curitiba, Março 2003.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez v 1, 2000.

SCHMIDT, V.D.B. **Consumidores urbanos e agricultura orgânica: entre discurso, intenção e gesto**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SCHMITT, C.J. T Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M.V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, p. 177-204, 2009.

SINGER, P. I. **Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. In: ANDRADE, M. R. (Org.) *Comercialização e Agroindustrialização Familiar: desafios e conquistas*. Brasília: MDA/ SAF/ PRONAF/ Itesp, p. 115-120, 2008.

SOPER, K. ***Future Natural: Nature, science, culture*** p.21-34 Routledge. London and New York 1996

SOUZA-LIMA, J. E. S., BRAGA, C. P. e SILVA, R. M. **A agrofloresta e os contornos de um sujeito (re) significado**. Caderno de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas. v. 14, n. 104, 2013.

TORRES, M. B. R. **A Natureza Socializada em Anthony Giddens**, Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, p. 1517-1256, 2010.

TOURAINÉ, A. **Após a Crise**. A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. As três dimensões da democracia. *In: O que é democracia?* Rio de Janeiro, Vozes, p.17- 56, 1996.

\_\_\_\_\_. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático**. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: EDUSC, 1998.

VALADÃO, A. da C. **Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades: 215 p.**, Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. – Curitiba. 2012.

VALLAEYS, F. **Les fondements éthiques de la Responsabilité Sociale** DOCTORAT DE PHILOSOPHIE UNIVERSITE PARIS EST CRETEIL 2011.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.

VEIGA, J. E. e EHLERS, E. **Adversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural**. In: MAY, Peter (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*, 2ª ed., RJ: El sevier/Campus, p. 289-308, 2010.

VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N., **O Desafio da Sustentabilidade: Um debate Socioambiental no Brasil**. Ed Fundação Perseu Abramo, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, p. 87-145. 2000.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61. 2003.

WEZEL, A., BELLON, S., DORÉ, T., FRANCIS, C., VALLOD, D., DAVID, C. (2009). **Agroecology as a science, a movement or a practice.** A review. Agronomy for Sustainable, Article published by EDP Sciences Development 2009.

YIN. R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos.** Porto alegre, ed. Bookman, 2010.

## ANEXOS

### Anexo 1- LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA AGRICULTURA ORGÂNICA

Serviço de Estudos Normativos da Produção Orgânica Coordenação de Agroecologia

**BRASIL. Lei nº 10.831**, de 23 de dez. 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de dez. 2003, Seção 1, p. 8.

**PNAPO** - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica -, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

**PLANAPO** - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

**BRASIL. Decreto nº 6.323**, de 27 de dez. 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de dez. 2007, Seção 1, p. 2 - 8.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 54, de 22 de out. 2008. Regulamenta a Estrutura, Composição e Atribuições das Comissões da Produção Orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de out. de 2008, Seção 1, p. 36 - 37.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 64, de 18 de dez. 2008. Aprova o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dez. de 2008, Seção 1, p. 21 - 26.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 17, de 28 de mai. 2009. Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de mai. de 2009, Seção 1, p. 14 - 15.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Saúde. Instrução Normativa Conjunta nº 18, de 28 de mai. 2009. Aprova o Regulamento Técnico para o Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de mai. de 2009, Seção 1, p. 15 -16.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 19, de 28 de mai. 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de mai. de 2009, Seção 1, p. 16 - 26.



BRASIL. Decreto nº 6.913, de 23 de jul. 2009. Acresce dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de jul. 2009, Seção 1, p. 8 - 9.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 50, de 5 de nov. 2009. Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e estabelece os requisitos para a sua utilização nos produtos orgânicos. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de nov. de 2009, Seção 1, p. 5 - 6.

BRASIL. Decreto nº 7.048, de 23 de dez. 2009. Dá nova redação ao art. 115 do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de dez. 2009, Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 21, de 11 de maio de 2011. Revoga a Instrução Normativa nº 16, de 11 de junho de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de mai. 2011, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 24 de maio de 2011. Estabelece os procedimentos para o registro de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de mai. 2011, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa Conjunta nº 2, de 2 de junho de 2011. Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, 03 de jun. 2011, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 23, de 1 de junho de 2011. Estabelece o Regulamento Técnico para produtos têxteis orgânicos derivados do algodão. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de jun. 2011, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Saúde. Instrução Normativa Interministerial nº 24, de 1 de junho de 2011. Altera os Anexos III e IV da Instrução Normativa Conjunta nº 18, de 28 de maio de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de jun. 2011, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 28, de 8 de junho de 2011. Estabelece Normas Técnicas para os sistemas orgânicos de produção aquícola a serem seguidos por toda pessoa física ou jurídica responsável por unidades de produção em conversão ou por sistemas orgânicos de produção. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de jun. 2011 - Seção 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Instrução Normativa nº 37, de 2 de agosto de 2011 para Produção de Cogumelos Comestíveis em Sistema Orgânicos de Produção. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de ago. 2011 - Seção 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Instrução Normativa nº 38, de 2 de agosto de 2011 para Produção de Sementes e Mudanças em Sistema Orgânico. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de ago. 2011 - Seção 1.

#### **Em vias de publicação:**

1. Elaboração do Projeto de Instrução Normativa que altera os Anexos I, VI e VIII e acresce o anexo IX à Instrução Normativa MAPA nº 64, de 18 de dezembro de 2008. Consulta Pública, Portaria nº 1.131, de 6 de dezembro de 2010, publicada em 7 de dezembro de 2010. (OBS: A Minuta aguarda aprovação da CONJUR)

#### **Demandas Futuras:**

1. Processo de construção do texto para a Instrução Normativa que trata do regulamento técnico para o Processamento de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes Orgânicos. Formação de grupo de trabalho composto pelas entidades: MAPA, ANVISA, MDIC, ABIHPEC, ABDI, ABC, e ECOCERT e IBD, para discussão, pesquisa de protocolos, normas e regulamentos privados e públicos referentes ao escopo.

2. Processo de elaboração de Projeto de Instrução Normativa que altera a Instrução Normativa MAPA nº 19, de 28 de maio de 2009, que trata dos Mecanismos de Controle e Informação da Qualidade Orgânica.

3. Processo de elaboração de Projeto de Instrução Normativa que altera a Instrução Normativa MAPA nº 50, de 5 de novembro de 2009, que Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e estabelece os requisitos para a sua utilização nos produtos orgânicos.

4. Processo de elaboração de Projeto de Instrução Normativa para Fertilizantes do Solo, Corretivos e Inoculantes.

5. Processo de elaboração de Projeto de Instrução Normativa para Produtos Fitossanitários Orgânicos.

6. Processo de elaboração de Projeto de Instrução Normativa para Produtos Fitoterápicos Orgânicos.

7. Processo de elaboração de Projeto de Instrução Normativa para Rações Orgânicas.

## **Anexo 2 - NORMATIVA EUROPEA DE PRODUCCIÓN AGRARIA ECOLÓGICA REGLAMENTO (CE) 834/2007 – (bases gerais)**

*EL CONSEJO DE LA UNIÓN EUROPEA,*

*Visto el Tratado constitutivo de la Comunidad Europea, y en particular su artículo 37,  
Vista la propuesta de la Comisión, Visto el dictamen del Parlamento Europeo,  
Considerando el siguiente:*

*(1) La producción ecológica es un sistema general de gestión agrícola y producción de alimentos que combina las mejores prácticas ambientales, un elevado nivel de biodiversidad, la preservación de recursos naturales, la aplicación de normas exigentes sobre bienestar animal y una producción conforme a las preferencias de determinados consumidores por productos obtenidos a partir de sustancias y procesos naturales. Así pues, los métodos de producción ecológicos ejercen un papel social doble, aportando, por una parte, productos ecológicos a un mercado específico que responde a la demanda de los consumidores y, por otro, bienes públicos que contribuyen a la protección del medio ambiente, al bienestar animal y al desarrollo rural.*

*(2) La participación del sector agrícola ecológico va en aumento en la mayor parte de los Estados miembros y resulta notable el aumento de la demanda de los consumidores en los últimos años. Es probable que las recientes reformas de la política agrícola común, con su énfasis en la orientación en el mercado y al suministro de productos de calidad para cubrir la demanda de los consumidores, estimulen todavía más el mercado de productos ecológicos. En este contexto la legislación sobre productos ecológicos ejerce un papel cada vez más importante en el marco de la política agrícola y está estrechamente relacionada con la evolución de los mercados agrícolas.*

*(3) El marco jurídico comunitario que regula el sector de la producción ecológica debe tener por objetivo asegurar la competencia leal y un funcionamiento apropiado del mercado interior de productos ecológicos, así como mantener y justificar la confianza del consumidor en los productos etiquetados como ecológicos. Asimismo, debe perseguir la creación de condiciones en las cuales este sector pueda progresar de acuerdo con la evolución de la producción y el mercado.*

*(4) La Comunicación de la Comisión en el Consejo y en el Parlamento Europeo sobre el Plan de actuación europeo sobre la alimentación y la agricultura ecológicas propone mejorar y reforzar las normas comunitarias sobre agricultura ecológica y los requisitos de importación y control. En sus conclusiones de 18 de octubre de 2004, el Consejo invitó a la Comisión a revisar el marco jurídico comunitario en este ámbito, con el fin de simplificarlo y asegurar su coherencia general, y en especial establecer principios que fomenten la armonización de normas y, en lo posible, reducir el nivel de detalle.*

*(5) Es preciso, por tanto, definir más explícitamente los objetivos, los principios y las normas aplicables a la producción ecológica para contribuir a la transparencia y la confianza de los consumidores, así como fijar una definición armonizada del concepto de producción ecológica.*

*(6) A tal fin, se debe derogar el Reglamento (la CE) 2092/91, del Consejo, de 24 de junio de 1991, sobre la producción agrícola ecológica y su indicación en los productos agrarios y alimenticios, y sustituirse por un nuevo Reglamento.*

*(7) Debe establecerse un marco comunitario general de normas sobre producción ecológica vegetal, ganadera y de acuicultura, que incluya normas sobre la recolección*

de plantas silvestres y algas, normas sobre conversión y normas sobre producción de alimentos procesados, incluido el vino, así como de piensos y levadura ecológica. La Comisión autorizará la utilización de dichos productos y sustancias y podrá decidir sobre los métodos que se utilicen en la agricultura ecológica y en el procesamiento de productos alimenticios ecológicos.

(8) Debe continuar facilitándose el desarrollo de la producción ecológica, especialmente fomentando el uso de nuevas técnicas y sustancias más adecuadas a la producción ecológica.

(9) Dado que los organismos modificados genéticamente (OMG) y los productos producidos a partir de, o mediante, OMG son incompatibles con el concepto de producción ecológica y la percepción del consumidor de los productos ecológicos, no deben, por lo tanto, utilizarse en la agricultura ecológica ni en el procesamiento de productos ecológicos.

(10) El objetivo es que la presencia de OMG en los productos ecológicos sea la menor posible. Los actuales umbrales de etiquetado representan máximos exclusivamente para la presencia accidental y técnicamente inevitable de OMG.

(11) La agricultura ecológica debe basarse fundamentalmente en recursos renovables integrados en sistemas agrícolas locales. Para minimizar el uso de recursos no renovables, los residuos y los subproductos de origen vegetal y animal deben reciclarse mediante la reposición de nutrientes en la tierra.

(12) La producción vegetal ecológica debe contribuir a mantener y aumentar la fertilidad del suelo así como a la prevención de la erosión del mismo. Las plantas deben nutrirse preferiblemente a través del ecosistema edáfico en lugar de mediante fertilizantes solubles añadidos al suelo.

(13) Los elementos esenciales del sistema de gestión de la producción vegetal ecológica son la gestión de la fertilidad del suelo, la elección de especies y variedades, la rotación plurianual de cosechas, el reciclaje de las materias orgánicas y las técnicas de cultivo. Los fertilizantes adicionales, los acondicionadores del suelo y los productos fitosanitarios deben utilizarse únicamente si son compatibles con los objetivos y principios de la producción ecológica.

(14) La producción ganadera es fundamental en la organización de la producción agrícola de las explotaciones ecológicas, ya que proporciona la materia y los nutrientes orgánicos necesarios para la tierra en cultivo y contribuye así a la mejora del suelo y al desarrollo de una agricultura sostenible.

(15) Para evitar la contaminación ambiental, especialmente de recursos naturales como el suelo y el agua, la producción ecológica de ganado debe asegurar en principio una estrecha relación entre la mencionada producción y la tierra, adecuados sistemas plurianuales de rotación y la alimentación del ganado mediante productos ecológicos cosechados en la propia explotación o en explotaciones ecológicas vecinas.

(16) Ya que la ganadería ecológica es una actividad vinculada al suelo, los animales deben tener, siempre que sea posible, acceso a áreas al aire libre o pastizales.

(17) La ganadería ecológica debe someterse a rigurosas normas de bienestar animal y responder a las necesidades del comportamiento propias de cada especie, mientras que la atención veterinaria debe basarse en la prevención de enfermedades. En este sentido, debe prestarse atención especial a las condiciones de estabulación, las prácticas pecuarias y la carga ganadera. Por otra parte, la elección de razas debe tener en cuenta su capacidad de adaptación a las condiciones locales. Las normas de aplicación para la producción ganadera y acuícola garantizarán el cumplimiento de, al menos, las disposiciones del Convenio europeo sobre protección de los animales en las explotaciones ganaderas y las recomendaciones subsiguientes de su comité permanente.

(18) *El sistema de producción ganadera ecológica debe aspirar a completar los ciclos de producción de las diversas especies de ganado con animales criados ecológicamente.*

*Por lo tanto, fomentará el aumento del patrimonio genético de los animales de cría ecológica y mejorará la autosuficiencia, asegurando así el desarrollo del sector.*

(19) *Los productos ecológicos procesados deben someterse a métodos que garanticen la integridad ecológica y las cualidades esenciales del producto durante todas las etapas de la cadena de producción.*

(20) *Los alimentos procesados sólo deben etiquetarse como ecológicos cuando todos o la mayor parte de los ingredientes de origen agrario son ecológicos. Sin embargo, deben establecerse normas de etiquetado especiales para alimentos procesados que contengan ingredientes agrarios que no puedan obtenerse ecológicamente, como sucede con los productos de la caza y la pesca. Además, para la información al consumidor, la transparencia en el mercado y el fomento de la utilización de ingredientes ecológicos, también debe ser posible referirse a la producción ecológica en la lista de ingredientes en determinadas condiciones.*

(21) *Es preciso facilitar la flexibilidad en cuanto a la aplicación de las normas de producción, con el fin de permitir adaptar las normas y los requisitos ecológicos a las condiciones climáticas o geográficas locales, a las diferentes prácticas agrarias y a fases de desarrollo. Eso debe permitir la aplicación de normas excepcionales, pero sólo dentro de los límites de condiciones específicas establecidas en la legislación comunitaria.*

(22) *Dada la importancia de mantener la confianza del consumidor en los productos ecológicos, las excepciones a los requisitos aplicables a la producción ecológica se deben limitar estrictamente a los casos en los cuales se considere justificada la aplicación de normas excepcionales.*

(23) *A fin de proteger a los consumidores y garantizar la competencia leal, debe evitarse el uso en productos no ecológicos de los términos empleados para distinguir los productos ecológicos, en toda la Comunidad e independientemente de la lengua utilizada. Esta protección debe incluir también los términos derivados o abreviaturas habituales de estos términos, tanto si se utilizan aisladamente como combinados.*

(24) *Con el fin de garantizar a los consumidores la transparencia en el mercado comunitario, el logotipo UE deberá ser obligatorio a todos los alimentos ecológicos envasados producidos en la Comunidad. Además, deberá ser posible utilizar el logotipo UE voluntariamente en el caso de productos ecológicos sin envasar producidos en la Comunidad o de productos ecológicos importados de terceros países.*

(25) *Sin embargo, se considera conveniente limitar la utilización del logotipo UE a los productos que únicamente, o casi únicamente, contengan ingredientes ecológicos, para no confundir a los consumidores sobre la naturaleza ecológica de todo el producto. Por eso, no se deberá autorizar su utilización en el etiquetado de productos obtenidos durante la fase de conversión o de alimentos procesados en los cuales menos del 95% de sus ingredientes de origen agrario sean ecológicos.*

(26) *En ningún caso se podrá impedir que el logotipo UE se utilice simultáneamente con logotipos nacionales o privados.*

(27) *Por otra parte, para evitar prácticas fraudulentas y cualquier posible confusión de los consumidores sobre el origen comunitario o no comunitario del producto, siempre que se utilice el logotipo UE se informará a los consumidores del lugar en el que se obtuvieron las materias primas agrarias que componen los productos.*

(28) *Las normas comunitarias deben promover un concepto armonizado de producción ecológica. Las autoridades competentes, autoridades de control y organismos de control deben evitar cualquier conducta que pueda obstaculizar la libre circulación de productos conformes certificados por autoridades u organismos ubicados en otro*

Estado miembro. En particular, no deben imponer ningún control ni carga financiero adicional.

(29) En aras de la coherencia con la legislación comunitaria en otros ámbitos, los Estados miembros deben poder aplicar dentro de su propio territorio, para la producción vegetal o animal, disposiciones nacionales sobre producción más estrictas que las normas de producción ecológica comunitarias, siempre que las mencionadas disposiciones nacionales también se apliquen a la producción no ecológica y se ajusten al Derecho comunitario.

(30) El uso de OMG en la producción ecológica está prohibido. En beneficio de la transparencia y la coherencia, no debe permitirse etiquetar como ecológico ningún producto que deba etiquetarse como portador de OMG, consistente en OMG o producido a partir de OMG.

(31) Con el fin de garantizar que los productos ecológicos se producen siguiendo los requisitos establecidos en el marco jurídico comunitario sobre producción ecológica, las actividades realizadas por los operadores en todas las fases de producción, preparación y distribución de productos ecológicos estarán sometidas a un sistema de control creado y gestionado de conformidad con las normas establecidas en el Reglamento (CE) 882/2004 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 29 de abril de 2004, sobre los controles oficiales efectuados para garantizar la verificación del cumplimiento de la legislación en materia de piensos y alimentos y la normativa sobre salud animal y bienestar de los animales.

(32) Dado que en algunos casos podría parecer desproporcionado aplicar requisitos de notificación y control a determinados tipos de operadores al detalle, como los que venden directamente los productos al consumidor o usuario final, conviene permitir los Estados miembros que eximan a los mencionados operadores de estos requisitos. Sin embargo, resulta necesario excluir de la excepción, para evitar el fraude, los operadores minoristas que producen, preparan o almacenan productos que no tienen relación con el punto de venta, que importan productos ecológicos o que han subcontratado las mencionadas actividades con terceros.

(33) Debe permitirse que los productos ecológicos importados a la Comunidad Europea se comercialicen en el mercado comunitario como ecológicos, cuando éstos se han producido de conformidad con normas de producción y disposiciones de control equivalentes a las establecidas en la legislación comunitaria. Por otra parte, los productos importados deben estar cubiertos por un certificado emitido por la autoridad competente o autoridad u organismo de control reconocido del tercer país en cuestión.

(34) La evaluación de la equivalencia de los productos importados debe tener en cuenta las normas internacionales establecidas en el Codex Alimentarius.

(35) Es procedente mantener la lista de terceros países en los que la Comisión ha reconocido la existencia de normas de producción y control equivalentes a las previstas en la legislación comunitaria. Con respecto a los terceros países no incluidos a la mencionada lista, la Comisión debe crear una lista de autoridades y organismos de control con competencia reconocida para garantizar la realización de controles y la certificación a los terceros países que se trate.

(36) Debe reunirse la información estadística que permita disponer de los datos fidedignos necesarios para la aplicación y el seguimiento del presente Reglamento y servir de herramienta a los productores, a los operadores comerciales y a los responsables políticos. La información estadística necesaria debe definirse en el contexto del programa estadístico comunitario.

(37) La fecha de entrada en vigor del presente Reglamento debe fijarse de manera que se dé a la Comisión suficiente tiempo para adoptar las medidas necesarias para su aplicación.

*(38) Las medidas necesarias para la aplicación del presente Reglamento deben adoptarse con arreglo a la Decisión 1999/468/CE del Consejo, de 28 de junio de 1999, por la que se establecen los procedimientos para el ejercicio de las competencias de ejecución atribuidas a la Comisión.*

*(39) La evolución dinámica del sector ecológico, algunas cuestiones muy sensibles relacionadas con el método de producción ecológico y la necesidad de garantizar un buen funcionamiento del mercado interior y un sistema de control recomiendan prever una futura revisión de las disposiciones comunitarias sobre agricultura ecológica, teniendo en cuenta la experiencia adquirida con la aplicación de las mencionadas normas.*

*(40) A la espera de la adopción de normas comunitarias detalladas de producción para determinadas especies animales y plantas acuáticas y microalgas, conviene que los Estados miembros puedan disponer la aplicación de normas nacionales o, a falta de éstas, normas privadas aceptadas o reconocidas por los Estados miembros.*

## **Anexo 3 - DOCUMENTO BASE DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

### **INTRODUÇÃO**

#### **A Conferência Nacional de Economia Solidária seus objetivos e eixos articuladores – Documento Base**

A 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) é um espaço de debate com diversos setores da sociedade civil brasileira; contempla, entre as/os delegadas/os, um retrato da Economia Solidária, respeitando a sua diversidade; define um elenco de propostas para a Economia Solidária no país; além de contribuir para a formação política das/os participantes, pelo aprofundamento do debate das grandes questões nacionais e locais da economia solidária.

A 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) propiciará a oportunidade para o movimento da economia solidária se encontrar e [re] conhecer, no plano local, estadual e nacional. As Plenárias e encontros realizados até o momento, tiveram abrangência crescente, na medida em que a economia Solidária foi se estendendo a todo o país. Com o mapeamento feito em 2005, cerca de 15 mil empreendimentos solidários foram localizados e caracterizados, atestando a grande expansão que a economia Solidária vem sofrendo no Brasil. Apesar dos numerosos encontros locais e regionais, que vem se realizando, na forma de feiras, seminários, cursos etc., faltava algo que só uma Conferência poderá proporcionar: uma grande quantidade de encontros, em diferentes escalas territoriais, todos concatenados no tempo e debatendo uma agenda comum, para desembocar numa Conferência Nacional, em que o debate desta agenda produza diretrizes programáticas, posicionamentos políticos e demandas de políticas dirigidas a União e demais entes federativos.

A Conferência (ao contrário de encontros e plenárias) não se limitara às entidades que já integram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária [FBES]. Dela participarão, sem dúvida, estas entidades, mas também movimentos sociais, ONGs, OSCIPS e redes, do campo popular, que enxergam na economia solidária uma importante modalidade de organização de atividades econômicas, por eles fomentadas. São movimentos e entidades para os quais a economia solidária não é a única finalidade, mas nela têm um ingrediente estratégico para a sua ação. Participam da Conferência ainda gestores da União, estados e municípios, que desenvolvem ou pretendem desenvolver políticas de fomento e apoio à economia solidária em seus âmbitos de ação. Para tirar o melhor proveito desta oportunidade rara de intercâmbio, será necessário construir uma agenda que contemple os interesses e objetivos destes três setores: entidades de economia solidária, entidades do campo popular interessadas em economia solidária e órgãos públicos que desenvolvem políticas de economia solidária.

A 1ª CONAES tem como principais objetivos:

1. Afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento;
2. Propor princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária;



3. Identificar o estado e o potencial da ES no país, tanto do ponto de vista dos seus espaços de organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas;
  4. Propor prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária, bem como, os mecanismos de participação e controle social.
- Considerando o tema central da I CONAES "Economia Solidária como Estratégia e

Política de Desenvolvimento" O documento base procura contribuir para o debate a partir dos seguintes eixos:

1. Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.
2. O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas.
3. Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social. É fundamental que a Conferência Nacional de Economia Solidária, frente ao acúmulo existente das plataformas até agora construídas, frente ao acúmulo das políticas públicas que vem sendo produzidas e frente aos atuais desafios da economia solidária no Brasil e na América Latina, permita ampliar o dialogo com outros movimentos e questões sociais relevantes para o país. Igualmente é fundamental que a Conferência apresente um conjunto de prioridades e aponte estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária em nível federal, estadual e local, bem como, sobre os mecanismos de participação e de controle social a serem instituídos ou consolidados para o avanço da economia solidária em nosso país. Mais do que agregar novos itens à plataforma construída pelos atores da economia solidária nos últimos anos trata-se de definir as principais prioridades para a formulação de políticas públicas e de programas nessa área, bem como de apontar os mecanismos necessários para o controle social da execução dessas políticas. Para isto, um conjunto de questões devera orientar os debates que ocorrerão nos processos de construção e realização da I CONAES.

## **EIXO TEMÁTICO I**

**Os fundamentos da Economia Solidária - e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.**

### **Questões norteadoras:**

Quais as características básicas do modelo de desenvolvimento necessário para o país?

Como a Economia Solidária pode se constituir em Estratégia e Política de Desenvolvimento?

Como articular a Economia Solidária com outras lutas e movimentos que formam a base social desse modelo?

## 1. Fundamentos da Economia Solidária

1. A Economia Solidária se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

2. A economia solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos de todos os sócios dos empreendimentos. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de propriedade coletiva dos sócios e todos eles trabalham no empreendimento. Igualmente, há associações de pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares, que trabalham em separado (cada um em seu estabelecimento), mas que realizam em comum a compra de seus insumos, a venda de seus produtos ou o processamento dos mesmos.

3. O que as iniciativas de economia solidária tem em comum é a igualdade de direitos de todos os sócios sobre a associação ou cooperativa, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática a (cada cabeça dispõe dum voto) de cada sócio nas tomadas de decisão. O que implica a inexistência de classes sociais no seio do conjunto da economia solidária. À medida que se organiza e se integra, a economia solidária dá lugar a uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é necessariamente incluyente, pois os empreendimentos solidários se beneficiam com a inclusão de novos sócios ou a criação de novos empreendimentos, respeitando-se suas margens de sustentabilidade.

4. As manifestações da Economia Solidária são diversas, dentre as quais se destacam: coletivos informais, cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços; organizações e grupos de crédito solidário e fundos rotativos; grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); recuperação de empresas pela autogestão; estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, organização econômica de comunidades tradicionais, entre outras iniciativas.

5. A economia solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital.

6. Além de geradora de trabalho emancipado, a economia solidária promove a difusão do consumo consciente, ético e solidário. Levar a sociedade a perceber o ato de consumir não apenas como uma questão de "gosto", mas também como um ato ético e político: ao consumirmos um produto originado de um processo em que se explora o trabalho alheio, degrada-se o meio ambiente e as relações comunitárias, estamos mantendo esta forma de produção.

7. A economia solidária é, pois, uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, e em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído das possibilidades de um consumo que atenda dignamente as suas necessidades como ser humano.

8. A Economia Solidária busca reverter à lógica da espiral capitalista a que promove crescente desigualdade social, econômica e territorial. Ela afirma a emergência de um novo ator social composto de trabalhadores associados e consumidores conscientes e

solidários, portadores de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo.

9. A Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores excluídos da sociedade. Dentre elas podemos destacar:

i. A luta dos trabalhadores contra a subordinação do trabalho pelo capital e valorização da propriedade gestão coletiva dos meios de produção, da solidariedade e cooperação mútua; ii. A luta da agricultura familiar e da reforma agrária pela democratização do acesso e uso da terra, da água e dos recursos genéticos; iii. A luta das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais etc) pelo reconhecimento e valorização de conhecimentos e práticas tradicionais, valorização da diversidade étnica, promoção dos direitos territoriais e de sua *autodeterminação*; iv. A luta pela reforma urbana, pela gestão coletiva dos escassos urbanos e da moradia, e reciclagem dos resíduos sólidos por meio da autogestão dos catadores e da participação popular no controle dos orçamentos e na definição das políticas públicas; w. A luta das mulheres contra a discriminação e pelo reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; vi. A luta ambiental pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e ecossistemas.

### ***A Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento.***

10. O desenvolvimento é visto comumente como resultado de investimentos realizados por capitais privados ou públicos em áreas empobrecidas. Este e o desenvolvimento capitalista, que beneficia parte da população, mas marginaliza os demais, aprofundando a desigualdade entre incluídos e excluídos. Mas este não é o único desenvolvimento possível. Hoje, no Brasil, há comunidades carentes que se mobilizam para por em marcha um outro desenvolvimento, promovido por empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações de pequenos produtores. Podemos chamar este outro desenvolvimento de comunitário ou solidário, porque dele participam todos e seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados, com respeito à diversidade de raça, etnia e gênero.

14. As comunidades engajadas em seu próprio desenvolvimento contam com a assistência de diferentes órgãos dos governos da União, estados e municípios, bancos públicos e ONGs. Elas necessitam de apoio para se mobilizar e organizar, para tomar consciência de suas potencialidades econômicas e para selecionar, entre diferentes alternativas, as atividades econômicas que irá desenvolver para alcançar níveis crescentes de bem-estar.

15. Pequenas comunidades isoladas dificilmente alcançam níveis de produtividade, que lhes permitam competir em mercados regionais, nacionais ou mesmo mundial. Para sobreviver e progredir em tais mercados, elas tem de se unir a outras comunidades em arranjos produtivos locais ou organizar-se em cadeias produtivas. Estas últimas podem cobrir largas extensões do país, como a cadeia do algodão orgânico, que inclui cotonicultores no Ceara, fiações e tecelagens em São Paulo e cooperativas de costura nos estados do Sul. Deste modo, a economia solidária vai se revelando como instrumento válido de combate à pobreza e as desigualdades regionais e começa a se consolidar na forma dum sistema econômico diferenciado. 16. Assim, a Economia Solidária, por sua estratégia de reorganização dos processos econômicos e cadeias produtivas se converte ao mesmo tempo em uma estratégia de desenvolvimento endógeno (promovendo o empoderamento local ou micro-regional), numa estratégia de desenvolvimento nacional e de integração regional.

17. A Economia Solidária é uma das possibilidades que se abrem para a construção de uma globalização solidária por meio do estreitamento de relações entre os participantes de economia solidária nos diversos continentes e de sua articulação com outros movimentos sociais e políticos que afirmam uma outra concepção de desenvolvimento.

16. A transformação estrutural da economia brasileira, capaz de promover desenvolvimento sustentável com distribuição de riqueza e emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, crescimento econômico com a proteção dos ecossistemas, será fruto do avanço da economia solidária, exigindo-se, para tanto, um conjunto de alianças entre as organizações populares e solidárias do campo e da cidade.

16. Para isso a economia solidária esta desafiada a apresentar soluções socioeconômicas para além dos problemas imediatos. Deverá constituir-se, igualmente, como protagonista de um movimento político que transcende essas demandas, construindo, a partir de seus eixos estratégicos, uma proposta efetiva de desenvolvimento para o país, que promova a inclusão social de toda a população e a melhor satisfação de suas necessidades e de seu anseio pelo exercício ativo da cidadania.

18. A economia solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar. Ela preconiza um Estado democraticamente ativo, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço desta, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um de todos.

18. O valor central e a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. Transcendendo as fronteiras nacionais, haverá maior integração dos vários movimentos e redes existentes mundo afora, em especial na América Latina. A conjuntura atual abre um cenário favorável para ações de comércio justo internacional e transferências de tecnologias de economia solidária entre esses países com apoio de governos nacionais

## **EIXO TEMÁTICO II**

### **O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas.**

#### **Questões norteadoras:**

Considerando a experiência histórica recente, quais as principais contribuições e principais limites da Economia Solidária?

Quais políticas governamentais tem melhor contribuído para o fortalecimento da Economia Solidária?

Quais os principais limites das políticas governamentais para a economia solidária?

22. A Economia Solidária tem um passado recente na construção de uma identidade e de um projeto histórico que resgata as mais remotas lutas de emancipação popular no campo econômico e estratégias econômicas fundadas na solidariedade vividas pela humanidade em diferentes momentos e lugares.

23. Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado - principal forma de organização do trabalho nesse sistema - levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que trabalhadores e trabalhadoras organizaram-se em

sindicatos e em empreendimentos cooperativados: os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos assalariados e os empreendimentos cooperativados, de autogestão, como forma de trabalho alternativa a exploração assalariada.

24. As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência.

25. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. 25. Na Economia Solidária, milhões de trabalhadores e trabalhadoras foram se organizando de forma coletiva em projetos produtivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo-comercialização e instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários. Pela economia solidária foram recuperadas centenas de empresas falidas. A agricultura familiar e os assentados da reforma agrária se organizaram em associações e cooperativas de produção, prestação de serviços, crédito. E, estes são apenas alguns avanços na organização social e econômica promovida por meio da economia solidária no país.

26. Portanto, a economia Solidária esta presente no campo e na cidade. No campo vem aprofundando relações com os agricultores familiares, com os trabalhadores rurais sem terra e com os sindicatos de trabalhadores rurais, considerando os eixos da reforma agrária e da defesa da agricultura familiar na perspectiva da economia solidária. Na cidade, estabeleceu relações com os movimentos populares urbanos, sindicatos de trabalhadores e empreendimentos populares; com os eixos da reforma urbana, cidadania e redução da jornada de trabalho

27. Atualmente, a Economia Solidária vem crescendo de maneira muito rápida, não apenas no Brasil, mas também em diversos outros países. O mapeamento realizado em 2005 apontou que 70% dos empreendimentos solidários existentes no Brasil foram criados entre 1990 e 2005 e que deles participam 1 milhão e duzentos e cinquenta mil de trabalhadores e trabalhadoras, por meio de múltiplas formas de organização, nas quais predominam as associações, com 54%, vindo em seguida os grupos informais com 33 % e as cooperativas com 11 %. Das atividades desenvolvidas pela Economia Solidária resulta extensa variedade de produtos e serviços em todo o território nacional.

27. A Economia solidária avançou recentemente na sua articulação política e em sua organização econômica com a constituição de Fóruns, em especial, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Redes de produção e comercialização, organizações de representação de seus participantes etc. Isto tem permitido fortalecer as ações de elaboração coletiva e expressão conjunta de concepções e propostas, bem como de reorganização de fluxos econômicos, com vistas a fortalecer os processos de consumo, comercialização, intercâmbio, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico solidários.

28. Cresceu o número de entidades que oferecem assessoria e fomento à economia solidária em geral, associações sem fins lucrativos (ONGs) ou universidades (incubadoras "tecnológicas e grupos de extensão e prestação de serviços de apoio ao empreendimentos solidários, seja na forma de ações de formação (tanto técnica quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos.

32. A Economia Solidária esta ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento territoriais se orientando cada vez mais rumo a uma articulação nacional e latino-americana.

33. Igualmente, são elementos que confirmam o avanço da Economia Solidária a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, e o conjunto de iniciativas governamentais que desenvolveram um vasto conjunto de políticas de apoio e fomento a Economia Solidária. Outro avanço diz respeito às conquistas obtidas em municípios e estados com a proposição e aprovação de legislações específicas e de interesse da Economia Solidária.

34. No âmbito Federal, além da importante contribuição das ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária, há um avanço significativo, e necessário, na participação de outros Ministérios e Órgãos Governamentais em ações de apoio e fortalecimento da Economia Solidária. Em especial, na sua articulação com as políticas de enfrentamento a pobreza, segurança alimentar, agricultura familiar e reforma agrária, educação de jovens e adultos, ciência e tecnologia, desenvolvimento urbano, desenvolvimento territorial, saúde mental, meio ambiente, etc.

35. A criação do Conselho Nacional de Economia Solidária foi um importante passo para o avanço da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal, visto que se trata de uma instancia governamental com representações de diversos ministérios e de vários setores da sociedade civil, dentro da estratégia de democratização do Estado e de criação de instrumentos que permitam tanto a participação mais direta da sociedade civil na formulação de políticas públicas como a integração de ações interministeriais. No âmbito internacional, a economia solidária se consolidou como questão central no Fórum Social Mundial, na articulação com as experiências de outros países, em especial, dos países da América do Sul.

### **EIXO TEMÁTICO III**

**Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de Economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.**

#### **Questões norteadoras**

Considerando o acúmulo existente:

Quais os principais desafios para a construção da política pública de Economia Solidária?

Quais devem ser as prioridades na estruturação da política de economia solidária?

Como consolidar as iniciativas governamentais existentes?

Como garantir integração e a transversalidade necessária com as demais políticas?

Como integrar as ações das diferentes esferas de governo?

Quais são os espaços de participação e controle social das políticas de economia solidária?

33. Um dos principais desafios que a economia solidária enfrenta no Brasil é tomar as políticas atuais que lhe dão apoio em políticas perenes, de Estado, deixando de depender da vontade dos diversos governos, que se sucedem. Para tanto, é necessário que a economia solidária ganhe relevância na cultura política nacional, isto é, que a sociedade inteira ou pelo menos a maior parte dela considere imprescindível

deixar de apoiar os setores que praticam a economia solidária, construindo uma outra economia, alternativa a atual economia.

34. A existência da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Conselho Nacional de Economia Solidária e de órgãos semelhantes em estados e municípios contribui para este fim, mas não basta. Assim como não bastam leis que estipulam políticas de apoio à economia solidária, que podem ser cumpridas ou engavetadas.

35. Outro desafio diz respeito ao Estado Brasileiro. Ele ainda está arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista e todos os seus instrumentos e mecanismos - para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas e, no que diz respeito à economia solidária procura subordiná-la a mesma lógica.

### **1. *Concepção da Política Pública***

36. A economia solidária não pode ser vista como residual, subordinada ou, quando muito, como compensatória aos impactos das crises do capitalismo. As políticas de apoio à Economia Solidária não podem reproduzir esta visão, pois desta forma impossibilitam a necessária ruptura com a reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência.

37. O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais.

38. A política de economia solidária deve ser uma política de desenvolvimento, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, antes deverá ser alavanca emancipatória também para beneficiários daquelas.

39. Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público-alvo historicamente excluído, que sofre crescentes graus de pobreza, de violência urbana e exclusão social, esta política demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito, entre outras) para criar um contexto de emancipação e sustentabilidade.

40. É também fundamental, que as políticas de fomento à economia solidária considerem a diversidade dos sujeitos desta economia, a diversidade de suas organizações e demandas. Desta forma, é necessário estruturar uma política que permita um acesso diferenciado e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social. São necessárias políticas que promovam a redistribuição de renda, bens e recursos, que permitam acesso aos direitos sociais e que promovam o desenvolvimento econômico.

41. Finalmente, as políticas de fomento à economia solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste setor, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país. Nessa direção, o controle social das políticas públicas é questão de princípio e deve ser processual e permanente.

### **1. . *Objetivos da Política Pública***

42. Uma política pública de fomento a economia solidária deve perseguir pelo menos os seguintes objetivos:

i. Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna; ii. Fortalecer e estimular a organização e participação social e política da economia solidária ampliando sua visibilidade e legitimidade; iii. Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia solidária; iv. Promover o desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo. v. Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia; vi. Ampliar os mecanismos políticos para garantir o acesso da economia popular solidária aos instrumentos de fomento; vii. Promover a integração e a inter-setorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado;

## 2 Prioridades para a Política de Economia Solidária

44. Para avançar na superação dos desafios e na realização de seus objetivos a política pública de economia solidária devesse priorizar as ações voltadas à superação dos principais gargalos existentes para a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários: comercialização e distribuição da produção; acesso e organização dos serviços de crédito; reconhecimento jurídico de suas organizações e atividades desenvolvidas; formação, assistência e desenvolvimento tecnológico. A superação dos limites requer, igualmente, uma maior articulação da economia solidária com outras políticas setoriais.

45. Por mecanismos que favoreçam a inserção da economia solidária no mercado interno e a implementação de mecanismos de proteção e salvaguardas ao mercado externo. Para favorecer a comercialização são necessárias ações voltadas à qualificação dos produtos e serviços, garantir logística para o armazenamento e distribuição e a multiplicação dos espaços de comercialização.

46. Avançar e consolidar ações e programas existentes, como a construção do Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, a formação de Redes e Cadeias Produtivas entre os empreendimentos, além de inúmeras outras iniciativas desenvolvidas pela economia solidária.

47. Aproveitar o poder de compra do Estado para o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária, destinando um percentual das suas compras para este setor, a exemplo do que já ocorre em outros países e que aqui no Brasil vem acontecendo pela ação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA coordenado pela CONAB.

48. Quanto ao marco regulatório, o cooperativismo brasileiro esta em processo intenso de crescimento e mudança, o que torna obsoleto o marco legal vigente que deve regulá-lo. A lei geral do cooperativismo em vigor e de 1971, quando a ditadura militar estava em seu auge autoritário. E necessário substituí-la por uma lei que assegure, antes de mais nada, a liberdade de representação de todas as correntes que formam o cooperativismo nacional.

49. E essencial conquistar reconhecimento na lei para as cooperativas de trabalhadores, camponeses, mulheres artesãs, etc. Facilitar o registro dos grupos informais de produção, reduzindo o número mínima de vinte sócios e as exigências burocráticas, que requerem muito dinheiro e tempo para sua formalização.

49. Além disso, faltam leis para regular classes de cooperativas, com problemas próprios. As cooperativas de trabalho sofrem sob uma dupla opressão: a presença desmoralizadora das cooperadas (que espoliam os trabalhadores de seus direitos) e a



ação fiscalizadora, que impede aos trabalhadores de se organizar em cooperativas para disputar o mercado de serviços terceirizados. E necessária uma legislação que elimine as falsas cooperativas e garanta as verdadeiras, o que só pode ser alcançado, assegurando-se ao trabalhador cooperante os direitos trabalhistas consignados na Constituição. Para tanto, propomos um Programa Nacional de Fomento das Cooperativas de Trabalho, para que elas possam gerar renda suficiente visando, para cada associado, ao menos ganhos mensais não menores do que o salário mínimo ou o mínimo profissional.

50. Igualmente, propomos uma legislação para regular a cooperativa social, que dará oportunidade as pessoas portadoras com deficiências, portadoras de transtornos mentais,

ex-detentos, dependentes de drogas etc. de se organizar solidariamente.

51. Ampliar e consolidar linhas de crédito apropriadas às características, diversidades e necessidades dos empreendimentos econômicos solidários. Construção de mecanismos que permitam o acesso diferenciado e escalonado ao crédito, bem como, o aval solidário.

52. Uma ação voltada à democratização do crédito deveria valorizar iniciativas existentes na área das finanças Solidárias. As cooperativas de crédito e muitas entidades operadoras de microcrédito de nosso país estão criando condições próprias e apropriadas para capitalizar os empreendimentos de economia Solidária demandantes de recursos. A política de crédito deveria, igualmente, consolidar e ampliar a experiência dos Bancos Comunitários, os fundos rotativos, os sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreadas em moeda nacional, etc.

53. O fortalecimento da economia Solidária requer uma ampla e articulada ação de formação/capacitação, assistência técnica. Além da ampliação da inserção da Economia Solidária nos programas existentes voltados para a elevação de escolaridade e qualificação social e profissional é necessário implantar uma rede nacional de assistência técnico-gerencial e acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários e consolidar a implementação de uma rede de agentes comunitários (de desenvolvimento solidário) para promover a articulação da economia Solidária aos processos de desenvolvimento territorial.

54. Incentivar as ações de extensão das Universidades e Centros de Pesquisa para a produção de tecnologias alternativas adequadas a Economia Solidária, programas de financiamento e a participação da economia solidária nos Fóruns de Ciência e Tecnologia. Difundir e ampliar a troca de experiências e tornar acessíveis as novas tecnologias aos empreendimentos solidários, tais como o software livre.

55. Garantir a presença e articulação da economia Solidária com outras políticas setoriais como reforma agrária, a agricultura familiar, a saúde, a educação, o meio ambiente, a mineração, o combate à discriminação, o combate à pobreza entre outras.

56. Neste sentido, a Economia Solidária no Estado brasileiro tem que se espalhar e interagir com diferentes espaços de governo no âmbito nacional, bem como articular-se com outras em níveis estadual e municipal. Dessa forma, constitui-se como política transversal que expande as possibilidades de geração de trabalho e renda, amplia as políticas de combate à pobreza e se torna importante instrumento em estratégias de desenvolvimento endógeno.

*57. Relacionamento e papéis dos Entes Federados*

58. Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia Solidária, deve-se buscar uma ação integrada e complementar entre os Entes da Federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos.

59. Integrar e complementar as ações a partir da visão de que os recursos públicos provem de uma única fonte - os cidadãos e cidadãs - permite potencializar o uso e os

impactos; aglutinar as forças sociais em torno de políticas públicas abrangentes e que se fixam cada vez mais como políticas de Estado, como direitos, rompendo com as políticas de balcão. O conjunto destas ações deve ser fator de estímulo a criação de esferas públicas onde se discute de forma transparente a destinação dos recursos com todos os sujeitos políticos.

59. Da mesma forma e pelas mesmas razões, é necessário buscar a integração e complementaridade das ações de cada Ente da Federação no seu próprio âmbito.

60. *Participação e Controle Social*

61. Tendo por princípio a construção do Estado Republicano e Democrático, a participação e o controle social são elementos constitutivos fundamentais das políticas públicas. A participação e o controle social dos sujeitos sociais e políticos devem estar presentes na formulação, desenvolvimento e avaliação das políticas, visando seu aperfeiçoamento constante e sua legitimação social.

62. O objetivo da participação e do controle social e a construção de esferas públicas de poder, onde os diferentes atores sociais possam negociar de forma transparente e em igualdade de condições os seus interesses pensados na relação com a coletividade.

63. Esta esfera pública pode adquirir diferentes formas: conselhos, fóruns, orçamento participativo, comissões, etc. o principal desafio é não reduzi-las a "clubes fechados" que advogam em causa própria e privatizam o "público" como muitas vezes temos assistido na história recente do país. A esfera pública e o lugar de negociar os conflitos e os interesses diversos e de construir compromissos públicos comuns.

64. No âmbito das políticas públicas de economia Solidária, há um processo intenso e tenso em curso na perspectiva da construção desta esfera pública. Dado o surgimento recente da economia popular Solidária na agenda pública do país, embora sejam muitos os atores sociais empenhados na sua construção, os sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político. Ainda estão em discussão os papéis dos diferentes atores (empreendimentos e organizações representativas destes, entidades de apoio e de fomento, governos, etc).

64. Há uma importante complementaridade de papéis entre estes diferentes atores, embora estas alteridades ainda estejam em negociação. O sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação social das demandas da economia Solidária são as organizações coletivas de caráter popular e solidário. As entidades de apoio e de fomento, que fazem parte deste sujeito, por sua vez, tem um papel crucial no seu fortalecimento em sua afirmação, bem como na formulação de políticas públicas adequadas ao setor.

65. Os governos democráticos têm a capacidade de facilitar o processo de avanço, e consolidação do desenvolvimento sócio-econômico solidário do Brasil, reconhecendo o sujeito político da economia Solidária e criando espaços de participação em que se construam programas de governo que atendam as demandas do setor e que abram caminho para institucionalizar políticas públicas de estado em seu favor. O desafio está na agregação destes diferentes atores e papéis na sua interlocução institucional com outros atores e sujeitos políticos, que compõem as esferas públicas, para que se estabeleçam políticas públicas, perenes, para este setor, com base nesta interlocução entre o estado e o sujeito político da economia Solidária.